

Município de Leiria
Câmara Municipal

Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 1 de setembro de 2014 a 15 de novembro de 2014

Município de Leiria

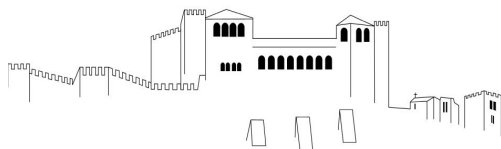
CAPITULO I - Informação financeira

Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado pela Divisão Financeira o relatório financeiro, o qual constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPITULO II - Os processos judiciais pendentes e o estado atualizado dos mesmos

Pela sociedade de advogados “Diogo, Neto, Marques & Associados” foi enviada a listagem atualizada que constitui o **Anexo II** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

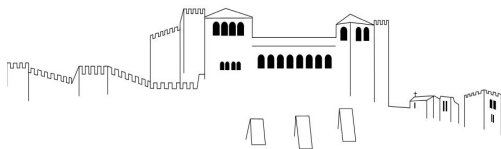
CAPITULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município



Município de Leiria

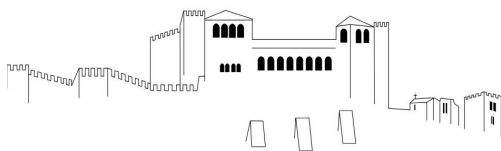
RELATÓRIO FINANCEIRO

Para os efeitos no disposto da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



ÍNDICE

1. RECEITAS	3
1.1 Receitas Correntes	4
1.1 Receitas de Capital	6
2. DESPESAS	8
2.1 Despesas Correntes.....	8
2.2 Despesas Capital	9
3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	10
4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	11
5. INDICADORES DE GESTÃO.....	11
ANEXO.....	13
Mapa da Execução até 15 de novembro de 2014	14



1. RECEITAS

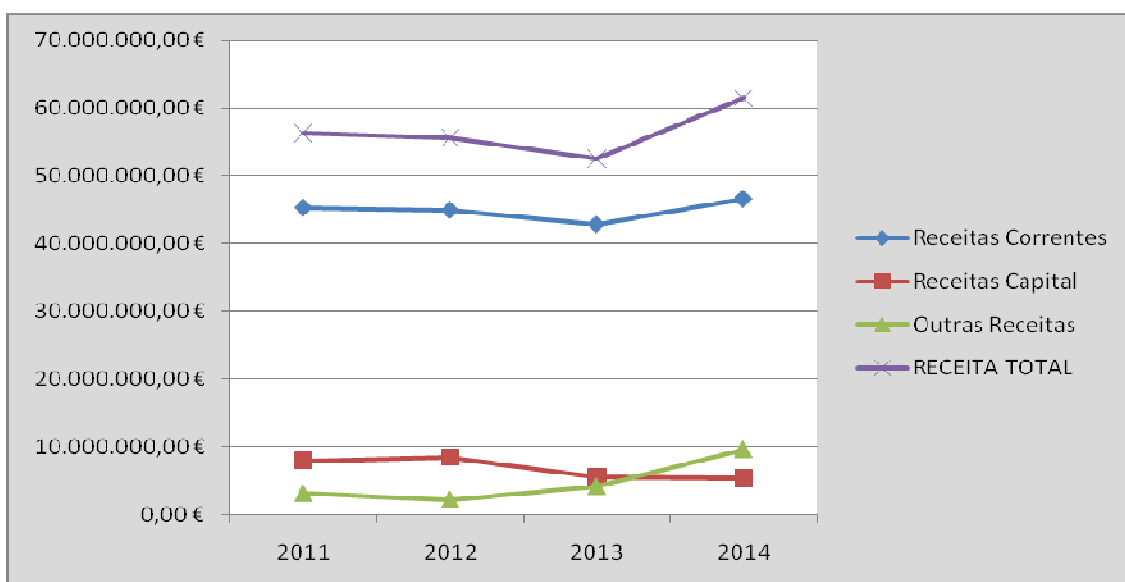
A 15 de novembro 2014 a Câmara Municipal de Leiria apresenta €61.452.390,93 de *receita total* acumulada, dos quais €46.558.365,02 correspondem a *receitas correntes* (75,8% do total da receita), €5.294.107,02 correspondem a *receitas de capital* (8,6% do total da receita), €41.996,45 correspondem a *reposições não abatidas nos pagamentos* e €9.557.922,44 correspondem ao *saldo da gerência anterior* (15,6% do total da receita acumulada).

Tipologia	Valor	%
Receitas Correntes	46.558.365,02 €	75,8%
Receita Capital	5.294.107,02 €	8,6%
Reposições	41.996,45 €	0,1%
Saldo Gerência Anterior	9.557.922,44 €	15,6%
TOTAL	61.452.390,93 €	100%

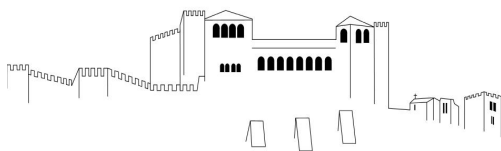
A receita total acumulada a 15 de novembro apresentou um aumento de 17% (€8.920.346,50) face aos valores de 2013. Este aumento na receita foi originado pelo crescimento de 9% (€3.716.567,86) das *receitas correntes* e de 132% (€5.457.147,62) nas *outras receitas*. As receitas de capital diminuíram 5% (-€253.368,98) face ao período homólogo do ano anterior.

O acréscimo nas *outras receitas* foi proporcionado pelo *saldo da gerência anterior* que passou de €4.080.407,20 para €9.557.922,44.

Evolução da Receita a 15 de novembro



Considerando a receita total acumulada a 15 de novembro sem o *saldo da gerência anterior*, verifica-se que esta apresenta um acréscimo de 7% (€3.442.831,26) face aos valores de 2013.



1.1 Receitas Correntes

Na estrutura das *receitas correntes* e para o período em análise, são os *impostos directos* que maior peso detém com 49%, seguindo-se as *transferências* com 32%. A *venda de bens e serviços* representam 9% e os *rendimentos de propriedade* 5%.

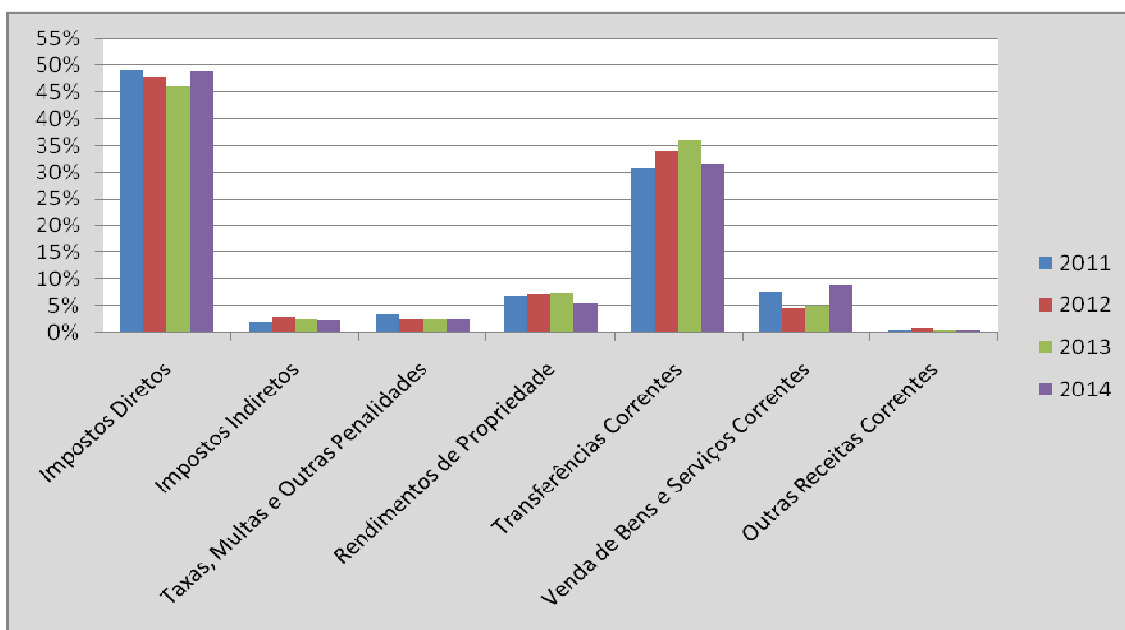
As *taxas, multas e outras penalidades* e os *impostos indirectos* representam 3% e 2%, respetivamente. Já as *outras receitas correntes* têm um peso insignificante na estrutura deste tipo de receitas, representando cerca de 0,3% (€140.471,02).

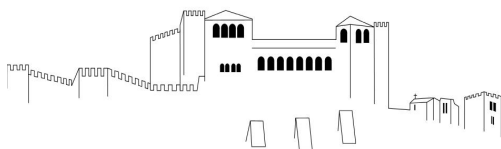
Receitas Correntes	Valor	%
Impostos Directos	22.792.775,79 €	49%
Impostos Indirectos	1.145.012,25 €	2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.198.279,80 €	3%
Rendimentos de Propriedade	2.484.862,92 €	5%
Transferências Correntes	14.679.025,00 €	32%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.117.938,24 €	9%
Outras Receitas Correntes	140.471,02 €	0,3%
TOTAL	46.558.365,02 €	100%

A *receita corrente* acumulada, à data de 15 de novembro apresenta um aumento de cerca de 9% (€3.716.567,86) face ao período homólogo de 2013.

Para este aumento contribuiu a venda de bens e serviços em 93% (€1.982.438,01), os *impostos directos* com 16% (€3.066.980,77), os *impostos indirectos* com 2% (€ 19.161,57) e ainda as *taxas, multas e outras penalidades* que aumentaram em cerca de 6% (€ 72.947,54).

% Receita Corrente a 15 de novembro





Com um comportamento inverso, salienta-se a quebra de 22% (-€719.215,80) nos *rendimentos de propriedade*, nas *outras receitas correntes* em cerca de 17% (-€28.449,48) e de 4 % (-€677.294,75) nas *transferências correntes*.

Evolução dos Impostos Diretos até 15 de novembro

Impostos Diretos	2011	2012	2013 (a)	2014(b)	Variação (b-a)
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	12.541.558,67 €	13.237.909,36 €	11.523.115,78 €	13.457.754,14 €	1.934.638,36 €
IUC - Imposto Único circulação	2.128.937,36 €	2.417.080,57 €	3.122.710,11 €	2.884.921,65 €	-237.788,46 €
IMT- Imposto Municipal s/ Transmissão Onerosa de Imóveis	4.750.008,87 €	3.158.065,40 €	2.755.266,31 €	3.406.978,94 €	651.712,63 €
Derrama	2.831.690,81 €	2.732.030,52 €	2.323.841,32 €	3.043.121,06 €	719.279,74 €
Contribuição Autárquica	4.988,17 €	8.591,28 €	861,50 €	0,00 €	-861,50 €
Imposto Municipal da sisa	1.692,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	22.258.876,38 €	21.553.677,13 €	19.725.795,02 €	22.792.775,79 €	3.066.980,77 €

Analisando o quadro anterior, verificamos que o acréscimo na receita proveniente de *impostos diretos*, face ao período homólogo do ano anterior, se ficou a dever ao aumento de 17% (€1.934.636,36) na receita proveniente do *imposto municipal sobre imóveis*, de 24% (€651.712,63) no *imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis* e de 31% na receita proveniente da *derrama*.

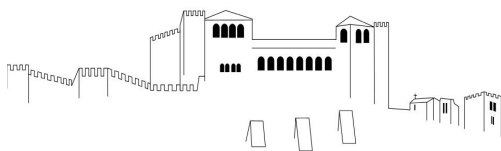
Os restantes impostos registaram uma tendência inversa, tendo-se verificado, por exemplo, uma quebra de 8% (-€237.788,46) no *imposto único de circulação*.

A rubrica *impostos indiretos*, registou um aumento de 2%, face ao período homólogo de 2013, tendo contribuído positivamente para este valor a receita proveniente da *ocupação de via pública*, da *publicidade*, da *verificação metrológica* e de *mercados e feiras*.

Já a receita relativa a *loteamentos* e *obras* contribuiu de forma negativa para o referido aumento.

Impostos Indiretos	2013	2014	Variação	%
Mercados e Feiras	50.675,25 €	51.402,83 €	727,58 €	1%
Loteamentos	34.906,02 €	6.211,81 €	-28.694,21 €	-82%
Obras	722.571,25 €	643.662,89 €	-78.908,36 €	-11%
Ocupação Via Pública - Esplanadas	5.892,30 €	10.557,58 €	4.665,28 €	79%
Ocupação Via Pública - Outros	12.853,22 €	26.832,27 €	13.979,05 €	109%
Publicidade	203.155,84 €	275.902,77 €	72.746,93 €	36%
Verificação Metrológica	38.429,91 €	42.572,27 €	4.142,36 €	11%
Outros	57.366,89 €	87.869,83 €	30.502,94 €	53%
TOTAL	1.125.850,68 €	1.145.012,25 €	19.161,57 €	2%

Relativamente à *rubrica taxas, multas e outras penalidades* verifica-se um aumento em cerca de 6% em relação a igual período do ano anterior, tendo sido proporcionada, essencialmente, pelo aumento da *rubrica de multas e outras penalidades*, em cerca de 112%. Importa referir que as coimas e penalidades por contra ordenação passaram de € 62.105,15 em 2013, para € 143.248,49 em 2014, tendo registado um aumento de 131% face ao ano anterior.



A quebra na receita proveniente de *rendimentos de propriedade*, face a 2013, foi proporcionada pela diminuição de 26% (-€809.185,47) na receita proveniente de *rendas*.

Quanto às *transferências correntes*, o decréscimo face aos valores da receita de 2013, foi proporcionado pela diminuição das transferências provenientes do Estado em 4% (-€677.294,75). Do total das *transferências* €6.845.500,00,00 são relativas ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, €1.320.920,00 são provenientes do *Fundo Social Municipal* e €3.732.850,00 são provenientes da *participação variável no IRS*.

Transferências Correntes	2013	2014	Variação	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7.168.990,00 €	6.845.500,00 €	-323.490,00 €	-5%
Fundo Social Municipal	1.320.920,00 €	1.320.920,00 €	0,00 €	0%
Participação Variável no IRS	3.714.550,00 €	3.732.850,00 €	18.300,00 €	0,5%
Outros	3.151.859,75 €	2.779.755,00 €	-372.104,75 €	-12%
TOTAL	15.356.319,75 €	14.679.025,00 €	-677.294,75 €	-4%

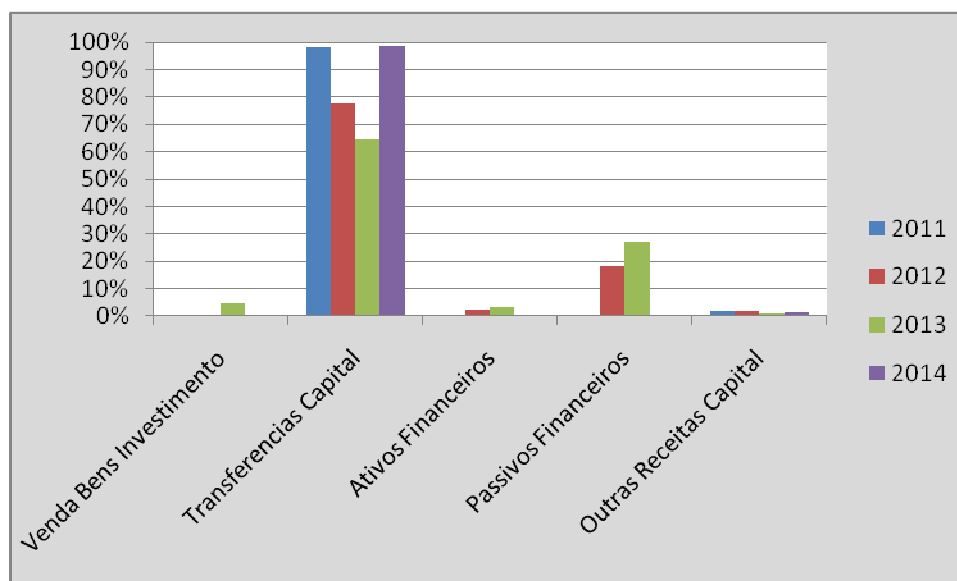
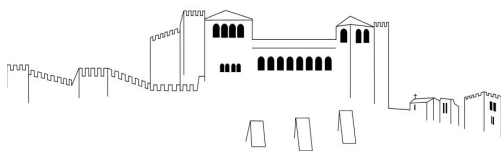
Quanto à rubrica *venda de bens e serviços* o aumento registado em 2014, face ao período homólogo de 2013, foi proporcionado pela receita da *venda de serviços* que cresceu 93% (€1.982.438,01) devido, essencialmente, ao aumento da receita proveniente de *resíduos sólidos*, dado que em 2014 o Município relevou €2.807.692,77, tendo apenas refletido €904.924,91 em 2013.

1.2 Receitas de Capital

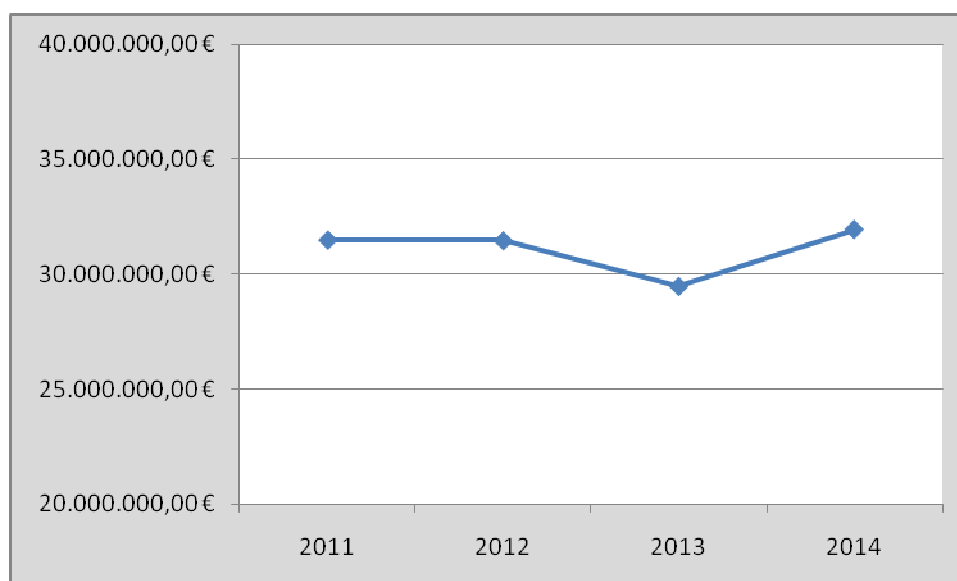
No cômputo total das receitas de capital, verifica-se uma redução em cerca de 5% (-€253.368,98 €) face ao período homólogo, devido a uma quebra na receita oriunda de ativos e passivos financeiros.

Receitas Capital	2011	2012	2013	2014
Venda Bens Investimento	1.030,13 €	0,00 €	247.063,50 €	11.454,62 €
Transferências Capital	7.802.215,79 €	6.579.725,97 €	3.571.306,98 €	5.213.484,86 €
Ativos Financeiros	0,00 €	196.266,57 €	189.112,60 €	0,00 €
Passivos Financeiros	0,00 €	1.536.826,00 €	1.500.000,00 €	0,00 €
Outras Receitas Capital	145.272,34 €	141.150,33 €	39.992,92 €	69.167,54 €
TOTAL	7.948.518,26 €	8.453.968,87 €	5.547.476,00 €	5.294.107,02 €

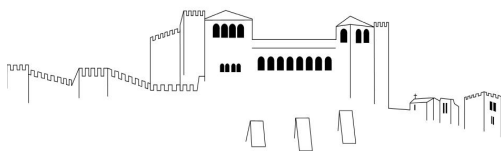
A 15 de novembro, do total das *receitas de capital*, 98% (€5.213.484,86) são *transferências de capital*, que aumentaram em cerca de 31% (€1.642.188,88) face ao ano anterior. São as receitas provenientes da participação comunitária em projetos co-financiados (FEDER) que relevam para este acréscimo, tendo-se verificado que o aumento é de 51% (€1.802.206,94).



A evolução das Receitas Próprias de base local, a 15 de novembro, apresenta-se no seguinte gráfico:



Analisando o gráfico verifica-se que estas receitas, face o período homólogo do ano anterior, registaram um aumento que corresponde a 8% (€2.498.315,75).

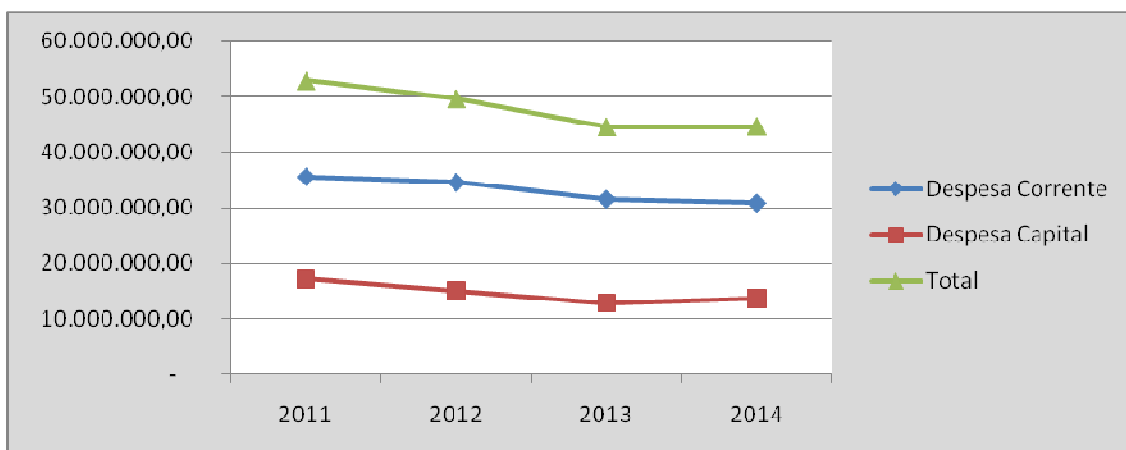


2. DESPESAS

A 15 de novembro de 2014, a *despesa total* paga é de €44.640.927,99, dos quais €30.953.836,92 são *despesas correntes* (61% do total da despesa) e €13.687.091,07 são *despesas de capital* (31% do total da despesa). No que diz respeito à despesa comprometida, verifica-se uma *despesa total* de €63.402.013,00 à qual correspondem €39.345.949,05 de *despesas correntes* (62% do total da despesa) e €24.056.063,95 de despesas de capital (38% do total da despesa).

A despesa total paga registou, face ao período homólogo de 2013, um aumento em cerca de 0,3% (€127.411,28). O aumento da despesa total paga foi proporcionado por um incremento na despesa de capital paga em cerca de 6% (€811.277,05) e por uma quebra de 2% (-€683.865,77) nas *despesas correntes* pagas.

Evolução da Despesa Paga a 15 de novembro



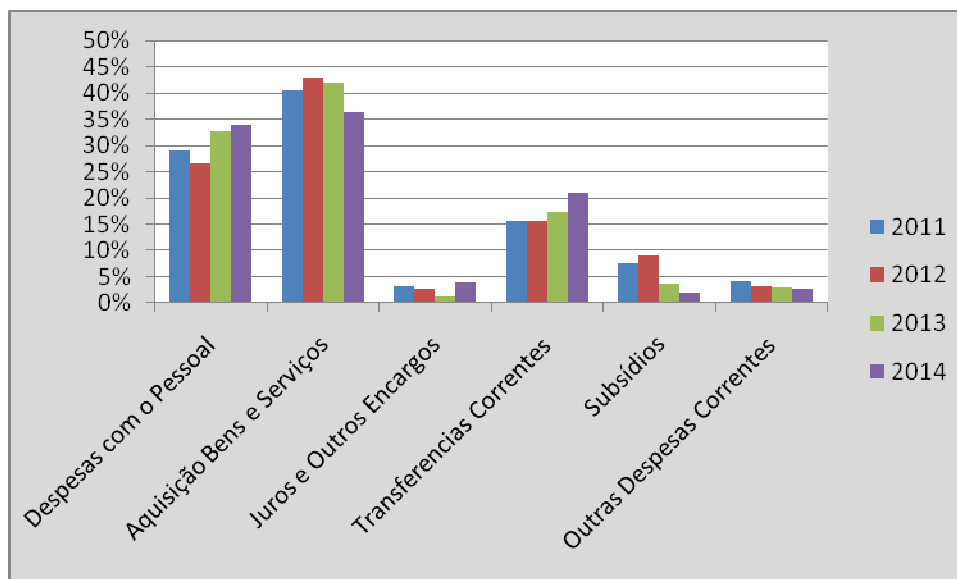
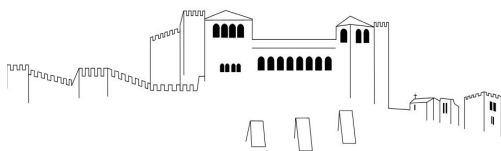
2.1 Despesas Correntes

Para a estrutura das despesas correntes, em 2014, são as despesas com *pessoal* e com a *aquisição de bens e serviços* que maior peso detém, com 34% (€10.529.219,28) e 36% (€11.255.317,28) respectivamente. Seguem-se as transferências correntes com um peso de 21% (€6.459.131,64).

As despesas com *subsídios, juros e outros encargos, e outras despesas* representam um valor residual, respetivamente, de 2%, 4% e 3% (€624.534,07, €1.221.056,34, e €864.578,31 respetivamente).

Para a diminuição nas *despesas correntes pagas*, face ao período homólogo do ano anterior, contribuiu a quebra de 15% (-€2.042.829,18) no pagamento relativo à *aquisição de bens e serviços*, a quebra em 47% (-€548.721,72) nos *subsídios* e a quebra de 9% (-€83.801,81) no pagamento de *outras despesas correntes*.

No entanto, verifica-se um aumento considerável no pagamento de *Juros e Outros Encargos*, sendo de cerca de €817.016,80, um aumento de 18% (€1.001.665,08) nas *transferências correntes* e um aumento em 2% (€172.865,06), nas despesas com *pessoal*.



A diminuição na rubrica *aquisição de bens e serviços* deve-se à quebra de 17% (€2.109.448,58) na *aquisição de serviços*. Para esta quebra contribuiu a diminuição em 22% (€651.577,05) da despesa paga relativa a *limpeza e higiene* e em 21% (€775.548,61) da despesa relativa a *encargos de instalações*. Já na rubrica de aquisição de bens observa-se um comportamento inverso, tendo aumentado em cerca de 13% (€66.619,40). Para aumento da despesa na *aquisição de bens* contribuiu com 50% (€73.165,92) a rubrica das *matérias-primas e subsidiárias*, tendo-se verificado uma diminuição na rubrica de *combustíveis e lubrificantes* em cerca de 4% (€ 6.150,52).

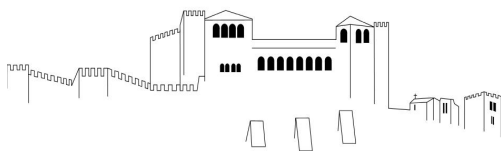
As *transferências correntes* para as freguesias, no período em análise, foram de €1.230.529,54, o que representa um decréscimo de €740.963,44, face ao período homólogo do ano anterior.

2.2 Despesas Capital

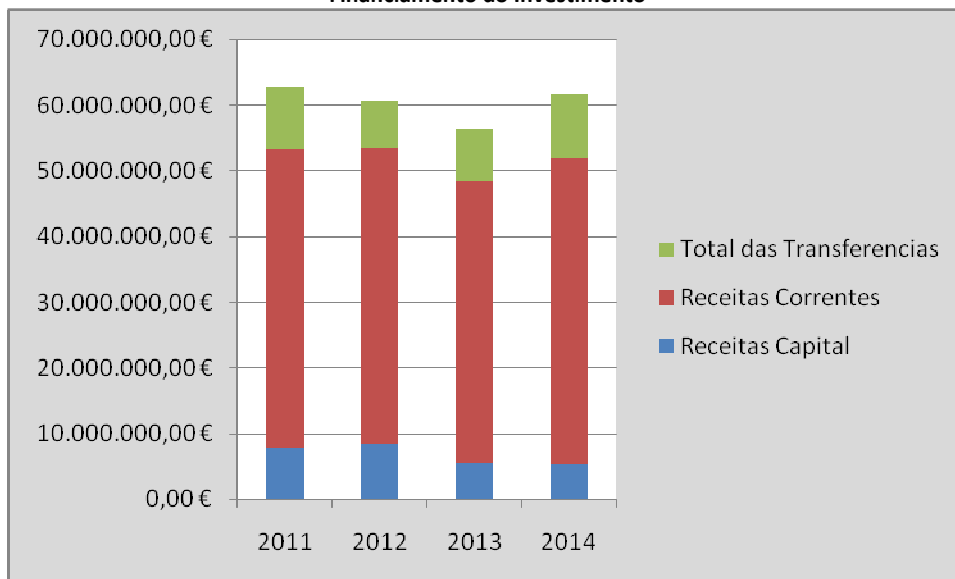
Para a estrutura das despesas de capital, a 15 de novembro de 2014, 47% (€6.396.884,29) correspondem a *aquisições de bens de capital*, 43% (€5.941.139,70) são *passivos financeiros*, e 9% (€1.299.718,60) são *transferências de capital*.

Do total das *transferências de capital*, €982.448,58 são *transferências* para as freguesias, o que representa um acréscimo de 52% (€335.708,17) face ao período homólogo do ano anterior.

O financiamento do investimento, a 31 de agosto, está traduzido no seguinte gráfico:



Financiamento do Investimento



3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A 31 de agosto	2011	2012	2013	2014
Facturas por liquidar	12.930.942,23	6.034.508,62	928.312,15	1.825.349,24
Facturas por liquidar / Receita	31%	15%	2%	4%

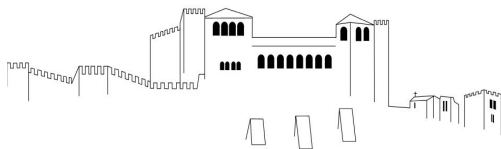
O prazo médio de pagamento do Município no 2º Trimestre de 2014, de acordo com a DGAL é de **16 dias**.

A Câmara Municipal de Leiria apresenta o seguinte stock da dívida:

	Capital em dívida a 31/12/2013 (saldo conta 23)	Transfêrência empréstimo Leirisport	Amortizações a 15 de novembro	Capital em dívida
Instituições Financeiras	38.345.319,44	17.272.835,20	5.559.699,70	50.058.454,94
Estado	7.707.280,00		381.440,00	7.325.840,00

Considerando o determinado pelo artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e de acordo com a informação reportada pela DGAL relativa ao 3º trimestre de 2014 o limite da dívida total do Município de Leiria é de €95.130.730,00,

Município	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total 3º Trimestre (em Euros)				
		Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Excluindo dívidas não orçamentais
LEIRIA	95.130.730	61.486.794	7.072.326	68.559.120	290.496	68.268.624



4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

A Câmara Municipal de Leiria, a 15 de novembro, apresenta a seguinte relação entre as grandes rubricas das receitas e das despesas:

Receitas correntes	46.558.365,02 €
Receitas de capital	5.294.107,02 €

Despesas correntes	30.953.836,92 €
Despesas de capital	13.687.091,07 €

A poupança corrente a 15 de novembro foi de € 15.604.528,10.

Poupança Corrente	=	Receita Corrente	-	Despesa Corrente
15.604.528,10	=	46.558.365,02	-	30.953.836,92

De acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para aferir o equilíbrio orçamental, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Receita Corrente Bruta Cobrada	=>	Despesa Corrente	+	Amortizações Médias Emp. M/L Prazo
46.558.365,02	>	30.953.836,92	+	7.797.680,12

Face ao exposto, verifica-se o equilíbrio orçamental, sendo o saldo corrente de € 7.806.847,98.

5. INDICADORES DE GESTÃO

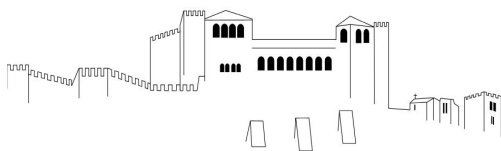
TAXA DE COBERTURA DA DESPESA PELA RECEITA 61.452.390,93 / 44.640.927,99 = 1,38

TAXA DE POUPANÇA CORRENTE 46.558.365,02 / 30.953.836,92 = 1,50

PESO DA DESPESA TOTAL NA RECEITA TOTAL 44.640.927,99 / 61.452.390,934 = 0,73

GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES 11.255.317,28 / 11.899.270,00 = 0,95

GRAU DE COBERTURA DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES 7.162.196,04 / 11.899.270,00 = 0,60



RÁCIO DE ESTRUTURA

(receitas correntes – transferências correntes) / (receitas correntes)	31.879.340,02 / 46.558.365,02 = 0,68
(receitas totais - transferências) / (receitas totais)	46.773.365,93 / 61.452.390,93 = 0,76
(transferências totais) / (receitas totais)	19.892.509,86 / 61.452.390,93 = 0,32
(Fundos Municipais capital) / (investimentos+transferências capital)	1.711.370,00 / 11.610.369,15 = 0,15

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO

(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (Fundos Municipais)	7.162.196,04 / 8.556.870,00 = 0,84
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (receita total)	7.162.196,04 / 61.452.390,93 = 0,12
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (despesa total)	7.162.196,04 / 44.640.927,99 = 0,16

INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL

(despesa de pessoal) / (receitas correntes)	10.529.219,28 / 46.558.365,02 = 0,23
(Fundos Municipais corrente) / (despesa de pessoal)	11.899.270,00 / 10.529.219,28 = 1,13

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

(Fundos Municipais capital) / (investimento)	1.711.370,00 / 6.396.884,29 = 0,27
(FEDER capital) / (investimento)	3.502.114,00 / 6.396.884,29 = 0,55
(investimento) / (receita total)	6.396.884,29 / 61.452.390,93 = 0,10

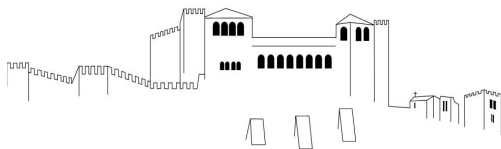
OUTROS

(despesa de pessoal) / (população)	10.529.219,28 / 127.919 = 82,31
(despesa de pessoal) / (km2)	10.529.219,28 / 565 = 18.635,79
(investimento) / (população)	6.396.884,29 / 127.919 = 50,61
(investimento) / (km2)	6.396.884,29 / 565 = 11.321,92

Leiria, 18 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara

(Raul Castro)



ANEXO



MUNICÍPIO DE LEIRIA						
RECEITAS	Execução até 15 de novembro					
	2011	2012	2013	2014		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
RECEITAS CORRENTES						
01 IMPOSTOS DIRECTOS	23.520.102,97	22.433.001,88	20.854.023,81	22.792.775,79	49%	37%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	892.688,14	1.313.813,70	1.219.459,56	1.145.012,25	2%	2%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.588.445,58	1.259.893,53	1.161.319,71	1.198.279,80	3%	2%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.108.824,28	3.218.798,32	3.206.523,83	2.484.862,92	5%	4%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.074.069,37	15.452.761,06	16.678.924,36	14.679.025,00	32%	24%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.451.839,03	2.045.577,00	2.171.600,87	4.117.938,24	9%	7%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	189.596,13	365.855,87	175.926,52	140.471,02	0%	0%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	47.825.565,50	46.089.701,36	45.467.778,66	46.558.365,02	100%	76%
RECEITAS DE CAPITAL						
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.030,13	-	247.063,50	11.454,62	0%	0%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.144.953,79	6579725,97	3.750.530,98	5.213.484,86	98%	8%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	196266,57	189.112,60	0,00	0%	0%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	1536826	1.500.000,00	0,00	0%	0%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	145.272,34	141150,33	39.992,92	69.167,54	1%	0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8.291.256,26	8.453.968,87	5.726.700,00	5.294.107,02	100%	9%
14 RECURSOS PRÓPRIO COMUNITÁRIOS	-	-	-			
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	24652,8	425583,47	62364,07	41.996,45		0%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3070581,36	1748407,06	4080407,2	9.557.922,44		16%
	3.095.234,16	2.173.990,53	4.142.771,27	9.599.918,89		16%
TOTAL GERAL	59.212.055,92	56.717.660,76	55.337.249,93	61.452.390,93		100%
DESPESAS	2011	2012	2013	2014		
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
	Execução	Execução	Execução	Execução	% Parcial	% Global
DESPESAS CORRENTES						
01 DESPESAS COM O PESSOAL	11.791.978,58	10.146.548,47	11.152.804,47	10.529.219,28	34%	24%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	15.422.945,15	15.976.174,78	13.991.090,45	11.255.317,28	36%	25%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.161.283,82	896.123,30	405.527,42	1.221.056,34	4%	3%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.018.907,57	5.460.421,64	5.778.321,55	6.459.131,64	21%	14%
05 SUBSÍDIOS	2.808.027,07	3.282.672,53	1.173.255,79	624.534,07	2%	1%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.517.540,58	1.207.358,76	999.136,51	864.578,31	3%	2%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	38.720.682,77	36.969.299,48	33.500.136,19	30.953.836,92	100%	69%
DESPESAS DE CAPITAL						
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.460.702,95	6.096.843,21	4.385.700,80	6.396.884,29	47%	14%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	841.701,47	847.838,55	1.156.643,50	1.299.718,60	9%	3%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	661.923,00	697.966,06	372.263,75	0	0%	0%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	5.973.793,34	7.510.753,91	7.461.301,99	5.941.139,70	43%	13%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.738,02	49.348,48	0%	0%
17 OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS					0%	0%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	17.938.120,76	15.153.401,73	13.378.648,06	13.687.091,07	100%	31%
TOTAL GERAL	56.658.803,53	52.122.701,21	46.878.784,25	44.640.927,99		100%



Advogados

Mário Diogo
Paulo Neto
Jorge Marques
Joana Mendonça
David Pereira
Vera Lúcia Santos

LISTA ACTUALIZADA de PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES **(para relatório de actividades a enviar à ASSEMBLEIA MUNICIPAL de LEIRIA)**

1) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 549/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor – Paulo Gomes dos Santos

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do Embargo referente a uma moradia unifamiliar que o A. tinha em construção, com o fundamento que as obras estavam executadas num local distinto do licenciamento a que se refere o processo de obras n.º 1111/02, pelo que a obra necessitava de prévio licenciamento por parte da Câmara Municipal, e consequente reconhecimento que a moradia do A. foi implantada de acordo com o projecto aprovado pelo Município no Processo de Obra n.º 1111/2002, através do alvará por ele emitido com o n.º 689/03 de 31/07/2003 e de acordo com os cartogramas existentes à data da aprovação e fornecidos pelo Município, e que as obras estão executadas no local que consta do licenciamento.

b) que a mesma moradia não viola as disposições do PDM de Leiria, nem a Portaria 1111/2001 de 19/09/2001;

c) que inexistente fundamento legal para o embargo decretado.

No caso de se provar o pedido formulado em a) e o Município não conceder ao Autor autorização para a conclusão da moradia no local onde se encontra, requer a condenação do Município a indemnizar o Autor pelas perdas e danos que sofreu relativos aos custos da construção, dos projectos, da eventual demolição e danos não patrimoniais no montante da liquidar em execução de sentença.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda esclarecimentos do Relatório Pericial, reclamados pelo Autor.

2) PROCESSO: Expropriação n.º 4052/04.6 TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Trib. Jud. de Leiria

PARTES: Expropriante: Município de Leiria

Expropriado: Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis

VALOR DA ACÇÃO: 108.418,54 €

PEDIDO: Condenação da entidade expropriante no pagamento à expropriada do montante de 108.418,54 €, a título de despesas a suportar por aquela para substituir o bem expropriado por outro equivalente.

Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada

Reg. na Ordem dos Advogados n.º 80/02 – Capital Social €50.000,00 – NIPC 505 837 978

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferido Acórdão que julgou improcedente os recursos de apelação pela Expropriante e pela Expropriada, mantendo, nos precisos termos, a decisão proferida pelo Tribunal Judicial de Leiria, que condenava o Município de Leiria a pagar à Expropriante Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis a quantia global de € 75.940,94, tudo com referência ao valor das despesas em que a mesma incorreria para formalização da aquisição a seu favor à data da entrada em juízo do incidente de liquidação de imóvel de natureza, características e valor equivalentes ao que foi expropriado no âmbito dos presentes autos, absolvendo o Município do demais peticionado. O Município de Leiria já pagou a quantia na sequência do decidido no Acórdão. Aguarda-se confirmação da concordância quanto à área constante do levantamento cadastral, no sentido de tomarmos as diligências necessárias à concretização da transmissão.

3) PROCESSO: Acção Administrativa Comum sob a forma de processo ordinária n.º 1135/06.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor- João Pedro Gonçalves Assunção Branco

Réu- Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 39.358,00 €

PEDIDO: 1) ser o Município condenado em sede de indemnização pelo dano emergente, por haver destruído o quiosque e pelos investimentos feitos com a construção do mesmo, causados pela declaração de utilidade pública, nos termos da alínea c) do art. 180º do C.P.A., no montante de 24.358,00 €, que se estabelece como correspondente ao da justa indemnização;

2) Ser o Município condenado em sede de lucro cessante, perca do direito ao trespasse (cedência-transmissão a outrem) nomeadamente a indemnização referente á clientela que se fixa num montante de 15.000,00 €

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Realizada audiência prévia em 12/02/2014, aguarda-se os respectivos trâmites processuais.

4) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1681/10.2TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria

Arguido/Demandado- Vítor Domingos da Rocha Rosa;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 € acrescida de juros moratórios á taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Aguardamos instruções para eventualmente apresentar a competente Execução de Sentença.

5) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1675/10.8TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Vítor Manuel Gameiro Luís;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida sentença condenando o Arguido a pagar ao Município de Leiria a quantia de 147,14€ mais juros de mora desde 21/02/2012 até integral pagamento Condenado em custas. Ainda não se conseguiu notificar o arguido, pelo que a Sentença ainda não transitou.

6) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2728/10.8TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Gabriel Cristiano Santos Ferreira;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: *Houve desistência da queixa-crime face ao acordo de pagamento em 10 prestações mensais a título de indemnização ao Município de Leiria, pelos danos causados pela não devolução da Biclis n.º 38 e respectivo cadeado. Não efectuou qualquer pagamento até à presente data.*

7) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1052/10.0TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- João Miguel Pinheiro de Barros;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu o seguinte Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Aguardamos instruções para eventualmente se apresentar a competente Execução de Sentença.

8) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º

404/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor- AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção, Ld.^a:

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: que seja declarada a invalidade do Despacho proferido em 2009/11/13, indeferindo a pretensão da Autora de pedido de autorização de legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de bebidas (relativa à exposição apresentada em 22/10/2007), seguindo-se os demais termos da lei até final.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a Acção.

A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos requerimento de custas de parte, pelo que aguardamos o respectivo pagamento.

9) PROCESSO: Processo n.º 3011/07, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.^a

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação da CML, de 11/10/2004, que indeferiu o projecto de arquitectura relativo à construção de um edifício de 6 pisos, sito em Olhavas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda decisão desde 07 de Novembro de 2007.

10) PROCESSO: Processo n.º 4711/09, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul (anteriormente Proc. 578/04.0 TAF Leiria)

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.^a

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Pede-se a condenação do Município no pagamento da quantia de 453.685,79 € a título de indemnização por prejuízos sofridos pela autora aquando da construção de um edifício sito em Guimarães.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentado em 24/09/2014, requerimento peticionando a suspensão da instância pelo prazo de 90 dias, atentas as negociações em curso para dirimir o litígio por acordo.

11) PROCESSO: Processo n.º 935/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação do Município de 08/06/2007, que indeferiu o pedido de licenciamento de edifício para Habitação Colectiva (Proc. O. P. 851/2006).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentado em 23/09/2014, requerimento peticionando a suspensão da instância pelo prazo de 90 dias, atentas as negociações em curso para dirimir o litígio por acordo.

12) PROCESSO: Oposição de Execução Fiscal n.º 332/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Exequente: Município de Leiria

Oponente: Ângela Cristina de Sousa Antunes

VALOR DA ACÇÃO: 530,09 €

PEDIDO: Declaração da caducidade das liquidações efectuada e reportada aos anos 2001 a 2004, ou, se assim não se entender, a prescrição da dívida exequenda e a falsidade do título Executivo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

13) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma ordinária n.º 599/07.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vítor Manuel da Silva Cruz

Réu: Município de Leiria e Freguesia de Regueira de Pontes

VALOR DA ACÇÃO: 46.961,67 €

PEDIDO: Condenação do Município a pagar ao Autor a quantia de 46.369,67 €, acrescida de juros de mora à taxa de 4% ao ano, contados da citação até efectivo e integral reembolso e no mais que for de lei, na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente pedonal devido a buraco que se encontrava na via pública.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Fomos notificados pelo TAF de Leiria, de ter sido dado sem efeito o agendamento para realização de audiência de julgamento, pelo que aguardamos nova marcação para realização da mesma.

14) PROCESSO: Execução Comum n.º 592-A/1999 a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Exequente: Abílio de Jesus da Silva

Executado: Município de Leiria

PEDIDO: Através do Processo de Execução para Prestação de Facto nº 592-A/99, em que é Exequente Abílio de Jesus Silva e Executado o Município de Leiria, Abílio de Jesus Silva procura dar à Execução a transacção (acordo das partes), efectuada em 20 de Julho de 2001, homologada por Sentença proferida em 17/09/2001, transitada em julgado em 8 de Outubro de 2001.

De acordo com essa Transacção, na parte relevante, as partes obrigaram-se a:

- 1- Conjuntamente, corrigir, perante a Conservatória do Registo Predial e a Serviço de Finanças competentes, a área do imóvel descrito na alínea A) dos Factos Assentes, de modo a que o mesmo passe a constar com a área de 17.300 m², em conformidade com a alínea B) dos Factos assentes na Acção Declarativa (cláusula Segunda);
- 2- Mais se obrigaram “a, conjuntamente, dividir por destaque, o imóvel descrito na alínea A) dos factos

assentes em dois novos prédios, respectivamente com as áreas de 10.770 m2 e de 6.530 m2” (cláusula Terceira);

3- “O novo imóvel de 6.530 m2 situar-se-á na parte sul do prédio descrito na alínea A) dos factos assentes, conforme planta integrante da transacção, sendo adjudicado ao Autor” (cláusula Quarta);

4- As despesas com a correcção de área e com a divisão sobreditas serão suportadas por ambas as partes, na proporção das áreas referidas na cláusula terceira (cláusula Quinta), isto é na proporção de 10.770 m2 para o réu e 6.530 m2 para o Autor (cláusula Quinta);

5- O Município de Leiria obrigou-se a aprovar, nos termos legais, para o novo imóvel referido na cláusula Quarta, o loteamento e construção que decorrem da planta anexa à transacção, podendo no entanto o autor obter a aprovação por parte do Réu de área de construção inferior à identificada nessa planta (cláusula Sexta);

6- A título de indemnização pelo diferencial entre a construção estabelecida no “protocolo” objecto do litígio e a definida na planta anexa à transacção, bem como pelos demais danos materiais referidos na petição inicial, o Réu obriga-se a pagar ao autor a quantia global de PTE 30.000.000\$00 (cláusula Sétima, Oitava e Nona). Esta quantia foi efectivamente paga pelo Município a Abílio de Jesus Silva.

7- O Município de Leiria obrigou-se a no prazo de um ano a contar da data da transacção, executar as obras que se mostrassem necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para o novo imóvel referido na cláusula Quarta (cláusula Décima).

A Acção Executiva foi instaurada em 22 de Janeiro de 2008, com a alegação de que o Município só havia pago a quantia estipulada na transacção, faltando cumprir as demais obrigações então fixadas. Segundo o Exequente, a área do imóvel não foi corrigida; o imóvel não foi dividido; o novo prédio com a área de 6350 m2 não foi adjudicado ao Exequente; o loteamento não foi aprovado e o Município não fez as obras necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para este prédio.

Atento este incumprimento, o Exequente solicitou ao Tribunal:

a) que fosse fixado o prazo de 10 dias para subscrever os pedidos de correcção de área em conformidade com o estabelecido na cláusula 2ª da sobredita transacção e pagar os custos que viessem a ser exigidos pela Conservatória registral e pela Repartição Fiscal competentes, nos termos estabelecidos na cláusula 3ª da Transacção;

b) Que fosse aplicado ao Município uma sanção pecuniária compulsória de 100,00 € por dia, desde o termo do prazo que viesse a ser judicialmente fixado até à concretização da subscrição e pagamentos aí referidos.

A CML não deduziu Oposição à Execução.

Por duto Despacho de 2/07/2008, foi fixado o prazo de 10 dias para o cumprimento da obrigação exequenda e fixada a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso no cumprimento da prestação, a partir do prazo ordenado para sua realização. Esse Despacho foi notificado às partes por carta expedida a 16 de Julho de 2008. O prazo para cumprimento da obrigação exequenda terminou no dia 31 de Julho de 2008.

Por ofício datado de 4 de Setembro de 2008, a CML notificou o Senhor Abílio de Jesus Silva para comparecer no Sector de Património para subscrever o pedido de correcção de área, junto da CRP e do Serviço de

Finanças. Em 10 de Setembro de 2008, foi comunicada à CML a apresentação de pedidos de correcção de área no 2º Serviço de Finanças de Leiria (em 8 de Setembro de 2008) e 2ª CRP de Leiria (em 9 de Setembro de 2008).

O pedido de correcção de área do prédio descrito na 2ª CRP de Leiria sob o número 658 da freguesia de Pousos (artigo matricial rústico 4382 daquela freguesia) foi indeferido (recusa de registo predial) por não contar com a assinatura de Maria Trindade Costa, proprietária do prédio na proporção de 2/24.

Em 29 de Março de 2010, o Exequente veio pedir a penhora de bens do Município de Leiria para lhe ser paga a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso, a contar de 1 de Agosto de 2008 inclusive. A sanção pecuniária compulsória ascendia em 21 de Março de 2012, a 129.800 €.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Decorrem negociações com vista à obtenção de uma solução consensual para o litígio em apreço.

15) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 371/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Anulação do acto ou actos administrativos de processamento de vencimentos e abonos, respeitantes ao mês de Janeiro de 2011 e a todos os meses subsequentes de 2011, por lhes faltar base legal constitucionalmente válida, na medida em que as normas do artigo 19º n.ºs 1º e 4º, alínea a) da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, enfermam de inconstitucionalidade formal e material, a vários níveis.

b) Condenação do Município no restabelecimento da situação que existiria se aquele acto ou aqueles actos não tivessem sido praticados, ou seja, a situação em vigor à data de Dezembro de 2010;

c) Condenação do Município a reconhecer a situação jurídica subjectiva dos associados do Autor, quanto à atribuição e processamento dos vencimentos e abonos de 2011, em conformidade com o quadro normativo legal vigente em Dezembro de 2010;

d) Condenação do Município no pagamento de juros de mora legais que forem devidos aos associados do Autor.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

16) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 276/11.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Giuseppe Curia e outros

Réu: Município de Leiria

Chamado: José Marques Grácio, S.A.

VALOR DA ACÇÃO: 30.900,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia de 30.900,00 € (na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente de viação):

- a) 10.000,00 € a título de danos morais, sofridos por Helena Cunha Cúria, acrescidos de juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- b) 20.900,00 € por danos materiais suportados por Giuseppe Cúria, acrescido dos juros vincendos desde a dada de citação até integral e efectivo pagamento;
- c) Custas e Procuradoria.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Proferido despacho que decidiu deferir o incidente de intervenção principal provocada da sociedade José Marques Grácio, S.A. (empreiteiro que intervinha no local do evento) e mandar o Chamado para querendo contestar a acção.

17) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 1349/06.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Carolina Oliveira Monteiro e outros

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 78.000,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia 78.000,00 €, que corresponde a prejuízos sofridos pela Autora, resultantes do encrave do prédio e consequente desvalorização ponderada a sua valorização actual (os alegados prejuízos correspondem à diferença de valor do prédio com e sem acesso ao caminho e via pública).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

18) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 147/06.0BELRA (Recurso- Proc. 07669/11- TCA Sul), a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul.

PARTES: Autor: José António da Silva

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Belmiro Emanuel Teodoro Duarte Cardoso e outros

PEDIDO: Pedido Indemnizatório por danos correntes da prática do acto ilícito de indeferimento do pedido de licenciamento de construção de uma moradia familiar (responsabilidade civil extracontratual).

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Fomos notificados do Acórdão do TCA Sul que não admitiu, por irrecurribilidade da decisão impugnada, o requerimento de interposição de recurso jurisdicional, interposto por José António da Silva, condenando-o nas custas.

Como antecedentes relevantes importa reter o seguinte:

- Por decisão de 6 de Janeiro de 2011, o TAF de Leiria condenou o Município a apreciar o licenciamento apresentado pelo autor, abstendo-se de o rejeitar liminarmente com fundamento na ilegitimidade do

autor decorrente da mesma motivação jurídica que adoptou no ato que resulta eliminado na ordem jurídica, e absolveu o Município do pedido indemnizatório formulado pelo Autor.

- Inconformado, o autor interpôs recurso jurisdicional para o TCA Sul da decisão, no segmento em que absolveu o Município do pedido indemnizatório.

O TCA Sul considerou agora que o autor recorreu a um meio inadequado para reagir contra aquele segmento da decisão, já que deveria ter lançado mão, em 10 dias, da reclamação para a conferência e não do recurso. Ao ter apresentado recurso, no termo do prazo legalmente previsto (30 dias), impossibilitou a convalidação do recurso em reclamação para a conferência (formação coletiva com 3 juizes), que só seria possível se o recurso tivesse entrado em juízo dentro dos 10 dias, prazo previsto para a reclamação para a conferência.

O acórdão ora notificado não transitou ainda em julgado.

19) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º1414/09.6BELRA (Recurso n.º 07986/11- TCA Sul), a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul.

PARTES: Autor: António Pereira Órfão

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

PEDIDO: condenação do Município à prática do acto devido, isto é, num prazo de trinta dias a contar do trânsito em julgado da decisão, expropriar os terrenos confinantes da Travessa da Serrada para permitir o alargamento da travessa, e a Freguesia de Pousos e o Município de Leiria serem solidariamente condenados a alargar a referida travessa num prazo de trinta dias a contar da referida expropriação.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: O Autor interpôs Recurso de Revista para o Supremo Tribunal de Justiça. Aguarda prolação de Decisão pelo Supremo Tribunal de Justiça.

20) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 658/11.5BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: LCC- Leiria Shopping- Centro Comercial, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 4.876,00 €

PEDIDO: O Impugnante vem impugnar:

- a) o acto de liquidação da denominada taxa municipal para realização de infra-estruturas urbanísticas, no montante de 4876,00 €, notificado ao impugnante em 22/12/2010;
- b) o acto de indeferimento tácito da Reclamação Graciosa deduzida contra esse acto de liquidação em 24/01/2011.

Peticionando que tais actos sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes, com as legais consequências e peticionando ainda que seja expressamente declarada a existência de erro dos serviços e reconhecida à impugnante o direito a juros indemnizatórios sobre todas as quantias impugnadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar ulteriores trâmites processuais.

21) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 643/07.16BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Acácio Manuel Gomes de Oliveira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do despacho de 22/02/2007, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal que determinou a demolição das obras levadas a cabo pelo Autor, por enfermar do vício de violação de Lei;

b) condenar o Município a apreciar o pedido de licenciamento das edificações levadas a cabo pelo Autor e, nesse contexto, a sustentabilidade de legalização das mesmas, ainda que com eventuais correcções ou alterações.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Face a informação prestada pelo Autor, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria suspendeu a instância até que seja proferida decisão final sobre o procedimento administrativo (Processo n.º 366/08), facto que deverá ser comunicado pelo Município de Leiria logo que ocorra.

22) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1066/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Reconhecimento e declaração que os associados do autor (António Manuel Carreira Guarda, Manuel Jorge Ribeiro dos Santos, Maria Augusta Gameiro Silva Sousa, Rosa Maria Ferreira Carreira, Maria Luísa Batista Matos, Teresa Maria Jorge Jordão, Carlota Maria Lopes Cardeiro Areia, Amândio Correia Jesus, Vítor Manuel Filipe Costa, Manuel Pereira Lisboa, Maria João Paixão Aguiar Coelho, João Hélder Pinto Lopes Silva, Marco Paulo Dinis Baptista, Maria de São José Silva dos Santos, Rogério Paulo Santos Gaspar e António Jesus Nunes) preenchem o universo dos trabalhadores objecto de opção gestionária para o ano de 2010, reunindo os requisitos exigidos pela alínea c) do n.º 1 do art. 47º da Lei 12-A/2008 para poderem alterar a sua posição remuneratória;

b) Reconhecimento e declaração que as verbas afectas a alteração do posicionamento remuneratório no ano de 2010 não se esgotaram com as alterações de posicionamento efectuadas pelo Réu;

c) Condenação do Município a proceder a alteração de posicionamento remuneratório decorrente da opção gestionária de 2010 aos trabalhadores que nessa data já possuíam 5 pontos nas sucessivas avaliações de desempenho de 2004 em diante;

d) Condenação do Réu a proceder à alteração de posicionamento remuneratório dos associados do autor, nos

termos referidos no artigo 35º da Petição Inicial, até se esgotar o montante máximo afecto a cada carreira a esse efeito;

e) Condenação do Réu a proceder ao pagamento das remunerações decorrentes da alteração de posicionamento a que aja lugar, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, acrescida de juros de mora desde essa data.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Terminada a fase dos articulados, aguarda os ultteriores trâmites processuais.

23) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 718/05.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Pedro José dos Santos Rosa

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 7.974,46 €

PEDIDO: Ser a ré condenada a pagar a quantia de 7.386 €, a que acrescem juros à taxa de 4% ao ano, sobre a quantia de 5.866 € e desde 2 de Janeiro de 2003, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda marcação de data para audiência de discussão e julgamento.

24) PROCESSO: Acção Administrativa Especial n.º 51/04.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: José Luís Marques da Cruz Monteiro

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessados: Oestauto- Sociedade de Reparação e Comércio de Automóveis, Ld.^a

VALOR DA ACÇÃO: 14.693,95 €

PEDIDO: Anular a deliberação do Município, de 26/05/2003, que aprovou o projecto de arquitectura apresentado pela contra-interessada, no âmbito do pedido de licenciamento de remodelação do posto de combustíveis que explora, dado o mesmo enfermar de vício de violação de lei por erro nos pressupostos de facto, por não se encontrarem cumpridos os distanciamentos mínimos entre os reservatórios enterrados de gasolina e de gasóleo e os edifícios que recebem público e áreas sensíveis adjacentes. Veio, *a posteriori*, o Autor ampliar o objecto da acção (o qual foi aceite pelo tribunal) com a anulação da deliberação que aprovou a reformulação do projecto de arquitectura em crise nos autos e que autorizou o licenciamento da correspondente operação urbanística.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Em 26/04/2012, foi proferida acórdão absolvendo o Município. O Autor interpôs Recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul. Apresentámos as respectivas Contra-Alegações. Encontra-se a aguardar a prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo do Sul.

25) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1249/11.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vítor Manuel Fernandes Carreira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 75.259,74 €

PEDIDO: Pedido de Indemnização Civil por responsabilidade civil extracontratual por não emissão de autorização de utilização de edifício em virtude da suspensão de procedimento administrativo n.º 219/02 nos termos do art. 11 n.º 7 do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença absolvendo o Município de Leiria do pedido, está Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos requerimento de custas de parte. O Autor, efectuou o seu pagamento.

Iremos proceder ao encerramento do dossier.

26) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 1183/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Horácio Simões e esposa

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00€

PEDIDO: Condenar os Réus solidariamente a:

- a) repor o terreno, indevidamente ocupado com o arruamento, na situação em que esse se encontrava, demolindo a obra (caminho) realizada e plantando vegetação idêntica àquela que lá se encontrava;
- b) Indemnizar os AA. por danos materiais, danos não materiais e perda de rendimento do imóvel, na importância de 5.000,00 €, acrescidos de juros à taxa legal, desde a citação até efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi apresentada Contestação pelo Município em 11/01/2008, encontrando-se a aguardar os ulteriores termos processuais aplicáveis.

27) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 473/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95€

PEDIDO: Condenar o Município a:

- a) Reclassificar a sua associada Vanda Regina Gonçalves Gomes para a carreira de auxiliar administrativa;
- b) No pagamento das custas e procuradoria geral.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

28) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 3/08.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01€

PEDIDO: na presente acção peticiona-se o seguinte:

- a) que o acto impugnado seja anulado, com as legais consequências;
- b) entregar os documentos requeridos na reclamação e mencionados nos artigos 33º e 34º da presente Petição Inicial;
- c) condenar o Município a praticar o acto administrativo devido, em substituição do acto praticado e ora impugnado, no qual reconheça que o Associado do Autor Paulo Manuel Escalheiro Pinto merece uma classificação de 3 valores na Responsabilidade e Compromisso com o Serviço.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença que julgou a acção totalmente improcedente e, consequentemente, absolveu o Município de Leiria dos pedidos. A Sentença já transitou em julgado, pelo que, apresentámos Requerimento de Custas de Parte, encontrando-se aguardar o respectivo pagamento.

29) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 831/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Armando de Jesus de Oliveira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: anulação do despacho emitido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 30/04/2007;

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferido Acórdão em Janeiro de 2013 pelo TCA Sul que confirmou a Sentença recorrida (o TAF de Leiria proferiu Sentença declarando improcedente a Acção). Apresentámos Requerimento de Custas de Parte, encontrando-se aguardar o respectivo pagamento.

30) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 364/08.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Américo dos Santos

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: José dos Santos

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

PEDIDO: Declaração de nulidade do despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 28/12/2007, através do qual se ordenou a demolição de muro de vedação levado a efeito clandestinamente em Rua do Lagar, Matoeira- Regueira de Pontes.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a acção intentada pelo Autor, e em consequência, absolveu o Município de Leiria do pedido e condenou o Autor em custas. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos requerimento de Custas de Parte, encontrando-se aguardar o respectivo pagamento.

31) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 780/09.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Perspectiva- Gabinetes de Estudos Topográficos e Engenharia, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 18.061,46 €

PEDIDO: A Autora peticiona:

- a) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia de 6.811,46 €, referente à reparação de veículo automóvel de matrícula 95-47-VE, melhor identificado na Petição Inicial;
- b) a condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia total de 11.250,00 € a título de danos não patrimoniais pela imobilização do veículo de 45 dias.
- c) A condenação do Município no pagamento à Autora de juros de mora, à taxa legal, sobre as quantias supra mencionadas, a contar desde a data do acidente até efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: o processo encontra-se a aguardar audiência preliminar ou Despacho Saneador desde 17/11/2009.

32) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 157/08.2BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Exploração Agro-Pecuária da Quinta dos Ganados, Ld.^a

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: A Autora peticiona:

- a) A anulação do despacho proferido pela Presidente da Câmara de Leiria datado de 30/10/2007 que determinou a demolição das obras levadas a cabo pela Autora;
- b) A declaração do efeito suspensivo da impugnação de despacho supra mencionado, suspendendo-se assim a eficácia do referido acto.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se a aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

33) PROCESSO: Acção Ordinária n.º 4190/05.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor: Conceição de Jesus

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: A Autora peticiona o seguinte:

- a) que se reconheça à Autora o direito de posse e de propriedade sobre o prédio identificado no art. 1 da Petição Inicial;
- b) que os Réus sejam condenados a restituírem a posse do imóvel à Autora;
- c) que os Réus sejam solidariamente condenados a proceder ao arranjo e execução de todas as obras necessárias para reconstruir o imóvel em causa nos autos, à sua custa;
- d) serem os Réus solidariamente condenados a pagar diariamente à Autora a quantia de 500,00 € desde o dia da ocupação e destruição, até ao dia em que esta possa utilizar o imóvel como o vinha fazendo antes da destruição;
- e) Serem os Réus condenados solidariamente numa indemnização à autora que se apurar em sede de execução de sentença;
- f) Serem os Réus condenados solidariamente a restituírem em 5 dias todos os imóveis que foram identificados no art.º 39 da P.I., sob pena de não o fazendo serem condenados a pagar a quantia de 100,00€ diários até à entrega de tais bens;
- g) Serem os Réus notificados com a cominação de que incorrerão na prática de um crime de desobediência qualificada caso não cumpram o que lhes fora ordenado, no prazo que vier a ser fixado pelo tribunal;
- h) Custas a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se pendente incidente de habilitação de herdeiros, por morte do Réu Manuel de Jesus Santos.

34) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 877/05.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: Reis & Torcato- Construtores, Ld.^a

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 137.206,38 €

PEDIDO: Impugnação Judicial de liquidação de taxa urbanística, anulando-se a liquidação operada, determinando-se a restituição da quantia paga pela Impugnante bem como a realização de liquidação no respeito das normas alegadamente violadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Celebrado Acordo entre o Município de Leiria e a Reis & Torcato- Construtores, Ld.^a, com fim a colocar termo ao litígio.

35) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1185/05.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: João Paulo Santos Vieira

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 84.017,52 €

PEDIDO: condenação dos Réus solidariamente ou na medida das responsabilidades que se apurarem, a pagar ao Autor a quantia global de 84.017,52, bem como de todas as despesas que o mesmo venha sofrer pela vida fora, e que estejam relacionadas com o acidente pedonal, devido a um buraco aberto que se encontrava no passeio, sem qualquer sinalização, em desrespeito das normas legais em vigor.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

36) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 631/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Afonso Estrela Rodrigues

Réu: Município de Leiria e outro

VALOR DA ACÇÃO: 31.000,00€

PEDIDO: Vem a autora peticionar:

- a) a anulação ou declaração de nulidade do despacho emitido pela Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, e que deu causa a esta acção e nesta sequência, declararem-se deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor;
- b) Caso se entenda que não estão reunidos os requisitos legais para poderem-se declarar deferidos tacitamente os pedidos apresentados pelo Autor, pelas razões supra aduzidas, devem os Réus ser condenados a emitirem as respectivas licenças no prazo de dez dias após sentença transitada em julgado nesta acção, sob pena de o não fazerem serem condenados em indemnização compulsória no valor de 100,00 € diários, até à emissão das respectivas licenças;
- c) Que as custas fiquem a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença.

37) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 892/07.2BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Ministério Público

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Crédito Predial Português, S.A e outros.

VALOR DA ACÇÃO: 2.042,57€

PEDIDO: nulidade dos actos impugnados – despacho do vereador da Câmara Municipal de Leiria, com competências delegadas e subdelegadas de 31/07 e 13/12 de 2000 e ainda de 21/01/2002.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

38) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1314/06.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Estradas de Portugal, E.P.E. e outros

Contra-Interessado: Litoral Atlântico- Construtores ACE

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: O Município de Leiria vem pedir:

- a) Que os actos impugnados sejam declarados nulos ou anuláveis;
- b) Que os dois primeiros Réus (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e Estradas de Portugal, EP) sejam condenados a emitir acto administrativo de aprovação das características geométricas do Restabelecimento 1, com cumprimento das normas técnicas a observar no restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17;
- c) Que seja declarado que a via interceptada pelo sublanço da A17 acima mencionado no art. 5º constituiu o Caminho Municipal n.º 1195 e que este caminho integra a rede de caminhos municipais do Município de Leiria;
- d) Que, para e na hipótese das providências cautelares não serem decretadas:
 - 1- Os réus sejam condenados a demolir e a remover a PI 1 do Restabelecimento 1 e a substituí-la por outra que cumpra as normas técnicas acima descritas para o restabelecimento de caminhos municipais, ou seja, a substitui-la por outra que permita a execução do Restabelecimento 1 com um perfil transversal tipo IV;
 - 2- Os Réus sejam condenados a executar o Restabelecimento 1 com observância das normas técnicas para o restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17.
- e) Para e na hipótese dos pedidos formulados anteriormente vierem a ser julgados improcedentes, então, que sejam os réus condenados a executar o Restabelecimento 1- PI 1 respeitando as características do CM 1195, supra identificadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

39) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 281/2003, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Autor: Artur Miranda Pedrosa

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Vítor Manuel Fernandes Carreira

PEDIDO: nulidade ou anulabilidade do acto administrativo de licenciamento pelo Município de Leiria, de alterações a uma moradia no âmbito do processo de licenciamento n.º 219/02.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Proferida Sentença que decidiu julgar totalmente improcedente o Recurso Contencioso de Anulação intentado por Artur Miranda Pedrosa contra o Município de Leiria.

Apresentado Requerimento de custas de parte, pelo que aguarda o respectivo pagamento.

O Autor apresentou Recuso. Aguarda prolação de despacho de admissão do Recurso.

40) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 999/2001, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Autor: Guilhermino Gaspar de Oliveira

Réu: Município de Leiria e outros

PEDIDO: Neste processo impugnou-se a deliberação da CML, de 19/09/2001, que indeferiu o pedido de licenciamento de construção de um bloco habitacional, sito na Quinta do Paraíso, em Leiria.

Por Sentença de 15/12/2007 foi negado provimento ao Recurso e confirmado o acto impugnado. Desta Sentença, o recorrente interpôs recurso para o TCA Sul.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Acórdão pelo TCA Sul.

41) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 946/07.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Ministério Público

Réu: Município de Leiria e outros

Contra- Interesados: Banco Internacional de Crédito, S.A. e outros

PEDIDO: Nulidade dos Despachos de 16/06 e 16/07 de 2002 do Vereador com competências subdelegadas e da Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda-se prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

42) PROCESSO: Recurso Jurisdicional de Acção Administrativo Comum n.º 5296/09, que corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Fisicoleiria- Academia de Cultura Física, Ld.ª e Deolinda Pedro de Sousa Antunes

Réu: Município de Leiria e outra

Valor da Acção: 100.561,21 €

PEDIDO: serem os Réus solidariamente condenados a pagar às Autoras a título de danos patrimoniais a

quantia de 70.561,21 € e a título de danos não patrimoniais o montante de 30.000,00 €, quantias essas acrescidas dos respectivos juros de mora, à taxa legal, contados desde a data de citação até efectivo e integral pagamento, na sequência de terem arrendado estabelecimento para efeito específico, do qual não havia sido emitida a licença de utilização, ficando com a imagem irremediavelmente perdida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença absolutória. Interposto Recurso pela Fisicoleiria-Academia de Cultura Física, Ld.^a e Deolinda Pedro de Sousa Antunes, aguarda a prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

43) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1080/11.9BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Cruz do Melo, Casal da Ladeira, Santa Eufémia, proferida no processo n.º 93/04, notificada à requerente pelo ofício n.º 2753/11 datado de 03/05/2011, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

44) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 40/06.6BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 20.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferido Despacho Saneador nos autos referidos em epígrafe.

Neste Despacho, o Tribunal pronunciou-se pela procedência da excepção dilatória de caducidade do direito de acção invocada pela EP-Estradas de Portugal S.A., que assim foi absolvida da instância (tratava-se do pedido de anulação do parecer da EP proferido no âmbito do procedimento administrativo dos autos e pedido de

sentença que condene à emissão de parecer favorável à pretensão da Autora, por não ocorrer violação da servidão non aedificandi).

Este despacho saneador ainda não transitou em julgado.

O processo prossegue para julgamento de mérito sobre o restante segmento do pedido.

Mais fomos notificados que as partes seriam oportunamente notificadas para os termos do nº 4 do artigo 91º CPTA (apresentação de alegações).

45) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 438/08.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DE ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita em Milhas, Santa Catarina da Serra, Fátima Norte, proferido no Proc. 78/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 760/08, expedido em 17 de Janeiro de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que condenou a Entidade Demandada (Município de Leiria) a retomar o procedimento de autorização. A Sentença ainda não transitou em julgado.

A TMN reclamou da Sentença proferida pelo TAF de Leiria para a Conferência(Tribunal Coletivo), por entender que o Município de Leiria deveria ter sido condenado à prática de ato devido. A Demandante defende que a Sentença recorrida ao não ter declarado a existência de deferimento tácito do pedido de autorização municipal dos autos violou o disposto nos artigos 15º e 8º do DL 11/2003.

Destarte, a Sentença não transitou em julgado, havendo que aguardar os ulteriores termos processuais.

46) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1001/07.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009372, expedido em 20 de Julho de 2007, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que ainda não transitou em julgado, o Tribunal julgou improcedente a ação, mantendo, consequentemente, o ato administrativo impugnado e condenando a Autora custas do processo.

A TMN- Telecomunicações Nacionais S.A. inconformada com a Sentença proferida nos Autos à margem referenciados, apresentou Requerimento para a Conferência. Pelo que aguardamos os ulteriores trâmites processuais.

47) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 962/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita Rua da Figueirinha, Casal Manuel António, Maceira, proferido no Proc. 142/06, notificado à requerente pelo Ofício n.º 5414/08, expedido em 20 de Maio de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: proferida pelo TAF de Leiria, no Processo referido em epígrafe. Através desta Sentença, ainda não transitada em julgado, o Tribunal julgou parcialmente procedente a ação e, nessa medida:

- a) anular o ato de indeferimento expresso do pedido de autorização municipal para instalação de infraestruturas de suporte à estação de radiocomunicações do Telheiro;
- b) condenar o Réu a retornar o procedimento de autorização da instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações, na fase de audiência prévia estabelecida no artigo 9º do DL nº11/2003, de 18 de Janeiro.
- c) Custas a cargo do réu e do autor, na proporção dos respetivos decaimentos, na proporção de 60% para o réu e 40% para o autor.

A Sentença ainda não transitou em julgado. Aguardamos resposta quanto a interposição de Recurso.

48) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1011/07.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que ordenou o desmantelamento da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azóia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 012124, expedido em 24 de Setembro de 2007, e condenar-se o Município a reconhecer que ocorreu o deferimento da autorização municipal solicitada pela Autora para a antena dos autos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

49) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 621/08.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Vodafone- Comunicações Pessoais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.001,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria datado de 18 de Fevereiro de 2008, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação de infra-estruturas de suporte de estação de radiocomunicações instalada em Carreira de Água- Barosa, e consequentemente anular-se o despacho recorrido, e, concomitantemente, condenar-se a autoridade recorrida a emitir a competente autorização municipal em prazo não superior a 30 dias a contar da data da sentença.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença, ainda não transitada em julgado, o Tribunal decidiu julgar a acção parcialmente procedente e, em consequência:

- a) anular o despacho de 18.02.2008 da Presidente da Câmara Municipal de Leiria através do qual indeferiu o pedido de autorização relativo a uma infraestrutura de suporte da estação da radiocomunicações designada “Barosa”, já instalada em Carreira de Água, Barosa, concelho de Leiria;
- b) absolver o Município de Leiria do pedido condenatório (a condenação da entidade demandada a conceder a autorização solicitada em prazo não superior a 30 dias);
- c) condenar a Autora (Vodafone S.A.) e a Entidade Demandada (Município de Leiria) no pagamento das custas em partes iguais.

Recebemos indicação do Município para não interpor Recurso.

50) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 180/08.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o

pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Outeiro das Rosas, Boavista, proferido no Proc. 92/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 014883, expedido em 20 de Novembro de 2007, e, em consequência, anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à prática do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003 ou, caso assim não se entenda, que condene o Município a proferir decisão de autorização da antena dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 10º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença pelo TAF de Leiria que julgou totalmente procedente a ação e, nessa medida, decidiu anular o despacho da Presidente da Câmara Municipal de Leiria datada de 5 de Novembro de 2007, que indeferiu o pedido apresentado pela autora para instalação de infraestrutura de suporte para estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, no sítio de Outeiro das Rosas, Boavista. Mais decidiu condenar a entidade demandada a, uma vez realizada a audiência prévia a que alude o artigo 9º do DL 11/2003, praticar ato decisório que aprecie a pretensão deduzida pela Autora, nos termos do mesmo diploma levando em consideração e observando estritamente o decidido nos autos e condenar, outrossim, o Município nas custas do processo.

A TNM inconformada com a Sentença proferida nos Autos à margem referenciados, apresentou Requerimento para a Conferência. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

51) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com actos Administrativos n.º 105/07.7 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Henrique José Salgueiro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00€

PEDIDO: o autor peticiona o seguinte:

- a) Impugna-se o acto administrativo de demolição, proferido por despacho datado de 16/05/2006, notificado ao autor em 18/12/2006, por considerar que este se encontra ferido de nulidade, ou, salvo melhor entendimento, sem conceder, por se considerar anulável;
- b) O Réu condenado a reconhecer e declarar a nulidade do acto por si praticado de demolição, ou, se assim não se entender, por mera cautela e sem conceder, declarar-se a sua anulação;
- c) Reconhecer que face à factualidade supra descrita nos articulados, atendendo ainda às normas legais aplicáveis ao caso em análise, a obra é susceptível de satisfazer os requisitos legais e regulamentares da urbanização, de estética, de segurança e de salubridade;

Ou, sem conceder:

- a) Efectuar o juízo de prognose necessário para aferir da susceptibilidade de a obra satisfazer os requisitos legais no prazo máximo de 30 dias, fixando possíveis alterações da obra;

b) Fixando-se, para tanto, sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, nos termos dos artigos 44º e 169º, ambos do C.P.T.A.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que declarou a acção totalmente improcedente, absolvendo o Município de Leiria do pedido. A Sentença já transitou em julgado, pelo que apresentámos requerimento de custas de parte, encontrando-se aguardar o respectivo pagamento.

52) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com actos Administrativos n.º 80/12.6 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Mariana Tomé Pereira Alfaite

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 7.000,00€

PEDIDO: o autor peticiona o seguinte:

- a) que seja anulado o Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 06/10/2010, que decidiu a anulação do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 15035/2009;
- b) que seja anulado o despacho n.º 124/2010 (37/DIRH) proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da câmara, datado de 16/11/2010, que decidiu fazer cessar por caducidade o contrato em funções públicas em termo resolutivo em certo celebrado com A. em 01/04/2008;
- c) que seja anulado as deliberações da Câmara Municipal, de 08/02/2011, que autorizou a abertura do procedimento concursal comum de recrutamento aberto pelo aviso (extracto)n.º 8365/2011, prevendo a possibilidade de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público previamente constituída , bem como a anulação de todos os actos praticados no âmbito desse procedimento concursal;
- d) que o Réu seja condenado a praticar (com efeitos retroactivos a data anterior À cessação do contrato de trabalho a termo incerto outorgado com A. em 01/04/2008)- acto administrativo de abertura de procedimento concursal de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de um posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal da carreira de técnico superior com licenciatura no área da educação física de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou, na impossibilidade do recrutamento de entre tais trabalhadores, de entre trabalhadores com a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo determinado ou determinável e considerando ser a A. detentora dessas condições de admissão.
- e) que o Réu seja condenado no pagamento à A. das retribuições que esta deixou de auferir, desde a data em que terminou por caducidade a sua relação de trabalho com o Réu- em 17/01/2010- e até à data em que vier a tomar posse o candidato admitido no âmbito procedimento concursal de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal, da carreira de técnico superior com licenciatura na área da educação física, visado nestes autos;
- f) que o Réu seja condenado a pagar à A. uma compensação correspondente a dois dias de

retribuição base e diuturnidades por cada mês de duração do contrato a termo incerto mantido até 17/01/2010 (em montante a fixar em sede de execução de sentença), considerando que tal contrato cessou por caducidade invocada pelo Réu, sendo tal compensação devida nos termos dos art.s 253º, n.º 4, 252º, n.ºs 3 e 4, da Lei n.º 59/2008, de 11/09;

g) que o Réu seja condenado no pagamento à A. de indemnização por danos não patrimoniais causados, a fixar em montante não inferior a 3.000,00 €;

h) que o Réu seja condenado no pagamento de juros à taxa legal, contados a data da citação até integral pagamento, sobre as quantias em cujo pagamento venha a ser condenado.

A posteriori vem modificar a objectiva da instância pedindo ainda:

1- que se declare a anulação do acto de homologação dessa lista de classificação final relativa ao procedimento concursal de recrutamento aberto pelo Aviso (extracto) n.º 8365/2011;

2- Condenação da Ré na repetição das operações inerentes a esse procedimento concursal, corrigindo a classificação atribuída nas provas de conhecimentos nas entrevistas profissionais de selecção nos termos peticionados

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi apresentado pela autora Requerimento de modificação objectiva da instância. Aguarda-se decisão sobre a admissão da modificação, seguindo-se os ulteriores trâmites processuais.

53) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 396/12.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Manuel Brás Franco

Contra-Interessada: Andreia Sofia Rodrigues Mota Marques

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: Anulação do Despacho emitido pelo Município que ordenou a retirada do portão e restantes materiais da propriedade do Autor, em Regueira de Pontes.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Despacho Saneador.

54) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 701/12.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Almerinda Faria Fiúza Pedro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à Acção;
- b) Ser declarada a nulidade do acto administrativo constante do Despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer essa nulidade do acto administrativo identificado no ponto anterior e consequentemente abster-se da prática de qualquer acto executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação. Aguarda os ultteriores trâmites processuais.

55) PROCESSO: Acção administrativa comum- forma ordinária n.º 644/12.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Francisco Rodrigues de Paiva Silvano

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 130.000,00 €

PEDIDO: serem os Réus solidariamente condenados a pagar ao A. a título de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos, a quantia de acrescido de juros á taxa legal desde a citação até efectivo e integral pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação. Aguarda os ultteriores termos processuais aplicáveis.

56) PROCESSO: Acção Administrativa Especial com pretensão conexa com actos administrativos n.º 596/12.4BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Cristina Santos Sousa

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.600,00€

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

1- que entre a Autora e o Réu, vigorou um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com inicio em 01/02/2006, e termo em 01/02/2012;

- a) que a Autora foi recrutada com observância estrita das regras aplicáveis a contratação de trabalhadores em regime “contrato de trabalho por tempo indeterminado” “em condições de igualdade e liberdade” com todos os outro candidatos;
- b) que durante o período em que trabalhou por conta do Réu integrou sempre o mapa de pessoal do Município, com a categoria Técnica Superior de Engenharia Civil;
- c) que as funções desempenhadas pela a Autora e determinadas pelo Réu e enquanto se encontrou ao serviço deste têm carácter permanente encontrando-se consagradas e descritas nos mapas de pessoal do Município;

- d) que a contratação da autora a termo resolutivo certo foi abusiva e ilegal, implicando, ab initio a conversão do seu contrato a termo em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- e) que a duração por 6 anos do contrato da Autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- f) que a declaração de caducidade do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado existente entre a Autora e Réu, configura um despedimento ilícito, o qual, por não ter sido precedido de prévio processo disciplinar é nulo e de nenhum efeito al. Do art.º 271º da Lei 59/2008, de 11 de Setembro, e em consequência,

2- Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas, bem como a pagar à Autora:

- a) uma indemnização por despedimento correspondente a 30 dias de remuneração base por cada ano completo ou fracção de serviço, se até à Sentença a Autora não optar pela reintegração ao serviço, no montante de 6.600,00 €, acrescida dos juros de mora À taxa legal, a contar da data de citação e até integral pagamento;
- b) a que lhe sejam pagas por todas as remunerações que deixou de auferir por força do despedimento, incluindo férias, subsídio de férias e de natal e subsidio de alimentação, desde os 30 dias que precederam a instauração dos presentes autos até ao transito em julgado da Sentença.

Contudo, e na hipótese de vir a entender-se que não se operou a conversão do contrato de trabalho da Autora em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com todas as consequências daí decorrentes e supra alegadas, pede-se:

I. Que a presente acção seja julgada provada e procedente e, em consequência:

- a) Declara-se a anulabilidade dos despachos II e III ora impugnados Vício de Forma por Falta de Fundamentação e do Vício de Violação de Lei por Erro nos Pressuposto de Direito;
- b) Declara-se e a reconhecer-se que entre a Autora e o Réu vigorou um contrato de trabalho com início em 01/02/2006 e termo em 01/02/2012;
- c) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alíneas;
- d) A condenar-se o Réu a pagar à Autora a compensação que lhe é devida no valor de € 6.590,98, acrescida de juros de mora à taxa legal, a contar da data da citação e até integral pagamento pela caducidade do contrato de trabalho antes mencionado;
- e) A condenar-se o Município a proceder ao pagamento da referida compensação num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal;
- f) A declara-se e a reconhecer-se que a duração por 6 anos do contrato da autora equivale ao reconhecimento da necessidade de ocupação de um posto de trabalho com recurso à relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

- g) Condenar-se o Réu a reconhecer o referido nas antecedentes alínea.
- h) A condenar-se o Município a diligenciar como referido nas precedentes alíneas, num prazo não superior a 8 dias, contados da data do trânsito em julgado da Sentença, por cada dia de atraso no incumprimento a suportar pelos membros do executivo municipal.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

57) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 622/12.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: Auto-Sueco (Coimbra), Lda

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 29.275,74 €

PEDIDO: a autora peticiona o seguinte:

a) Ser totalmente anulado, com fundamento em ilegalidade e inconstitucionalidade de norma, o acto de liquidação da taxa municipal pelo emissão do respectivo alvará de licença para construção, ampliação e alteração de um conjunto de edifícios destinados a “Showroom” e oficina de veículos e construção de muros de vedação com respeito às instalações de Leiria da impugnante, sitas no Alto do Vieiro, levada a cabo pelo município de Leiria, no valor de 29.275,74 €;

Ou em alternativa,

b) Ser permitido à impugnante abater à “Taxa de Realização, Reforço e Manutenção de Infra-Estruturas Urbanísticas”, a quantia por si suportada com a construção e remodelação da ETAR, no valor de 31.246,00 €, por aplicação extensiva ao caso do ponto 3.5 do art. 2º da Tabela Anexa ao RTTML

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda agendamento de audiência para inquirição de testemunhas.

58) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma ordinária n.º 378/10.8BECBR a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Condop- Construções e Obras Pública, S.A. (actualmente Massa Insolvente da Condop- Construções e Obras Pública, S.A.)

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 312.448,63 €

PEDIDO: Condenação do Município ao pagamento da importância global de 312.448,63 €, a título de juros de mora por atraso no pagamento de determinadas facturas e de indemnização por atraso no pagamento, bem como a proceder ao pagamento das facturas em dívida ao BPI Factoring.

Para tanto, alega que no domínio de um contrato de empreitada de obras públicas celebrado entre Município e a Condop - Construções e Obras Públicas, S.A., o Município não efectuou o pagamento de diversas facturas

na data aprazada, e que, por via disso, lhe causou danos decorrentes de constrangimentos financeiros e perda de credibilidade bancária.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para audiência de discussão e julgamento.

59) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1496/08.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autora: Maria Almeida dos Santos

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 331,20 €

PEDIDO: Impugnar Acto Decisório de indeferimento de pedido de indemnização e pedir a sua condenação na prática do acto requerido. Que o acto seja considerado nulo, ou assim não se entender ser o mesmo anulado e revogado, sendo o Município condenado a deferir o requerido pedido indemnizatório no valor de € 331,20.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Na sequência da renúncia do mandatário da Autora nos presentes autos, foi esta notificada para constituir novo mandatário no prazo de vinte dias, com a advertência de ser declarada a suspensão da instância. Decorrido tal prazo, a Autora não constitui novo Mandatário, pelo que o tribunal ordenou a suspensão da instância, observando o disposto no artigo 39º do Código de Processo Civil. Por aplicação do disposto no artigo 285º do CPC, a suspensão da instância dará lugar a interrupção da instância quando o processo estiver parado durante mais de um ano, cessando a interrupção se a autora juntar procuração. Considerar-se-á deserta a instância, independentemente de qualquer decisão judicial, quando estiver interrompida durante 2 anos.

60) PROCESSO: Acção Administrativo n.º 130/07.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Dionísio da Silva Rodrigues e outros

Réu: Valorlis- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Contra-interessados: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO:

- a) seja declarado nulo e/ ou anulada a deliberação de 24/10/2006 da assembleia geral da Valorlis.
- b) Que a Valorlis seja condenada a:
 - 1) Respeitar o artigo 5º do Acordo Parassocial.
 - 2) A encerrar de imediato ou em prazo a fixar o aterro da Quinta do Banco, praticando todos os actos necessários a esse facto.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferido Despacho Saneador, aguarda ulteriores trâmites processuais.

61) PROCESSO: Acção Administrativa Especial n.º 823/07.0BELRA-A que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção de Espectáculos, Lda

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: Que seja declarada a invalidade do acto administrativo pelo despacho datado de 07/07/05- informação n.º 202/2007. Requer ainda a apensação aos presentes autos da providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo n.º 823/07.0BELRA, que corre termos no mesmo tribunal.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que julgou totalmente improcedente a acção intentada por Afmer- Actividades Hoteleiras e Promoções Lda contra o Município de Leiria, e, em consequência, absolver a entidade demandada do pedido e condenar a autora em custas. A Sentença já transitou em Julgado. Pelo que apresentámos Requerimento de Custas de Parte. Aguardamos o pagamentos das mesmas.

62) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 134/11.6BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Impugnante: LCC LEIRIASHOPPING- Centro Comercial, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 423.896,80 €

PEDIDO: Que sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes os actos impugnados, isto é os actos de liquidação das taxas municipais pela realização de infra-estruturas urbanísticas no montante de 383.617,29 € e 40.279,51 €, cobrados na sequência dos deferimentos de pedidos de licenciamento de obras de ampliação e alteração de um centro comercial, relativo ao processo camarário n.º 1029/05 e ainda que seja declarada a existência de erro dos serviços e reconhecido à impugnante o direito a juros indemnizatórios sobre taxas as quantias impugnadas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda os ulteriores trâmites processuais aplicáveis.

63) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1062/12.3BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Adail Gonçalves da Silva

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: que seja declarado nulo ou anulado o acto impugnado com as legais consequências, ou seja, o Despacho de 20 de Abril de 2012, que indeferiu a reclamação do Autor contra o acto que homologou a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2010.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

64) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1063/12.1BELRA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Adail Gonçalves da Silva

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: que seja declarado nulo ou anulado o acto impugnado com as legais consequências, ou seja, o Despacho de 20 de Abril de 2012, que indeferiu a reclamação do Autor contra o acto que homologou a sua avaliação de desempenho referente ao ano de 2011.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

65) PROCESSO: Acção Executiva n.º 4789/12.6TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Álvaro Manuel Pereira Barbosa

VALOR DA ACÇÃO: 247,03€

PEDIDO: cobrança de dívida:

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

66) PROCESSO: Acção Executiva n.º 4793/12.4TBLRA, a correr termos no 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Maria Jesus Pedrosa Alves

VALOR DA ACÇÃO: 602,00€

PEDIDO: cobrança de dívida:

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

67) PROCESSO: Acção Executiva n.º 4790/12.0TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Ana Rute Neves Pedrosa

VALOR DA ACÇÃO: 604,95€

PEDIDO: cobrança de dívida:

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

68) PROCESSO: Acção Executiva n.º 4772/12.1TBLRA, a correr termos no 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Artur Jesus Ferreira Canhão

VALOR DA ACÇÃO: 335,44€

PEDIDO: cobrança de dívida:

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Pagamento para a conta do Agente de Execução de 2 prestações, uma no valor de 335,48 € e outra no valor de 159,10 €.

69) PROCESSO: Acção Executiva n.º 4220/12.7TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Leonel Vidal dos Santos

VALOR DA ACÇÃO: 4.826,01€

PEDIDO: cobrança de dívida:

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Tentativa de penhora frustrada, aguardando os ulteriores trâmites processuais.

70) PROCESSO: Providência Cautelar n.º 1148/12.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Requerente: Graciete da Silva Santos Reis

Requerido: Município de Leiria (Vereador do Pel. De Ord. Do Território, Urban. e Obras Municipais da C.M.L.)

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: que o Município seja condenado a:

- a) decretar a suspensão de eficácia do Despacho emitido pelo Requerido e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Requerente e identificado em 1º, bem como a abertura do caminho no mesmo local;
- b) a reconhecer essa suspensão de eficácia e consequentemente abster-se da prática de qualquer acto executivo de demolição do muro e abertura de caminho, até decisão com trânsito em julgado da acção principal de que depende esta providência;
- c) declarado prescrito do direito do Requerido, com todas as consequências legais daí resultantes;
- d) a pagar as custas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que

negou provimento ao recurso e julgou improcedente o processo cautelar, assim confirmando a sentença recorrida. Encontra-se aguardar notificação por parte da secretaria judicial relativamente a conta de custas, após o que, será efectuado o competente requerimento de custas de parte.

71) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 515/05.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Vítor Manuel dos Santos Lourenço;

Réu: Município de Leiria (e Outros)

VALOR DA ACÇÃO: 10.359,41 €

PEDIDO: que o Réus:

- a) Sejam declarados culpados pela produção do acidente descrito no art. 1 da p.i.,
- b) Sejam solidariamente condenados a pagar ao Autor o montante global de 10.359,41 € a título de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efectivo e integral pagamento.
- c) Sejam condenados a pagar ao Autor as importâncias que se vierem a liquidar em execução de sentença correspondentes ao valor dos danos sofrido com a desvalorização do veículo, bem como o custo da respectiva reparação.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferido despacho em 15/04/2013 a declarar Suspensa a Instância, na sequência do mandatário constituído pelo Autor ter a sua inscrição na Ordem dos Advogados suspensa. Conclui-se existir uma impossibilidade absoluta do exercício do mandato por parte daquela, o que implica a suspensão da presente instância.

72) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 1190/12.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Impugnante: RESTOH- Restauração e Catering, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 539,28 €

PEDIDO:

a) que seja declarado a nulidade do acto de cobrança ora impugnado, por padecerem as normas regulamentares- camarárias em que assentou a respectiva liquidação, de vício de ilegalidade, cominado nos termos que vão expressos, designadamente por violação do n.º 1 do art. 5º, do art. 13º n.º 2, e alínea b) e c) do n.º 3 do art. 15º da Directiva Serviços, sendo igualmente desconformes ao art 8º do DL 92/2010, de 26 de Julho , bem como ao art. 31º do Dec. Lei 48/2011, de 1 de Abril, e ao art. 1 da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com a redacção que lhe é dada por aquele Decreto- Lei 48/2011;

b) suscitando-se a oportunidade do reenvio prejudicial da matéria sub judice ao TJUE para aferir da questão da aplicabilidade, ao caso concreto, da Directiva Serviços 2006/123/CE de 12 de Dezembro

de 2006 e demais disposições de Direito da União que igualmente vão supra invocadas, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 267º do TFUE- juízo de oportunidade que caberá ex officio a este Tribunal;

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria..

73) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 1095/12.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Impugnante: IBERKING- Restauração, S.A.

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 539,28 €

PEDIDO: a) que seja declarado a nulidade do acto de cobrança ora impugnado, por padecerem as normas regulamentares- camarárias em que assentou a respectiva liquidação, de vício de ilegalidade, cominado nos termos que vão expressos, designadamente por violação do n.º 1 do art. 5º, do art. 13º n.º 2, e alínea b) e c) do n.º 3 do art. 15º da Directiva Serviços, sendo igualmente desconformes ao art. 8º do DL 92/2010, de 26 de Julho, bem como ao art. 31º do Dec. Lei 48/2011, de 1 de Abril, e ao art. 1 da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, com a redacção que lhe é dada por aquele Decreto- Lei 48/2011;

b) suscitando-se a oportunidade do reenvio prejudicial da matéria sub judice ao TJUE para aferir da questão da aplicabilidade, ao caso concreto, da Directiva Serviços 2006/123/CE de 12 de Dezembro de 2006 e demais disposições de Direito da União que igualmente vão supra invocadas, nos termos e para disposto no art. 267º do TFUE- juízo de oportunidade que caberá ex officio a este Tribunal.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

74) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma sumária n.º 1329/12.0BELRA, a correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Alexandra Isabel de Jesus Santos Ribeiro

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 10.206,63 €

PEDIDO: Condenação do Município a pagar à Autora a quantia de 10.206,63 €, acrescida de juros à taxa legal até integral e efectivo pagamento, a título de compensação por força da caducidade de contrato de trabalho.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

75) Processo: Acção Executiva n.º 5852/12.9TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Carla Cristina Oliveira Freitas

VALOR DA ACÇÃO: 868,24€

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

76) Processo: Acção Executiva n.º 5864/12.2TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Manuel Martinho Duarte Rosa

VALOR DA ACÇÃO: 930,92€

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença pelo Tribunal Judicial de Leiria, que julgou-se materialmente incompetente para conhecer a execução intentada. Apresentámos Recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra a requerer que seja revogada a sentença, sendo a mesma substituída por outra que julgue o Tribunal materialmente competente para o conhecimento da acção executiva. Declaração de Insolvência em 07/05/2006. Encerramento do processo de Insolvência em 07/12/12. Comunicação ao Agente de Execução a informar que não se desiste da Acção Executiva uma vez que o processo de insolvência já foi encerrado. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

77) Processo: Acção Executiva n.º 5852/12.9TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executada: Lídia Leal Lopes

VALOR DA ACÇÃO: 577,18 €

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Incumprimento do acordo celebrado, apresentado requerimento a requerer o prosseguimento do processo de execução.

78) Processo: Acção Executiva n.º 4770/12.5TBLRA, a correr termos no 5º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Exequente: Município de Leiria (SMASL)

Executado: Rustilis Investimentos Imobiliários, Lda

VALOR DA ACÇÃO: 2.978,02 €

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

79) Processo: Acção Executiva n.º 827/12.0TBPTG, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Portalegre

PARTES: Exequente: Município de Leiria

Executados: João Maria Santos e Maria Arminda Alegria Santos Matos

VALOR DA ACÇÃO: 1.308,60 €

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentámos Acção Executiva. Aguarda os ulteriores trâmites processuais.

80) Processo: Processo de Insolvência n.º 6814/11.9TBPTG, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Insolvente: Provilei- Associação de Solidariedade Social , IPSS

Exponente: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: -

PEDIDO: o Município de Leiria é interessado enquanto proprietário da raiz do direito de superfície que faz parte da massa insolvente.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda marcação de Escritura de transmissão de direito de superfície.

81) Processo: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 943/08.3BELRA-A a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Júlio Manuel Barroso Gomes

Contra- Interessado: Manuel José Gonçalves Rebelo (e outro)

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 46.800,01 €

PEDIDO: Pedido de declaração de nulidade ou anulação de acto administrativo que determinou a cessação da utilização do rés-do-chão de moradia.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

82) Processo: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 302/06.2BELSB a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicatos dos Trabalhadores das Administração Local;

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO: a) que seja declarada que a entidade demandada omitiu, no prazo legalmente fixado, a prática de um acto que estava legalmente adstrita a praticar, uma vez que sobre o pagamento do acréscimo de remuneração devido pela prestação de trabalho em dia de feriado;

b) que seja reconhecido que os associados do A. prestaram diversas horas de trabalho em dias feriado ao longo do ano de 2004, tendo consequentemente, direito à percepção do acréscimo de remuneração previsto no n.º 3 do art. 33º do DL n.º 259/98;

c) que seja condenada a entidade demandada a proferir em 15 dias, um acto a processar a cada um dos associados o acréscimo de remuneração de 200% sobre o valor de cada hora de trabalho prestada em dia feriado ao longo do ano de 2004, estipulando-se o montante da sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento desse prazo por parte da entidade demandada.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda os ulteriores trâmites processuais aplicáveis.

83) Processo: Acção Executiva n.º, a correr termos no Tribunal do Baixo Vouga- Juízos de Ovar

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Planet Gems- Comércio e Representações, Lda e José Silva Azevedo

VALOR DA ACÇÃO: 249,25 €

PEDIDO: cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentamos Acção Executiva para cobrança do crédito. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

84) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma sumária n.º 300/13.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Maria Madalena Soares Lopes Barjona

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 715,72 €

PEDIDO:

- a) a condenação do Município a quantia de 595,72 € a título de Indemnização pela reparação dos danos do veículo de Matrícula 09-47-JD.´
- b) Pagar à Autora a quantia de 120,00 €, a título de indemnização pela privação de uso do veículo de matrícula 09-47-JD, por imobilização para reparação;
- c) Pagar à Autora os juros de mora, à taxa legal vigente, vencidos e vincendos, desde a data do sinistro até efectivo e integral pagamento;
- d) Pagar todas as custas, incluindo as custas de parte e demais encargos do processo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: No passado dia 14/10/2014 foi realizada audiência prévia no TAF de Leiria, sendo certo que aquele douto Tribunal julgou procedente a excepção perentória de prescrição invocada

pelo Município de Leiria e, em consequência, absolveu-o do pedido (cf. artigo 576.º-3 do Código de Processo Civil).

Transitada que está esta decisão, apresentámos Requerimento de Custas de Parte, pelo que aguardamos o respectivo pagamento.

85) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 1222/12.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Graciete da Silva Santos Reis

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO:

- a) Que seja declarada a incompetência do Município para poder decidir o que decidiu no Despacho que deu causa a esta acção.
- b) Que seja declarada a nulidade do acto administrativo constante do Despacho emitido pelo Réu e que decretou a demolição do muro existente no prolongamento do arruamento público, denominado Beco da Barrada, que ocupa o espaço do caminho público necessário ao trânsito local, no prédio da Autora;
- c) Que o Município seja condenado a reconhecer essa nulidade do acto administrativo identificado no ponto anterior e consequentemente abster-se da prática de qualquer acto executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Condenação do Réu em custas.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria no âmbito pela qual aquele douto Tribunal absolveu o Réu Município da instância. Apresentado Recurso pela Autora..

Proferido Acórdão que decidiu que da Sentença proferida pelo TAF de Leiria cabia Reclamação para a Conferência do TAF de Leiria (cujo prazo é de 10 dias) e não Recurso Jurisdicional para o TCA Sul (cujo prazo é de 30 dias), pelo que determinou a baixa dos Autos ao TAF de Leiria para que o Tribunal de 1ª Instância:

- afira se estão preenchidos os pressupostos para se poder admitir a convolação do meio processual (ou seja, a convolação de Recurso Jurisdicional em Reclamação para a Conferência), designadamente no que concerne à tempestividade;
- caso se mostrem reunidos tais pressupostos, que o referido Recurso Jurisdicional seja entendido com Reclamação para a Conferência e assim apreciado pelo TAF de Leiria. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

86) Processo: Acção Executiva n.º 1299/13.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Autor: Município de Leiria (SMAS);

Réu: Carlos Manuel Conceição Gonçalves

VALOR DA ACÇÃO: 3.565,72 €

PEDIDO: Cobrança de dívida referente a ramal de saneamento e água.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentada Acção Executiva. O Agente de Execução procedeu à penhora de dois veículos automóveis. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

87) Processo: Processo de Impugnação n.º 420/13.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Impugnado: Município de Leiria

Impugnante: IberSande Restauração

VALOR DA ACÇÃO: - - - -

PEDIDO: Extinção do Acto de cobrança de taxa de licença de Publicidade, por vício de ilegalidade.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

88) Processo: Processo de Insolvência n.º 4037/12.9TBLRA, a correr termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Insolvente: Vigolarte- Engenharia e Construção, Lda

Reclamante: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 563,14 €

PEDIDO: Acção declarativa para verificação ulterior de créditos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que julgo reconhecido, por provado, o crédito reclamado pelo Município de Leiria, no valor de € 563,14. Proferida Sentença de verificação e graduação créditos.

89) Processo: Acção Administrativa comum n.º 712/13.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Pragosa Ambiente, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 50.531,82 €

VALOR DA RECONVENÇÃO: 96.659,73 €

PEDIDO: a condenação do Município a pagar ao autor a quantia de € 49.044,82, acrescida de juros vencidos no montante de € 1.487,00, e de juros vincendos, à taxa legal, desde a data da citação até integral e efectivo pagamento e ainda no pagamento de custas, incluído custo de parte.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação com pedido reconvenicional. A autora

apresentou réplica à qual apresentámos contraditório, estando agora aguardar ulteriores trâmites processuais.

90) Processo: Processo de Insolvência n.º 4418/12.8TBLRA a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Autor: Município de Leiria;

Réu: Farlis, Ldª

VALOR DA ACÇÃO: 161,26 €

PEDIDO: Acção declarativa para verificação ulterior de créditos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que julgou verificado o crédito reclamado pelo Município de Leiria no valor de €158,58, o qual deverá ser pago juntamente com os demais créditos comuns reconhecidos, rateadamente, na proporção dos respectivos montantes, à excepção dos juros vencidos sobre o capital após a declaração de insolvência, os quais deverão ser pagos, rateadamente, com os demais créditos subordinados e depois de integralmente satisfeitos os créditos comuns.

91) Processo: Acção Administrativa Comum n.º 834/13.6BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Ilda de Oliveira Rodrigues;

Réus: Freguesia de Cortes e Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

VALOR DA RECONVENÇÃO: o da Acção.

PEDIDO: a) Condenação dos réus ao reconhecimento que a herança aberta por óbito do marido da A. é a única e exclusiva dona e proprietária do prédio descrito na matriz rústica da freguesia de Cortes sob o art. 3166;

b) que a faixa de terreno com 26 metros de comprimento e 2,20 metros de largura, que confina directamente com a Rua da Fonte, que aquelas autarquias pretendem ocupar, de modo a alargar aquela via pública, faz parte integrante do prédio descrito;

c) a pagar a herança representada pela A. a importância de 6.000,00 €, a título de indemnização pelos prejuízos causados com a destruição das cepas e remoção e retirada de terras do prédio em causa.

d) A abster-se da prática de actos que perturbem, dificultem ou impeçam o exercício de todos e quaisquer direitos por parte dos herdeiros na herança ilíquida e indivisa aberta por óbito do marido da A. em relação àquele prédio.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação e deduzimos Reconvenção, aguarda ulteriores trâmites processuais. A autora apresentando réplica ampliando ainda o pedido, no sentido de que os Réus terem ainda de ser condenados a proceder à construção de muro de suporte de terras em toda a extensão do prédio da Herança que confina com a via pública, se houver recusa nessa construção, que os Réus suportem as despesas com a construção do mesmo a levar a cabo pela a Herança, despesas

essas a relegar para a execução de sentença. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

92) Processo: Acção Administrativa Comum n.º 958/13.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Aquino Construções S.A. em Liquidação;

Réus: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.373,49 €

PEDIDO: a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos, até efectivo e integral pagamento.

b) No pagamento de custas, incluindo custas de parte.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Suspensão da instância por 30 dias, para tentativa de resolução consensual do litígio.

93) Processo: Acção Administrativa Comum Ordinário n.º 3292/13.1TBLRA a correr termos no 5º Juízo Cível no Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Autor: Município de Leiria;

Réus: Irmãos Brites, Lda e José Cândido e mulher Maria Violante Lopes Machado;

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO:

1-

- a) declarar-se que a parcela em formato triangular sita no loteamento 27/81, actualmente registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este o seu dono e legítimo possuidor;
- b) Declarar-se que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484 constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização colectiva;
- c) Declarar-se que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá ser dado qualquer outro uso;
- d) Declarar-se que esta parcela mede 261, 07 m2 e que confronta de Sul – Lote 1, do Nascente – Lotes 2 e 3, do Norte – Com o edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2- Os Réus ser condenados:

- a) A reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência;
- b) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal;
- c) A abster-se de praticar qualquer acto sobre a citada parcela;
- d) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;
- e) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.

3- Declararem-se nulos quaisquer actos jurídicos que por ventura tivessem servido de título bastante para os actos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente as escrituras de justificação a favor dos 1^{os} Réus e de aquisição da referida parcela a favor da 2^a Ré, e que acima se fez menção.

4- Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo – o que desde já se requer – feito sob o n.º 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1^a Conservatória do Registo Predial de Leiria, relativo à parcela em discussão nos autos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

94) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1298/13.0BELRA-A, que corre termos na 1^a Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: Declaração de nulidade ou a anulabilidade do Despacho n.º 88/2013 (DIRH), proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Leiria em 11/09/2013.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

95) Processo: Processo Cautelar n.º 1401/13.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Lis Tiger Club;

Réu: Câmara Municipal de Leiria;

VALOR DA ACÇÃO: 8.669,78 €

PEDIDO: anulação dos actos que decidiram os valores apurados no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD)- período compreendido entre Setembro de 2011 e Julho de 2012, e Época Desportiva 2010/2011 e ser a Ré Câmara Municipal de Leiria condenada a reconhecer que a Autora tem direito, para além das quantias que já lhe foram atribuídas, as quantias de 5.765,92 € a título de apoio concedido no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo referente à época desportiva de 2010/2011 e 2.903,86 €, a título de apoio concedido no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo referente ao período compreendido entre Setembro de 2011 e Julho de 2012.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda ulteriores trâmites processuais.

96) Processo: Acção Administrativa Comum n.º 1475/13.3BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autores: Moniz & Ribeiro, Lda, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 536.261,00 €

PEDIDO: que a presente acção seja julgada procedente e provada e, em consequência:

- a) Declara-se que a A. adquiriu os direitos e obrigações que MANUEL OLIVEIRA e SILVA e ALZIRA da COSTA e SILVA detinham no protocolo assinado no dia 08-05-2006 e condenar-se o R, a reconhecer à A. esses direitos.
- b) Condenar-se o R. a pagar à A. a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respectivos juros que até 08.12.2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efectivo pagamento.

Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):

- c) Condenar-se a R. a demolir todas as obras que realizou no prédio da A., a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restitui-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.

Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):

- d) deve o R. ser condenado a pagar à 2º e 3º AA a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respectivos juros que até 08.12.2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efectivo pagamento.
- e) Condenar-se o R nas custas e procuradoria.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação, aguarda ulteriores trâmites processuais.

97) PROCESSO: Ação de Administrativa Especial n.º 1647/13.0BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Anabela Rosa Mota

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 30.000,01 €

PEDIDO:

- a) Ser declarada a anulação do alvará 341/13 emitida a favor dos RR;
- b) ser destituído de técnico da obra por irregularidades e falsidades declaradas Vítor Manuel Ferreira Lopes;
- c) averiguar quais os técnicos responsáveis põe todo o processo conducente à emissão do alvará 341/13 devendo ser levantado o recetivo processo disciplinar por incumprimento das obrigações legais que sobre os mesmos impedem.
- d) ser a CML citada para, querendo contestar e bem assim apresentar todo o processo relativo à presente obra, atento ser a mesma detentora de todos os originais.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi proferida Sentença que entendeu que não tem interesse pessoal e direto e, por isso, carece de legitimidade ativa, aquele que pretenda a anulação do ato de autorização de utilização de uma edificação, com o fundamento último de evitar ou reverter a sua substituição na

direção técnica da obra. Concluindo, assim, que a Autora carece de legitimidade ativa. Absolvendo assim os Reús da instância.

Apresentámos Requerimento de Custas de Parte, aguardamos o respectivo pagamento.

98) PROCESSO: Processo Cautelar n.º 1591/13.1BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autores: TECNITALENTOS- Academia de Cabeleireiro e Estética, Lda

Luís Filipe Alves Lourenço

Paula Fernanda Oliveira de Faria Pires

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 250.000,00 €

PEDIDO: que a presente providência seja decretada, e em consequência ser decretada a suspensão da eficácia do acto pelo qual foi decretada a Cessação de Utilização.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria no sentido da procedência da providência cautelar suspendendo, consequentemente, a eficácia do ato administrativo que ordenou a cessação da utilização do imóvel onde se encontra instalado o estabelecimento comercial dos requerentes.

99) Processo: Procedimento Especial de Despejo n.º 268/14.5YLPRT, a correr termos no Balcão Nacional do Arrendamento.

PARTES: Requerente: Município de Leiria;

Requerido: Promolazer, Lda

VALOR DA ACÇÃO: 59.856,00 €

PEDIDO: Cessação de Contrato de Arrendamento por resolução, e o Requerido ser condenado a despejar imediatamente o locado e a entregá-lo ao Município de Leiria livre e devoluto, nas condições de conservação em que o recebeu, ressaltando o desgaste inerente a uma prudente utilização.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Decisão pelo Tribunal da Relação de Coimbra que confirmou a Sentença proferida pelo Tribunal da 1ª Instância, no sentido de que o contrato de arrendamento sub judice terá termo em 31 de Dezembro de 2014. Celebrado acordo de Revogação por Mútuo Acordo de Contrato de Arrendamento Urbano não Habitacional.

100) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1030/07.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o

pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Seixeirinha, Serradinha, Pousos, proferido no Proc. 76/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009359, expedido em 20 de Julho de 2007, e, em consequência, anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à prática do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Proferida Sentença que anulou o despacho de 28 de Junho de 2007, proferido pela Sr. Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, através do qual se indeferiu o pedido de autorização relativo a uma infra-estrutura de suporte de telecomunicações designada “Pousos”, já instalada no lugar de Seixeirinha (Serradinha), em Pousos, e ordenou o respectivo desmantelamento. O Tribunal condenou o Município de Leiria a reinstruir o processo administrativo, sem incorrer nos vícios que fundamentam a anulação do acto impugnado.

A TMN- Telecomunicações móveis nacionais, S.A. apresentou reclamação para conferência (colectivo) da Sentença, a requer que esta seja substituída por outra que condene o Município à prática da autorização municipal solicitada. Apresentámos oposição a requerer que a Reclamação seja declarada improcedente.

Proferido Acórdão que julgou a reclamação improcedente e, em consequência confirmar a Sentença reclamada e condenar a Reclamante no pagamento das custas.

A TMN- Telecomunicações Móveis S.A. recorreu do Acórdão proferido pelo TAF de Leiria. Defendendo ter existido deferimento tácito, por se ter ultrapassado o prao previsto no artigo 15º-4 do DL nº11/2003, pretende a Recorrente que o Município de Leiria seja condenado “na prática de ato devido” o mesmo é dizer no ato de deferimento da autorização municipal solicitada. O Recurso foi admitido pelo que decorre prazo para apresentação de Contra-Alegações de Recurso, pelo que posteriormente aguardará prolação de Decisão pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

101) PROCESSO: Processo de Insolvência n.º 4418/12.8TBLRA a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Requerente: Município de Leiria

Requerida: Massa Insolvente de Farliz- Fábrica de Farinhas do Lis, Ldª

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 566,44 €

PEDIDO: que a acção seja julgada procedente, por provada, e, em consequência, ser:

- a) considerado reconhecido e reclamado o crédito comum que o Município detém sobre a Insolvente no montante de 556,40 €;
- b) considerado reconhecido e reclamado o crédito subordinado que a Autora detém sobre a Insolvente no montante de 10,045 €, sendo certo que estes juros se vencem até integral e efectivo pagamento;
- c) ordenada a apensação aos autos de insolvência à margem referenciados;

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentada a Acção declarativa para verificação ulterior de crédito, aguarda os ulteriores trâmites processuais.

102) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 626/14.5BELRA a correr termos no 1º Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autora: Matos & Neves, Lda

Réu: Município de Leiria (e outros)

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 4.013,56 €

PEDIDO: que os Réus sejam condenados a pagar à A. a quantia de 4.013,56 € e nos juros legais vincendos sobre 3.547,56 €, até efectivo embolso.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação, aguarda ulteriores trâmites processuais.

103) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 599/14.4BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: José Rodrigues Carreira

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Ministério da Agricultura e do Mar

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 30.000,01 €

PEDIDO: Anulação do Acto Administrativo (Despacho) que incidiu sobre o Processo n.º RAN 11/2009.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

104) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 479/14.3BELRA a correr termos na 2ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Impugnante: Repsol Portuguesa, S.A.

Impugnado: Vereador do Desenv. Económico da Câmara Municipal de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 9.575,10 €

PEDIDO: a) Julgar procedente a presente acção de impugnação e ordenada a anulação dos actos de liquidação da taxa de publicidade relativa ao ano de 2013, no montante total de 9.575,10 €;

b) Condenar a entidade impugnada no pagamento dos custos inerentes à prestação da garantia bancária.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação, aguarda ulteriores trâmites processuais.

105) PROCESSO: Processo Comum n.º 1017/12.8TBPBL, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial do Tribunal Judicial de Pombal

PARTES: Requerente: Município de Leiria

Requerida: Cátia Sofia Gaspar Marques

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: 565,04 €

PEDIDO: Acção para verificação ulterior de créditos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentada Acção, aguarda ulteriores trâmites processuais.

106) PROCESSO: Acção Administrativa Especial n.º 738/14.5BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Marcelo Vieira da Silva Pedrosa

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO : 5.000,01 €

PEDIDO: Declaração da nulidade e de nenhum efeito ou, pelo menos, anulável a decisão da Câmara Municipal de Leiria, que consta do ofício 1818, notificado ao Autor em 24/02/2014.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Contestação. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

107) PROCESSO: Insolvência n.º 2352/14.6TBLRA a correr termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria.

PARTES: Insolvente: Sandrina Isabel Ribeiro, Unipessoal, Lda

Reclamante: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 30.175,94 €

PEDIDO: Admissão da Reclamação de Créditos e, conseqüentemente, reconhecer, verificar e graduar na posição que lhe aprouver na lista de créditos reconhecidos o crédito comum do Reclamante, no montante de 30.106,74 €, bem como o seu crédito subordinado no montante de 69,20 €, a que acrescem juros de mora vincendos até integral e efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Reclamação de Créditos. Aguarda ulteriores trâmites processuais.

108) PROCESSO: Processo de Contra Ordenação n.º 630/2012/DSAJAL a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

PARTES: Autor: CCDRC;

Réu: Município de Leiria

VALOR DA COIMA: 11.250,00 € (com redução de 25% no caso do pagamento imediato)

PEDIDO: Na sequência de denúncia feita pelo Sr. Florindo Carreira, foi instaurado processo de contra-ordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Apresentámos Defesa, aguarda ulteriores trâmites processuais.

109) PROCESSO: Processo de Despejo n.º 3495/14.1YLPRT, a correr termos no Balcão Nacional do Arrendamento.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Ré: Palmira Alves da Cruz

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Acção de despejo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Intentada a Acção de Despejo, aguarda ultteriores trâmites processuais.

II. PROCESSOS A INTENTAR

110) Processo: Processo a instaurar

PARTES: Autor: Município de Leiria;

Réu: Guilhermino Ferreira Gomes

VALOR DA ACÇÃO: ---- €

PEDIDO: Intentar acção judicial para cancelamento de registo predial.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Acção em preparação.

111) Processo: Processo a instaurar

PARTES: Autor: Município de Leiria;

Réu: Parque Escolar, E.P.E.

VALOR DA ACÇÃO: ...€

PEDIDO: Acção de Responsabilidade civil.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Acção em preparação.

113) PROCESSO: Processo a instaurar

PARTES: Autor: Município de Leiria

Ré: Belarmina Rosa Fernandes Pedro

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Acção de despejo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Acção em preparação. Tendo sido notificada da resolução do contrato de arrendamento, a Sr.^a Belarmina efectuou o pagamento de parte do montante em dívida. Foi enviada carta à arrendatária, dando-lhe conta do prazo de 30 dias para efectuar o pagamento da quantia remanescente em dívida. Até à presente data, a arrendatária não efectuou nenhum outro pagamento. Findos os 30 dias, e atendo que já houve pagamento de parte da quantia em dívida, aguarda-se instruções acerca da eventual Acção de Despejo.

112) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Fernando Eduardo Palmela

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Acção de despejo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Tentou-se a notificação da resolução do contrato de arrendamento ao arrendatário no passado dia 17/10/14, sendo certo que não se logrou notificar o mesmo, uma vez que não se encontrava no locado. Foi enviada minuta no passado dia 17/11/14 para o Município de Leiria, a fim de se notificar o arrendatário da resolução do contrato de arrendamento.

113) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: - - -

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Interposição de acção para rectificação de áreas (2 parcelas de terreno- Praia do Pedrogão)

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Acção em preparação.

114) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: José António Oliveira Magro

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Interposição de acção para cobrança de dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda comunicação do Município de Leiria quanto à apresentação do pedido de perdão da dívida 9.511,60 € (cobrança de Rendas).

115) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Pedro Bento Cordeiro

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Interposição de acção para cobrança de dívida/resolução de contrato de arrendamento.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Aguarda comunicação do Município de Leiria quanto à apresentação do pedido de perdão da dívida 16.955,28 € (cobrança de Rendas).

116) Processo: Processo a instaurar (Quiosque)

PARTES: Autor: Município de Leiria

Ré: Maria Isabel de Carvalho Maurício de Sousa Santos

PEDIDO: Impugnação da CCRP da matriz predial urbana da freguesia de Leiria sob o artigo 1182º.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Preparação de Parecer sobre a viabilidade da respectiva Acção Judicial.

117) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Caetano Miguel da Silva (Casa Social n.º 5)

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: --,00 €

PEDIDO: Acção de despejo.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Tentou-se a notificação da resolução do contrato de arrendamento ao arrendatário no passado dia 17/10/14, sendo certo que não se logrou notificar o mesmo, uma vez que não se encontrava no locado. Foi enviada minuta no passado dia 17/11/14 para o Município de Leiria, a fim de se notificar o arrendatário da resolução do contrato de arrendamento.

118) PROCESSO: Processo a instaurar.

PARTES: Autor: Município de Leiria

Réu: Associação de Solidariedade Académico de Leiria

VALOR DA ACÇÃO A INTENTAR: ,00 €

PEDIDO: Acção de Cobrança de Dívida.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Enviado opinião jurídica para o Município de Leiria, aguardamos instruções.

III. EXTRA-JUDICIAIS

119) PROCESSO: Câmara Municipal de Leiria vs. Bar Ex-Librisinrio, Ld.^a;

PARTES: Município de Leiria vs. Companhia de Seguro Allianz

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Com o pagamento pela Companhia de Seguros Allianz de indemnização pelos danos causados no incêndio ocorrido no Bar Ex-Librisinrio, Ld.^a, o Município encontra-se parcialmente ressarcido dos prejuízos.

120) PROCESSO: Câmara Municipal de Leiria vs. Celestino Ferreira da Mota

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Decorrem negociações com vista à resolução extrajudicial.

121) Processo: Câmara Municipal de Leiria vs. Afonso Ferreira da Silva Pereira

PEDIDO: Processo de Execução de Hipoteca do Lote 15.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Foi remetido parecer jurídico com indicação do procedimento a adoptar no caso concreto (Processo de Execução Fiscal).

122) Processo: Câmara Municipal de Leiria vs. Família Viva

PEDIDO: Cumprimento de contrato promessa de compra e venda.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Dossiê em análise.

123) Processo: Câmara Municipal de Leiria vs. Tomás Taveira Projectos- Estudos Urbanos e Socioeconomicos, S.A.

(Processo confiado à DNM no quadro das operações preliminares do encerramento da liquidação da LEIRISPORT- DESPORTO, LAZER e TURISMO de LEIRIA, E.M.,)

PEDIDO: Negociação de créditos e débitos recíprocos, relacionados com a intervenção no Estádio Municipal de Leiria (Euro 2004)..

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Dossiê em análise.

124) PROCESSO: Câmara Municipal de Leiria vs. Rodoviária do Tejo, S.A.;

PEDIDO: Parecer sobre contrato de concessão do serviço público de transportes colectivos.

ESTADO ACTUAL do PROCESSO: Enviado Parecer para o Município.

125) Processo: Leirisport vs. Administração Fiscal:

- Indeferida a Reclamação Graciosa apresentada pela LEIRISPORT- DESPORTO, LAZER e TURISMO de LEIRIA, E.M., contra o ato de LIQUIDAÇÃO de IMPOSTO sobre as SUCESSÕES e DOAÇÕES respeitante ao ano de 2003, no valor de 3.520.965,95 € e de Juros Compensatórios no valor de 476.825,60 €, efetuada pelo 1º Serviço de Finanças de Leiria, em 16/02/2011, no Processo de Imposto Sucessório nº 52120, apresentámos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Impugnação Judicial distribuída com o número 952/11.5 BELRA.

- Nessa Impugnação Judicial, peticionou-se que se declare nula, ou quando assim se não entender, anulada, a liquidação de IMPOSTO sobre as SUCESSÕES e DOAÇÕES respeitante ao ano de 2003, no valor de 3.520.965,95 € e, outrossim, a liquidação de JUROS COMPENSATÓRIOS no valor de 476.825,60 €, num total de 3.997.791,55 €, efetuada pelo 1º Serviço de Finanças de Leiria, em 16/02/2011, no Processo de Imposto Sucessório nº 52120, com todas as legais consequências, mormente com restituição à Impugnante de todas as quantias que vierem, eventualmente e entretanto, a ser pagas, acrescidas dos respetivos juros indemnizatórios que se mostrarem devidos, nos termos do artigo 43º da LGT, e com pagamento de indemnização por prestação de garantia indevida, que venha entretanto a ser prestada, nos termos do artigo

53º da LGT, tudo com as legais consequências quanto a custas.

- Em 9 de Janeiro de 2012, fomos notificados dos autos terem sido remetidos ao Tribunal Tributário de Lisboa (1ª Unidade Operacional- equipe extraordinária de juízes tributários criada pela Lei nº 59/2011, de 28 de Novembro), conforme Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, louvado no Provimento nº 2/2012 do Tribunal Tributário de Lisboa.

- Aguardamos os ulteriores termos processuais aplicáveis.

Pombal, 20 de Novembro de 2014

Mário Diogo

Processos Judiciais do Município de Leiria
(Pertenciam, anteriormente, à Leirisport – Desporto, Lazer e
Turismo de Leiria, EM- Em Liquidação)

1º) Insolvente: União Desportiva de Leiria, Futebol, SAD

Credor Reclamante: Leirisport, E.M – Em Liquidação.

Proc. nº 2027/13.3TBLRA – Insolvência Pessoa Colectiva – 1ª Secção de Comércio – Juiz 2 – Comarca de Leiria – Instância Central.

Valor Reclamado: € 580.660,96 euros

Valor Reconhecido provisoriamente sob condição pelo Administrador de Insolvência: **€ 580.660,96 euros**. Em face da sentença proferida no processo identificado no ponto 1º) deverá o crédito deixar de estar sob condição.

Insolvência decretada com encerramento da actividade da sociedade insolvente. Encontra-se em fase de liquidação.

2 - A) Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação

Executados: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. e Luís Alberto Henriques de Magalhães

Proc. nº 684/12.7TBLRA – Comarca de Leiria – Instância Central – 2ª Secção de Execução – Pombal – Juiz 1.

Acção Executiva para cobrança de Rendas: Valor € 651.255,88 euros. Corre termos no Tribunal Judicial de Leiria apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. O executado Luís Magalhães deduziu oposição à execução.

Correm, ainda, termos os autos para penhora de bens do Executado Luís Magalhães.

B) Proc. nº 684/12.7TBLRA - A – Comarca de Leiria – Instância Central – 2ª Secção de Execução – Pombal – Juiz 1.

Oposição apresentada pelo Executado. Contestação à Oposição apresentada. Renúncia ao mandato forense mandatário do Oponente. Despacho a ordenar o cumprimento da renúncia ao mandato.

C) Credora: Leirisport, EM – Em Liquidação

Insolvente: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.

Proc. nº. 563/12.8TYLSB – 1º Juízo – Tribunal do Comércio de Lisboa

Reclamação de créditos no processo de insolvência no valor de € 333.510,64.

3 - Chamartin Imobiliária SGPS, S.A. (Processo Findo)

**Proc. nº. 811/08.9TYLSB – 4º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa.
(Tribunal Extinto).**

Recurso da decisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial de concessão do registo de marca requerido por "Chamartin imobiliária, SGPS, S.A.", que corre termos no Tribunal do Comércio de Lisboa. Foi proferida sentença a anular o despacho do INPI que tinha concedido a marca nacional mista e ordenou a devolução do processo administrativo ao INPI a fim de ser proferido novo despacho que tenha em consideração a reclamação apresentada pela Leirisport.

4 - Chamartin Imobiliária SGPS, SA

Proc. nº 423238 – DM/05/2008/115393 – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Contestação ao processo de Reclamação apresentado por Chamartin Imobiliária, SGPS, S.A. que correu termos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Encontra-se oficiosamente suspenso até à decisão final do Tribunal do Comércio de Lisboa.

5 - Exequente: Leirisport, E.M. - Em Liquidação

Executada: Alentexpo – Organização Montagem Feiras e Exposições, Lda.

**Processo de Execução nº 3632/12.0TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal
– Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.**

Valor: € 59.515,71

Correu termos no Tribunal Judicial de Leiria para penhora de bens, não tendo sido apurados bens de valor suficiente para garantir o valor da quantia

exequenda, custas e despesas prováveis. Foi pedida a certidão de inexistência de bens penhoráveis.

6 - Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação

Executada: 5000 Super

Proc. nº 5653/09.1TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal - Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.

Valor Execução: € 871,70

Condenado a pagar em acção declarativa que correu termos no Tribunal de Leiria. O valor em débito refere-se a € 620,15 euros de capital, acrescido de € 171,25 euros de juros de mora.

Correu termos acção executiva para penhora de bens, não tendo sido apurados bens de valores suficientes Pedida certidão judicial da inexistência de bens penhoráveis.

7 - Exequente: Leirisport, EM – Em Liquidação

Executada: New Way – Eventos Unipessoal, Lda.

Proc. nº 429/14.7TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal - Instância Central – 2ª Secção de Execução – Juiz 1.

Valor da Execução: € 27.887,29

Foi feita execução. Processo em fase de penhora de bens, foi apurado que não existem bens, livres de ónus ou encargos, suficientes para garantir o valor da execução, custas e despesas prováveis.

Foi pedida certidão judicial de insistência de bens penhoráveis.

8 - Autora: Leirisport, EM – Em Liquidação. (Processo Findo)

Ré: Asal – Associação de Solidariedade Académico de Leiria

Proc. nº 5301/13.5TBLRA – 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria (Tribunal Extinto).

Valor da acção: €110.941,87

Foi proferida sentença. Processo terminado. A Ré foi condenada a pagar em acção declarativa que correu termos no tribunal de Leiria. Condenação a pagar

a quantia de € 3.597,09 euros a título de rendas vencidas, desde Maio 2010 a Julho 2011, e a importância de € 99.910,53 pela utilização de pistas nas piscinas, entre 1 de Maio de 2010 e 31 de Julho de 2011 e a quantia de € 11.031,34 relativamente a juros vencidos sobre o capital em dívida desde a data de vencimento de cada fatura até 7 de Outubro de 2013. Pagamento, ainda, dos juros que se venceram e dos vencidos até integral pagamento.

9 - Autora: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.).

Réus: Lena Engenharia Construções, Lda. e outros.

Intervenientes /Chamados:

VSL - Sistemas Portugal - Pré-Esforço Equipamentos e Montagens, S.A.

Tecnoplano – Tecnologia e Planeamento, S.A.

Viaponte – Projectos e Consultoria de Engenharia, S.A.

Município de Leiria (Leirisport - Desporto Lazer e Turismo de Leiria, EM – Em Liquidação)

Proc. nº 1485/08.2TBLRA –Comarca de Leiria- Instância Local – Secção Cível – J3

Valor da Acção: €26.842,13.

A Leirisport, EM, foi chamada como interveniente no processo. Processo corre termos no Tribunal Judicial de Leiria. Está marcada a Audiência de Julgamento para os dias: **06, 13 e 20 de Março de 2015, às 9.30 horas**

10- Autora: Adelaide do Rosário de Jesus Costa

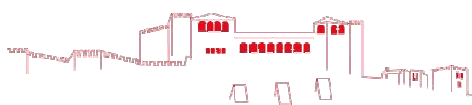
Réu: Município de Leiria (LEIRISPORT – Desporto, lazer e Turismo de Leiria, EM – Em Liquidação)

Proc. Nº 271/14.5TTLRA – Comarca de Leiria - Instância Central – 1ª Secção Trabalho – J2

Valor da Acção: €19.555.76 euros

A acção foi contestada pela Leirisport. Processo corre, presentemente, termos no Tribunal do Trabalho de Leiria. Está marcada a audiência de Julgamento para o dia 02 de Fevereiro de 2015, pelas 10.00 horas.

Nota: Para além destes processos, consta do relatório final de liquidação o Processo de Insolvência da “VITINVEST – Publicações, Lda.”, processo n.º 5473/13.9TBLRA do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria. Valor reconhecido: € 1.224,00. (este processo não tem mandatário constituído)



Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 1 de setembro de 2014 a 15 de novembro de 2014

Município de Leiria

CAPITULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No período em análise no âmbito das suas funções, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria esteve presente em várias reuniões, a saber: reuniões da Câmara Municipal, Conselho de Administração da VALORLIS, Conselho de Administração da SIMLIS Conselho Executivo da ADAE, CIMRL e Conselho de Administração dos SMAS.

Cooperação externa

No período compreendido entre 01 de setembro a 15 de novembro, no âmbito da cooperação externa, registaram-se as seguintes atividades:

10 a 14 de outubro – presença de uma comitiva em representação do Município de Leiria na cidade chinesa de Penglai, para assinatura do Protocolo de Geminação entre as duas cidades, conforme aprovado na reunião da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2014. Para além de quatro representantes municipais, a delegação foi ainda integrada por um elemento da direcção da Nerlei e por seis empresários que, a expensas próprias, a quiseram integrar, com o objectivo de conhecer melhor as características desta região chinesa, tendo em vista um futuro estabelecimento de relações comerciais.

A assinatura do Protocolo decorreu no dia 10 de outubro, tendo os restantes dias sido preenchidos por visitas a empresas das áreas da vitivinicultura, agricultura e fertilizantes biológicos, revestimentos cerâmicos, metalomecânica pesada, construção naval, produção de peças para camiões e produção de plataformas petrolíferas. Ao longo dos dias houve ainda lugar a visitas a escolas tanto do ensino superior como do 3º ciclo e a encontros com individualidades locais tanto em Penglai como em Yantai, cidade que é a sede do distrito no qual Penglai se integra.

10 de outubro – receção nos Paços do Concelho do Coral Feminino Nipo-Brasileiro, integrado por 60 pessoas, e que no dia 14 de outubro se apresentou em concerto no Teatro Miguel Franco.

12 de outubro – participação de dois atletas da Juventude Vidigalense, Nataniel Lopes e Filipa Eutíquio, na prova de atletismo “La Saint-Maurienne”, realizada na cidade geminada francesa de Saint-Maur-des-Fossés.

14 de outubro – receção nos Paços do Concelho de um grupo integrado por 17 alunos da cidade geminada alemã de Rheine que, no período compreendido entre 09 e 16 outubro, estiveram em Leiria para realização de um intercâmbio escolar com as escolas secundárias Afonso Lopes Vieira e Francisco Rodrigues Lobo. Neste mesmo âmbito, entre 13 e 21 de Setembro os alunos das escolas de Leiria estiveram de visita a Rheine.

31 de outubro a 11 de novembro – participação de uma representação cultural do Concelho de Leiria na Feira Internacional e Gastronómica de Dijon (França), umas das principais feiras de França, que integra cerca de 600 expositores nas áreas alimentar e de bebidas, decoração, têxtil-lar e pequeno mobiliário.

A comitiva leiriense deslocou-se em autocarro suportado pelo Município de Leiria, e integrou a Sociedade Filarmónica Nossa Senhora da Piedade, de Monte Redondo, o grupo musical “Fado com Alma”, um oleiro de barro vermelho da Bajouca e uma ceramista. A Filarmónica de Monte Redondo participou no desfile inaugural da Feira, que foi integrado por altas individualidades francesas e tanto esta como o grupo “Fado com Alma” fizeram diversas apresentações durante a sua permanência (31 de outubro e 01 de novembro). Os artesãos Manuel Ferreira e Maria Helena Ferreira ficaram em Dijon até ao final do certame.

10 de novembro – receção nos Paços do Concelho à Embaixadora de Cuba em Portugal, Johana Tablada, que de seguida visitou o Instituto Politécnico de Leiria e empresas do Concelho.

ATIVIDADE DOS SERVIÇOS

DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Relatório financeiro respeitante ao período em análise constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS

1.1.1. Recrutamento e seleção de pessoal:

- a) Elaboração, em conjunto com a DMA, da proposta do mapa de pessoal para 2015 e dos perfis de competências que o acompanham;
- b) Exoneração a pedido de um trabalhador e diligências necessárias nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- c) Organização de 17 processos individuais referentes a trabalhadores CEI - Contratos Emprego Inserção, bem como todos os procedimentos ao início de funções (13 para os Jardins de Infância e 4 para a DIMC);
- d) Organização e acompanhamento do processo e integração de 1 estágio profissional para a DIPOET, na área de arquitetura.

1.1.2. Vencimentos:

- a) Organização do processo de prestação de informação à DGAL sobre o pessoal ao serviço.
- b) Elaboração e envio de 115 ofícios relativos às prestações familiares para a manutenção do abono de família a crianças e jovens;
- c) Organização do processo e execução de todas as atualizações relativas às bolsas de estudo referente ao ano letivo de 2014/2015;
- d) Implementação das medidas destinadas à atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de setembro, a todos os trabalhadores que auferem o salário mínimo.

1.1.3. Assiduidade:

Implementação do novo sistema de gestão e controlo de assiduidade.

1.1.4. Formação profissional:

Elaboração do diagnóstico de necessidades de formação para 2015 e do plano de formação interno da CML para 2015.

1.1.5. Segurança, higiene e saúde no trabalho:

Realização de consulta aos trabalhadores em matéria de segurança e saúde do trabalho sob a forma de 2 inquéritos:

- a) Inquérito de consulta e participação dos trabalhadores em matéria de formação de segurança e saúde do trabalho;
- b) Inquérito de consulta e participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde do trabalho.

1.1.6. SIADAP:

Formação da aplicação informática SAD - Sistema de Avaliação do Desempenho | Avaliadores, ministrada pela Medidata: autoavaliação, avaliação prévia, respetivos relatórios, fichas de avaliação e esclarecimentos de dúvidas.

DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

1- ÁREA JURÍDICA			
Informações de carácter técnico-jurídico	Procedimento disciplinar	Contraordenações	Apoio Técnico-Jurídico

48	Iniciados	0	Iniciados	86	Atos administrativos (despachos e deliberações)	5
	Terminados	0	Movimentados	968	Ofícios	14
			Decisões	89	Avisos	1
			Execuções judiciais	8	Informação	1
			Impugnações judiciais	10		
			Coimas pagas	32		

2 – ÁREA ADMINISTRATIVA							
Serviço de Execuções Fiscais							
Instauração						89	
Citações						151	
Pagamentos						62	
Valor cobrado						€4.353,36	
Serviço de Expediente Geral							
Emissão de guias de receita de certificados de registos de cidadãos da comunidade europeia						€91,00	
Emissão e revalidação de cartões de residente						€172,20	
Emissão de plantas de localização						€665,18	
Emissão de guias de receita referentes ao pagamento de refeições escolares						€1.823,91	
Fotocópias						€4.883,63	
Serviço de Atendimento ao Público							
Balcão	1	2	3	4	5	6	7 DPGU (TRIAGE M TÉCNICO S)
Nº atendimentos	386	679	616	452	530	365	148
Tempo médio atendimento	00:16:21	00:13:30	00:13:26	00:18:13	00:14:46	00:15:57	00:23:55

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

1.3.1 - Área de Aprovisionamento

No período em análise o serviço de aprovisionamento desenvolveu a sua ação em torno dos seguintes procedimentos de contratação pública:

	N.º de processos			
	Proc. concluídos	Proc. em curso	Reclamações / Recursos hierárquicos	Total
Contratação excluída	0	0	0	0
Ajuste Direto, Regime Simplificado	50	20	0	70
Ajuste Direto, Regime Geral	6*	11	1	17
Concurso Público	0	5	0	5
Acordo Quadro	0	0	0	0
(*) Inclui, para o período em análise, 1 ajuste direto com informação de não adjudicação.				
TOTAL:				92

No período em análise foi apresentada uma reclamação no âmbito do seguinte procedimento:

- Concurso Público n.º 06/2014 – “Aquisição de computadores e monitores”, pelo concorrente BASEDOIS, Informática e Telecomunicações, Lda., em sede de audiência prévia, tendo o júri do procedimento deliberado aceitar os argumentos invocados pelo concorrente, propondo a exclusão da única proposta inicialmente aceite aquando da elaboração do relatório preliminar. Em consequência, prevê-se que seja proposta a não adjudicação do procedimento.

1.3.2 - Área do Património

No que se refere ao serviço de património será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido neste período:

— A integração no inventário municipal dos seguintes bens móveis e imóveis:

- i. Áreas de cedência no âmbito da aprovação do Lot. 15/83, em Telheiro, Barreira;
- ii. Áreas de cedência no âmbito da aprovação do Lot. 2/90, em Olivalzinho, Pousos;
- iii. Parcela de terreno, sita na Rua Hermenegildo Capelo, em Leiria;
- iv. Parcela de terreno onde se encontram edificadas o Jardim de Infância de Maceira e a sede da Filarmónica;
- v. Todos os equipamentos afetos ao Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, por força da dissolução da Leirisport, EM.

— Hasta pública n.º 3/2014 – Alienação de imóveis do domínio privado do Município de Leiria - Realização das escrituras de compra e venda.

— Desenvolvimento de diversos procedimentos com vista ao recebimento de indemnizações por danos em património municipal;

— A realização da escritura de justificação de dois edifícios escolares encerrados;

— O apoio na preparação das peças do procedimento por concurso público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Leiria;

— Elaboração das peças do procedimento por concurso público para a celebração do contrato de concessão de exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão.

1.3.3 Área dos Armazéns e Centro de Recursos Municipal

No que se refere ao serviço de armazéns será de realçar:

- a) O início do trabalho intersectorial com vista à reorganização da lista de artigos existente na aplicação “Aprovisionamento”;
- b) O trabalho de articulação intersectorial promovido com vista ao planeamento dos procedimentos de passagem do ano.

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

No decorrer das atividades regulares, salientamos as seguintes:

- a) Apoio na instalação dos trabalhadores da ex-Leirisport, que foram integrados no município;
- b) Montagem de equipamentos e implementação da nova aplicação de controlo de assiduidade, em parceria com a Unidade de Recursos Humanos;
- c) Apoio técnico na plataforma de votação de suporte ao Orçamento Participativo;
- d) Mudança da rede de dados para a capela do cemitério municipal, em função das obras na secretaria do mesmo;
- e) Acompanhamento de estagiários de escolas do concelho;
- f) Disponibilização de sinal Wi-Fi, na zona de pista do estádio municipal, para apoio de eventos;
- g) Preparação e adaptação da rede de dados para fazer face às mudanças de local de vários dos serviços municipais;
- h) Mudança do “Viver ativo” das piscinas municipais para o estádio municipal;
- i) Colaboração no projeto Fadire, fazendo parte ativa da equipa de otimização do uso das TIC no Município;
- j) Apoio técnico a diversas Juntas de Freguesia;
- k) Ações várias no âmbito da modernização administrativa, com vista a melhorar os serviços ao munícipe, assente na desmaterialização de processos – estudo de aplicações, instalação de servidores (virtuais, na CIMRL);
- l) Apoio aos BML em falha do sistema, provocada por quebra de energia;

m) Continuação, em articulação com a Medidata, da atualização e melhoria e formação em várias aplicações informáticas de gestão autárquica, face às necessidades apontadas pelos vários serviços municipais que as utilizam;

n) Participação em ação de formação sobre routers Mikrotik, na CIMRL.

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

Preparação de projeto para abertura de procedimento para as seguintes empreitadas:

- T-18/2014 – Requalificação da Av^a General Humberto Delgado e Zona envolvente;
- T-21/2014 – Remodelação do espaço armazenamento do estádio municipal de Leiria – CRM - Centro de Recursos Municipal;
- T 37/2014 – Reparação do lavadouro do Soutocico Arrabal;
- T 38/2014 Reparação dos 3 torreões da cobertura do edifício do Ex mercado santana;
- T 39/2014 – reparação dos taludes do caminho municipal 1245 Martinela Arrabal
- T 40/2014 – Requalificação da zona envolvente ao convento santo Agostinho;
- T 42/2014 Execução de sondagens arqueológicas mecânicas na zona de intervenção Variante dos Capuchos;
- T 41/2014 - Obra de Emergência de Defesa Costeira na Praia do Pedrogão – Coimbra;
- T 43/2014 – substituição das coberturas e reparações em diversas habitações do Bairro da Integração;
- T 44/2014 requalificação do edifício do mercado municipal;
- T 45/2014 projeto de requalificação do edifício municipal na rua da Cova Bidoeira de Cima;
- T 47/2014 caminhos de Fátima;
- T 48/2014 reforço e consolidação das abóbadas da sala de reserva no convento St^o Agostinho;
- T 49/2014 execução da rede de drenagem pluvial, separador central, e trabalhos diversos na zona de ligação da rotunda da indústria à quinta de Santo António;
- T 50/2014 requalificação do troço da estrada no barracão até à passagem superior da A1;
- T 51/2014 construção de muro de suporte e proteções diversas na rua principal em Carreira;
- Alargamento de via e construção de muro na Barosa (rua da salgueira);
- Não existiram reclamações e/ou recursos hierárquicos registados nestes serviços, durante este período;
- Elaboração de informações do âmbito geral, nomeadamente;
- Pedidos de Autorização para ocupação e trabalhos na via Pública de entidades externas ao município;
- Registo de anomalias/ problemas verificados na via Pública;
- Reclamações recebidas dos munícipes e Juntas de Freguesias.

Gabinete de Estudos e Projetos

- Centros Escolares de Barreira, Parceiros e Maceira - Apoio técnico à empreitada;
- Ampliação do Cemitério dos Marrazes e zona envolvente;
- Projeto de execução do Centro de Recursos Municipal (remodelação de espaço existente de armazenagem);
- Projeto de remodelação dos Balneários do Edifício de Escritórios/Oficinas Municipais na Guimarães, em elaboração;

- Estudo da ampliação e requalificação do entroncamento da Rua 25 de Novembro de 1975 e Rua da Paróquia de São Tiago com a Rua do Cemitério;
- Projeto de remodelação dos Balneários do Edifício de Escritórios/Oficinas Municipais na Guimarães;
- Pavilhão Municipal (multiusos): Enquadramento, Objetivos, e Condicionantes do futuro projeto, com apresentação de Programa Preliminar Prévio;
- Comité Técnico da Rede RENER-Living Lab: Introdução às matérias, técnicas, referentes às redes intermunicipais e internacionais do “Programa Rener–Living Lab para a Inovação Urbana” e “Programa Cidades e Villas de Excelência”;
- Projeto de beneficiação da Torre e Parede de escalada;
- Requalificação da Av.^a General Humberto Delgado;
- Registo de miniprodução por painéis fotovoltaicos no Estádio Municipal de Leiria;
- A instalação foi aprovada para 250 kW. Aguarda abertura de concurso;
- Registo de miniprodução por painéis fotovoltaicos no Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria;
(A instalação foi aprovada para 20,7 kW. Após estudo prévio, elaboração de processo de consulta)
- Recuperação dos elementos de fixação da cobertura do Topo Norte;
- Orçamento Participativo do Município de Leiria 2014|2015;
- Centro Escolar de Marrazes;
- Requalificação da zona da Peixaria e dos talhos no Edifício do Mercado Municipal.

Realização de levantamentos topográficos:

- Levantamento topográfico e edifícios no Horto Barosa;
- Levantamento topográfico da Rua Poeta Acácio Leitão;
- Levantamento topográfico – Heróis de Angola;
- Levantamento topográfico da envolvente ao cemitério Marrazes;
- Levantamento topográfico - Rua Capuchos Leiria;
- Levantamento topográfico para alargamento e construção de muro na Barosa;
- Loteamento 5/88 – Medição de áreas;
- Colaboração com o IPL no levantamento de caixas pluvial e doméstica – Marrazes.

Sector de Mobilidade e Trânsito

- Reestruturação do serviço urbano de transportes coletivos de Leiria;
- Levantamento das paragens e percursos;
- Apoio técnico na elaboração de vários estudos viários: Requalificação da Av.^a Heróis de Angola e Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque; Requalificação da Av.^a General Humberto Delgado;
- Elaboração do Regulamento de Intervenções da Via Pública do Município de Leiria (em decurso);
- Colaboração, apoio e acompanhamento do processo de reclamação das anomalias verificadas após a execução dos lanços IC2.A, IC2.VB, IC36 e IC9;
- Acompanhamento da empreitada “T 08/2013 – Execução de Sinalização Horizontal com Pintura a Quente em Spray Plástico e Termoplástico nas Vias Municipais do Concelho de Leiria”;

- Levantamento dos lugares de estacionamento reservados a operações de carga e descarga e a veículos de pessoas com mobilidade reduzida, na cidade de Leiria.

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Máquinas e Viaturas

- Destacam-se os transportes solicitados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, transporte de várias exposições, transportes efetuados ao serviço do Gabinete de Apoio à Presidência;
- Foi feita a gestão das viaturas no âmbito do contrato do Aluguer Operacional de Viaturas, nomeadamente consumos e quilometragem.

Oficinas

Os Setores de Oficinas (Carpintaria, Serralharia, Eletricidade e Canalização) efetuaram diversos trabalhos para a conservação e manutenção de edifícios municipais, escolas e jardim-de-infância.

O Setor de Eletricidade efetuou ainda a reparação e manutenção dos semáforos do concelho (quinzenalmente) e manutenção da iluminação cénica de edifícios, monumentos e da iluminação pública do percurso Polis (mensalmente).

O Setor de Canalização efetuou visitas pontuais aos grupos de bombagem existentes nos edifícios municipais, por forma a verificar o seu funcionamento. Prestou apoio no despejo de fossas de várias escolas e Jardim-de-infância e vários serviços de apoio a edifícios municipais.

As oficinas de Carpintaria e de Serralharia executam vários serviços no edifício sede da Câmara Municipal de Leiria, parques infantis, zonas pedonais, escolas e outros edifícios públicos.

A oficina de Eventos dá apoio (em colaboração com todas as outras oficinas) na realização dos eventos e/ou exposições: Projeto “Every Bodies – Comenius Regio”; Magusto “Viver Ativo”; Torneio Zonal de Juvenis; “Cross Fit”; 5.ª Mini Maratona e Caminhada Solidária; Semana Europeia da Mobilidade; Centenário da 1.ª Grande Guerra Mundial; Mostro do Trajo Etnográfico da Alta Estremadura; 3.º Encontro Concelhio de Homenagem aos Combatentes do Concelho de Leiria; Festival A Porta; “Gin Tasting”; Caravana de Educação Rodoviária; Dia Mundial da Música; 5.ª Caminhada Pequenos Passos Grandes Gestos; V Congresso Iberoamericano de Animação; Taça de Campeões Europeus de Júniores; Air Bike – Resistência Urbana; Color Run; Festa dos Desporto; Sabores no Mercado e Mercadito dos Sonhos.

Este setor também dá apoio nos transportes e mudanças de mobiliário e equipamentos solicitados por vários sectores do Município.

Conservação de Vias e Obras de Arte

- Reparação de pavimento em semipenetração em: R. Principal Grinde/Raposeira, Vale da Rosa e Logra;
- Tapar buracos em várias ruas;
- Limpeza de sarjetas em diversos arruamentos;
- Elevação de tampas de saneamento na Rua da Pilada, Marrazes;
- Execução de aqueduto na Estrada do Casal da Cortiça, Barreira;
- Execução de colector pluvial na Rua das Olarias, Leiria

Conservação de Edifícios

Quanto às obras de reparação e beneficiação dos edifícios municipais, para além dos trabalhos semanais de manutenção, destacam-se os seguintes trabalhos:

- EB1 Coucinheira, amor – Ligação de esgotos á rede de saneamento;
- Mercado Municipal de Leiria (cave) - reparação e pintura de tetos e paredes, reparação dos wc e substituição de tampas e de tubos de descarga de águas pluviais, reparação da instalação eléctrica.

Foram ainda realizadas intervenções no Bairro Social da Integração e no Bairro da Cova das Faias, nomeadamente, remoção de barraca e limpeza de terreno.

Parques e Espaços Verdes

- Manutenção de espaços verdes em todo o concelho, nomeadamente em rotundas, urbanizações, escolas e jardins-de-infância, edifícios municipais e espaços públicos e dos respetivos sistemas de rega;
- No Horto Municipal procedeu-se à propagação de plantas, preparação de floreiras e de vasos ornamentais (para embelezamento de vários eventos realizados) e realização de pilhas de compostagem, cujo principal objetivo é a valorização orgânica do material vegetal resultante das manutenções dos espaços verdes.

Parques Infantis

Tendo como base de trabalho o plano de Manutenção Preventiva, procedeu-se à conservação e manutenção dos espaços de jogo e de recreio que estão sob a responsabilidade da Divisão.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Acompanhamento e fiscalização de obras municipais:

- T -91/2008 – Pavimentação em diversos arruamentos na Freguesia da Barosa - vistoria para efeito da receção definitiva;
- T-17/2009 - Requalificação da Estrada dos Guilhermes - Troço que liga Maceira (Leiria) à Zona Indústria da Marinha-Grande – Libertação de garantias;
- T-30/2011 – Construção do Centro Escolar do Telheiro/Barreira;
- T-11/12 – Conclusão das obras da Reconversão do Convento de Santo Agostinho – Leiria;
- T -20/2014 – Pavimentação do espaço envolvente à Taberna do Lagoa – Leiria;
- T- 32/2014 – Substituição de cobertura e trabalhos de reabilitação no interior da Edificação na Rua da Figueira da Foz, n.36 - Almuinhas – Leiria;
- T-50/2013 – Construção da variante dos Capuchos;
- T-51/2013 – Requalificação do CM 1038, Barracão até ao limite do concelho, Leiria;
- T-07/2014 – Pavimentações e Beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria (Lotes 1 a 5);
- T-09/2014 – Reconstrução de muro de contenção de terras na travessa das amoreiras;
- T-29/2014 – Construção de um muro de suporte no jardim-de-infância em Reixida – Cortes;
- T-31/2014 - Requalificação do largo na rua Hermegildo Capelo - Bairro dos Anjos – Leiria;
- T -33/2014 – construção de edifício de apoio e reparação de muro do cemitério de Stº António do Carrascal leiria;
- T-17/2012 – Remodelação e requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Coimbrão – Freguesia de Coimbrão;
- T-31/2012 – Pavimentações – Lote 2 (reparações);
- T-7/2014 – Pavimentações – Lote 2;
- T-22/2012 – Remodelação e requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Caranguejeira;
- T-23/2012 – Remodelação e requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Santa Catarina da Serra;
- T-31/2012 – Pavimentações e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria Lote 1 a 7;
- T-36/2013 – Construção do Centro Escolar dos Parceiros;
- T-28/2011 – Construção do Centro Escolar da Maceira;
- T-27/2014 – Reparação da cobertura dos torreões do edifício do Ex – Mercado de Santana – Leiria;
- T-34/2014 – Substituição de vãos de fachada do Cine Teatro de Monte Real – Monte Real;
- T-47/2013 – Beneficiação da Estrada da Coucinheira – Amor;
- T-14/2014 – Substituição das Coberturas em diversos Edifícios Escolares no Concelho de Leiria com constituintes com amianto;
- T-24/2014 – Repavimentação do parque de estacionamento na Praia do Pedrogão - Coimbrão – Leiria.

Elaboração de estudos diversos

- T-40/2014 – Requalificação da zona envolvente ao Convento Santo Agostinho – Leiria;
- T-43/2014 - Substituição das coberturas e reparações em diversas habitações sociais no bairro da integração – Leiria;
- T-48/2014 – Reforço e consolidação das abóbodas da sala da reserva no Convento santo Agostinho – Leiria;
- T-24/2014 – Repavimentação do parque de estacionamento na Praia do Pedrogão - Coimbrão – Leiria;
- T - 4/2014 – Reforço de taludes na Ribeira do Sirol e trabalhos diversos na Rua Carlos j. Moreira (EN350) , na localidade de Caranguejeira;
- T - 9/2014 - Construção de muros de suporte e protecção diversos – Reconstrução de Muro de Contenção de terras na Travessa das Amoreiras – Leiria;
- T -16/2014 - Conclusão da rotunda da Carvalha, Parceiros, Leiria;
- T -39/2014 – Reparação de taludes no Caminho Municipal nº 1245, lugar da Martinela, freguesia do Arrabal.

Toponímia nos agrupamentos e freguesias:

- Caranguejeira, Coimbrão, União das Freguesias de Barosa e Marrazes, União das Freguesias de Barreira, Cortes, Leiria e Pousos, União das Freguesias de Boa Vista e Santa Eufémia, União das Freguesias de Chainça e Santa Catarina da Serra, União das Freguesias de Colmeias e Memória.

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Operações urbanísticas: Entradas de processos mais relevantes: 57 projetos de arquitetura, 23 de especialidades, 21 alterações/obras, 9 alterações/uso, 23 comunicações prévias, 12 informações prévias, 53 autorizações de utilização e 50 declarações prévias/licenciamento zero.

Emissão de Alvarás, Admissões de Comunicações Prévias e Certidões

36 licenças de obras, 50 autorizações de utilização, 33 comunicações prévias, 42 licenças (outras) e 133 certidões emitidas.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ORDENAMENTO E ESTRATÉGIA TERRITORIAL

1. Estudos, Projetos e Planos

- **Revisão do Plano Diretor Municipal** – A Câmara Municipal em sua reunião, de 29 de abril, deliberou proceder à abertura do período de discussão pública, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do RJGT, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, tendo sido publicado no dia, 21 de maio, o Aviso n.º 6259/2014 em Diário da República, 2ª série, deu-se início ao **período de discussão pública da primeira revisão do PDM no dia 30 de maio, o qual decorreu até ao dia 11 de julho** – concluído.

Fase de **ponderação das 1042 participações**, de acordo com metodologia baseada na apreciação individualizada de todas as participações (reclamações/observações/sugestões), e critérios de decisão que assegurem um tratamento equitativo alicerçado em fundamentos objetivos de modo a que a ponderação não se revele discriminatória. Estes critérios seguem a metodologia adotada para a qualificação do solo e a estratégia de desenvolvimento definida no âmbito da proposta de revisão do plano – em curso.

Das 1042 participações analisadas resultaram um total de 1095 pretensões, tendo sido ponderadas até à data 986, o que representa **90% do total de pretensões**.

Disponibilização da proposta do plano no portal de informação geográfica do Município de Leiria, para efeitos de consulta.

- **Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte** – Alteração à proposta de plano, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal. Envio da proposta de plano à CCDRC – em curso.
- **Alteração do Plano de Pormenor de Santo Agostinho** – Alteração à proposta na sequência dos pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Agência Portuguesa do Ambiente – ex-ARH e Direção Regional de Cultura do Centro, previamente à realização de conferência de serviços com as entidades representativas dos interesses a ponderar, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º-C do RJGT – em curso.
- **Zona Industrial da Cova das Faias** – Organização do processo e atualização da planta síntese final. Proposta de alteração – em curso.
- **Mapas Interativos - Portal de informação Geográfica**
 - Monitorização das aplicações disponíveis na intranet e internet (site do Município de Leiria);
 - Execução de novas aplicações: Centro Histórico - em curso; Espaços de Atividades Económicas – em curso.
- **Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagista**
 - Reabilitação Paisagística do Jardim Histórico do Solar do Visconde da Barreira – pesquisa histórica em curso;
 - Proposta de coberto vegetal para o Parque de Campismo do Pedrógão – em curso.

- **Programa Visite Leiria - Percursos 2014** - colaboração na organização, pesquisa e preparação de materiais gráficos de apoio e monitor, dos percursos – *Património Religioso (20 de setembro)* e *Núcleo Antigo da Vila de Monte Real em (15 de novembro)*.

DIVISÃO DE JUVENTUDE EDUCAÇÃO E BIBLIOTECA

Na área da **educação**, o Município de Leiria assinalou a abertura do ano letivo com o “Fórum Educação: Sucesso Escolar – Que Estratégias”, realizado a 9 de setembro no Teatro José Lúcio da Silva, com a participação do Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor David Justino, entre outros oradores. Na sessão foi divulgado o Projeto Educativo Municipal – “Leiria Concelho Educador”. Participaram cerca de 700 professores e educadores do Concelho de Leiria. Reconhecendo e promovendo o sucesso escolar, o Município de Leiria atribuiu bolsas de mérito a cerca de 160 alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, ensino secundário e profissional do concelho, numa cerimónia pública realizada a 27 de setembro. Foram ainda distinguidos os vencedores do concurso “Artistas Digitais” dinamizado pela Rede de Cooperação e Aprendizagem - Centro de Formação, em parceria com o Município de Leiria.

No arranque do ano letivo, e dando continuidade a uma estratégia de trabalho em rede, a vereadora da Juventude, Educação e Biblioteca reuniu com todos os diretores de escolas e agrupamentos da rede pública e privada, no dia 29 de setembro. Foi feito o balanço do início do ano letivo anterior e apresentadas as estratégias e ações da Agenda Pedagógica para 2014/2015. Na ordem de trabalhos esteve ainda a gestão de transportes e refeições escolares, a manutenção das escolas e outras questões relacionadas com a escola a tempo inteiro. Este encontro de trabalho desenvolve uma cultura de planeamento e articulação interinstitucional, preconizada no “Projeto Educativo Municipal – Leiria Concelho Educador”.

O Conselho Municipal de Educação de Leiria reuniu a 17 de outubro e refletiu sobre o tema “a escola a tempo inteiro” no Concelho de Leiria, tendo sido apresentadas experiências de funcionamento pelos representantes do ensino pré-escolar da rede pública e pelos os representantes do ensino particular e cooperativo.

Realizaram-se encontros com os coordenadores de saúde de todas as escolas públicas e privadas, no âmbito do projeto “Like Saúde”, para garantir que os jovens e respetivas famílias estejam informados sobre os perigos do consumo de drogas, álcool, tabaco e relações sexuais desprotegidas. Decorreram ainda encontros com os diretores de turma dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário das escolas públicas e privadas, com o objetivo de sensibilizar para o plano de formação dirigido a alunos, professores, assistentes operacionais e encarregados de educação. No âmbito da promoção da escola a tempo inteiro, implementou-se o programa “AFE - Apoio às Famílias Especiais” para crianças portadoras de deficiência que frequentam as unidades de ensino estruturado dos agrupamentos de escolas Domingos Sequeira, Dr. Correia Mateus e Marrazes. Este programa visa prolongar o acolhimento de crianças entre as 15h30 e as 19 horas. A dinamização deste tempo pós-letivo é assegurada pelo Município de Leiria com o apoio de uma rede solidária de voluntários, constituída por alunos da Escola Superior de Educação Ciências Sociais, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria e da Associação ATLAS. Foram ainda implementadas nas escolas, diversas ações no âmbito do Programa de Alimentação Saudável, no sentido de sensibilizar a comunidade educativa para a importância da adoção de comportamentos de alimentação saudável: distribuição e afixação nos refeitórios escolares de cartazes “Super-Heróis do Refeitório”; distribuição de folhetos informativos com sugestões de lanches saudáveis e distribuição, pelas escolas do 1.º ciclo e refeitórios escolares, do jogo infantil “Quiz da Alimentação Saudável” no Dia Mundial da Alimentação. O Gabinete de Apoio às Refeições Escolares (GARE) prosseguiu as visitas de monitorização de programas de fornecimento de refeições e análise regular das ementas escolares.

Integrado no programa do Dia das Bandeiras Verdes 2014, assinalado a 15 de outubro, o Município organizou a deslocação a Vila Nova de Gaia, das várias eco-escolas do concelho de Leiria, para participarem na cerimónia de entrega das bandeiras. No âmbito do Programa de Segurança Rodoviária, cerca de 600 crianças do 1.º ciclo adquiriram e testaram conhecimentos na Caravana de Educação Rodoviária, promovida pela Fundação Mapfre em conjunto com o Município.

No domínio da ação social escolar, para além da recolha de dados referentes aos alunos beneficiários, procedeu-se à reapreciação da atribuição de escalões a alunos do 1.º ciclo e pré-escolar. Deu-se ainda início ao processo de candidaturas às bolsas de estudo para alunos do ensino superior.

Quanto aos programas sociais e de apoio às famílias, para além do acompanhamento de início de ano letivo, finalizaram-se as candidaturas ao Programa de Refeições (1.º ciclo) e ao Programa de financiamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) do pré-escolar. E, no âmbito da gestão dos equipamentos educativos, concluiu-se a substituição de coberturas de fibrocimento nos seguintes estabelecimentos de ensino: EB Capuchos (Leiria), EB Bajouca, JI Coucinheira (Amor), JI Regueira de Pontes, JI A-dos-Pretos (Maceira). No âmbito desta 1.ª fase de intervenção, irá ainda proceder-se à substituição da cobertura no pavilhão da EB Amarela (Leiria). O investimento total é de cerca de 100.000 euros.

Na área da **juventude**, realizaram-se reuniões com as associações de estudantes do ensino superior com vista à preparação da Semana do Caloiro e decorreu o período de candidaturas ao programa de apoio «PRO Leiria» para 2015. Organizou-se o evento “Geração Y” nos dias 15 e 16 de novembro em Leiria, um fórum de partilha de experiências e aquisição de conhecimentos dirigido a jovens e a associações juvenis.

Na **Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira (BMALV)**, para além do normal desenvolvimento dos projetos em curso, iniciou-se o projeto de apoio ao estudo “Liga-te à Biblioteca” com professores aposentados voluntários e decorreu a apresentação de livros com presença dos autores: “Estado Impuro” de Catarina Feliciano; “Viagem pela Literatura Europeia” de António Mega Ferreira; “Coaching para pais”, de Cristina Valente; “A joaninha quadrada” de Marília Ascenso; “Crónicas de uma caravela” de Gualter Gil; o segundo volume dos “Cadernos de Estudos Leirienses” numa tertúlia com os diversos colaboradores; “O beijo de Humphrey Bogart” de Fernando Rodrigues; “Pequenas histórias de muitas vidas” de André Pereira. Estiveram patentes ao público duas exposições: “Figuras da História de Portugal e não só...” do artista Varatojo (de 4 a 28 de outubro) e “Portugal e a Grande Guerra” (de 1 a 22 de novembro), em parceria com a Biblioteca Nacional. Assinalou-se, a 27 de outubro, o Dia Internacional da Bibliotecas Escolares, com atividades de animação da leitura nos centros escolares de Monte Redondo e do Coimbrão, para cerca de 300 alunos. O encontro anual da Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho de Leiria realizou-se a 12 e 13 de novembro e contou com 120 participantes, cerca de metade dos quais de outras regiões do país. Preparou-se o projeto «É Natal no País dos Livros» e a IV Mostra de Esculturas Incentiv’Arte, a realizar em Dezembro.

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, MUSEUS E TURISMO

No âmbito das atividades promovidas no período compreendido entre as duas datas referidas em título, destacam-se os seguintes pontos:

1. |CENTRO CULTURAL MERCADO SANTANA TEATROS ESPAÇO JOVEM

Recinto Santana: Mercadito dos Sonhos, iniciativa de angariação de receita, para apoiar uma Instituição de Solidariedade Social local com aproximadamente 730 visitantes; **Gin Tasting** projeto que promove a realização de eventos relacionados com o vinho e a gastronomia, contou com aproximadamente 2.570 visitantes; **3.º Encontro de Homenagem aos Combatentes do Concelho de Leiria** que visa homenagear anualmente todos aqueles que serviram Portugal como simples Combatentes. A Cerimónia contou, com o apoio do RAL4, BA5, GNR, PSP e Juntas de Freguesia do Concelho. Contou com aproximadamente 540 aderentes; **Cerimónia para a apresentação de equipas da União Desportiva de Leiria** a União Desportiva de Leiria, promoveu a cerimónia de apresentação das equipas de futebol de formação do Clube, para a época 2014/2015, com aproximadamente 1.130 participantes; **Mostra do Traje** - A Associação Folclórica da Região de Leiria – Alta Estremadura, promoveu a iniciativa para a promoção, divulgação e dignificação do valor cultural e etnográfico do concelho de Leiria, com aproximadamente 170 visitantes; **V Congresso Ibero-americano de Animação** com aproximadamente 830 visitantes; **III Festival de Música Popular** - A Fundação INATEL- Agência de Leiria orienta a sua esfera de ação no desenvolvimento de atividades associadas aos tempos livres e lazer, nos domínios do turismo social, do apoio à cultura popular, e da prática do desporto amador, numa ótica de inclusão social, suportada pela prática de preços acessíveis a todos, com aproximadamente 540 visitantes; **Sabores no Mercado III** – com a Colina do Castelo Associação de Solidariedade Social de Leiria, entidade sem fins lucrativos, incide a sua ação no apoio a idosos, crianças e jovens, designadamente, no acompanhamento afetivo e na educação e formação. Evento com aproximadamente 320 visitantes; TEDxYouth@Leiria - A Associação INVERTE direciona a sua ação na promoção de ações junto da comunidade, com o propósito de criar um espaço de reflexão, através do ciclo de conferências Tedx. Iniciativa com aproximadamente 700 participantes; **Geração Y (DIJE)** com aproximadamente 70 visitantes.

ESPAÇO + JOVEM exposição Tonekos-Sergio Elias - 190 visitantes; exposição de fotografia - André Malheiro -170 visitantes; **Utilizadores de Espaço Internet** - 85; **Utilizadores de Espaço Estudo** - 155; **Atendimento/Informações** - 90 utentes.

Teatro José Lúcio da Silva: exposição Olhares pelo Mundo de 1 setembro 2014 a 15 novembro 2014 - 13.032 visitantes

2. ANIMAÇÃO DE RUA

Temporada de Concertos nas Freguesias – iniciativa que conta com a colaboração dos grupos corais do Concelho de Leiria e do Orfeão de Leiria – Conservatório de Artes. Durante este período decorreram os concertos: Grupos Corais Adesbachorus e Arrabal, em Monte Real e Carvide - cerca de 30 participantes; Grupos Corais do Hospital de Santo André de Leiria e Cantábilis, em Monte Redondo e Carreira - cerca de 100 participantes; Grupos Corais do Orfeão de Leiria e Viva Voz de Santa Catarina da Serra, no Coimbrão - cerca de 20 participantes; Grupos Corais do Ateneu e Corális, em Parceiros e Azoia - cerca de 30 participantes; Grupos Corais das OSPCML e Ninfas do Lis, em Santa Catarina da Serra e Chaínça - cerca de 200 participantes; Grupos Corais Anima Choralis e SAMP, na Igreja de Santa Eufémia- cerca de 80 participantes; Orfeão de Leiria – Conservatório de Artes, na Casa do Povo de Carvide - cerca de 20 participantes; Grupos Corais Anima Choralis e SAMP, na Igreja das Cortes - cerca de 30 participantes;**3.º Encontro Concelhio – Cerimónia de Homenagem aos Combatentes do Concelho de Leiria** – pelo terceiro ano consecutivo, realizou-se a 28 de setembro, e em parceria com o Núcleo de Leiria da Liga dos Combatentes, o 3.º Encontro Concelhio - Cerimónia de Homenagem aos Combatentes do Concelho de Leiria, no Largo 5 de Outubro em Leiria, com cerca de 800 participantes;

Festival “A Porta” e dia da Música / 5 outubro – iniciativa realizada em parceria com a Preguiça Magazine e um voluntário leirienses na área da cultura, entre 2 e 5 de outubro. No centro cívico e casa particulares do centro histórico – 1 a 3 de outubro; Na Rua Barão de Viamonte (Rua Direita) – 4 outubro; Parque Coronel Jaime da Fonseca - 05 de outubro. Tratou-se de uma iniciativa de rua dedicada às artes plásticas, música, actividades para crianças e envolvimento a população residente no centro histórico. O objetivo foi de promover a convivência e fruição neste espaço urbano. Participaram cerca de 70 voluntários (artistas e colaboradores), com cerca de 3.500 visitantes. Integrado no evento **“Festival A Porta”**, o Município de Leiria assinalou, no dia 04 de outubro, as comemorações do Dia Mundial da Música com a realização de 2 concertos, na Praça Rodrigues Lobo, designadamente, o Concerto Sinfónico das Bandas Filarmónicas do Concelho de Leiria e a Big Band da Marinha Grande;

Concertos Queirozianos - Concertos que recriam reportório da época e que se associam artisticamente à obra de Eça de Queiroz, promovidos em parceria com o Orfeão de Leiria. Decorreu, logo após a Rota d'O Crime do Padre Amaro e durante o período em análise, o concerto de 11 de outubro, no m|i|mo - museu da imagem em movimento. Cerca de 90 participantes;

Comemoração do Centenário da 1.ª Guerra Mundial – em conjunto com a Liga dos Combatentes – Núcleo de Leiria, o Regimento de Artilharia N.º 4 e a Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, foram assinaladas as comemorações do Centenário da 1.ª Guerra Mundial, no passado dia 18 de outubro com um conjunto de atividades culturais e recreativas, abertas a toda a comunidade concelhia e a Evocação do Centenário da 1.ª Guerra Mundial, junto ao Jardim de Santo Agostinho, com 150 participantes.

Ação de formação “Atendimento ao Cliente”, dirigida aos colaboradores afetos aos Museus e Castelo.

Elaboração de conteúdos para a Leiriagenda dos meses de outubro, novembro e dezembro.

3. CASTELO

Estatística geral: Total de visitantes 10.194 | Receita de bilheteira: €11.828,40 | Receita loja: €391,60

- **Apoio a eventos:** Concertos da “Márcia”, em 13 setembro; Concerto/baile de música tradicional francesa com acrodionista francês Francois Guerbigny, promovido pela ACDR de Santa Eufémia, 30 outubro; Workshop de dança In Celtic Dances dinamizado pela Incircle; Contos ao pôr-do-sol em 14 setembro; casamento civil em 19 setembro; 2 festas de aniversário de crianças; Yoga em 27 setembro e 25 de outubro; 8 jantares/almoços/Portos de honra. Total de participantes nos eventos: 789.

Atividades Pedagógicas: oficinas pedagógicas: peddy paper “Caça à coroa” com 12 participantes e receita de €12,80.

Acompanhamento de 46 grupos, do ensino pré-escolar ao superior, entre outras entidades locais e nacionais, correspondendo a 1145 pessoas. Dos 47 grupos, 19 obtiveram visita guiada (613 pessoas) e 28 visitas livres (532 pessoas).

4. MIMO

Gestão de loja e estatística: Total de visitantes – 2855; Receita de bilheteira €667,40; Receita da loja €61,00. Total de cedências - 29 com 870 participantes.

Exposições e eventos dinamizadores das exposições: Teatro de Rua “A Rota de um Crime” com 6 sessões e 226 participantes; Teatro de Rua “A Rota de um Crime para Escolas” com 3 sessões e 162 participantes; concerto de piano de Sérgio Varalunga com 68 participantes; concerto Queirosiano com 90 participantes.

Programação cultural em parceria com o Museu: Exposição "Expressões de um Olhar" de 9 de agosto a 13 de setembro com 2065 visitantes | Exposição "Relevos de Cor" de 27 de setembro a 25 de outubro, com 1.326 visitantes.

Serviço educativo: 19 visitas guiadas com 500 participantes; 3 oficinas de brinquedos óticos com 59 participantes; 1 oficina “Curiosa Mente” com 7 participantes.

Serviço do Centro de Documentação e Informação Artur Avelar (CDIAA): 6 consultas in loco; 2 requisições externas; 4 documentos consultados; 2 visitantes/utilizadores (2 novos); 13 consultas do Arquivo de Imagem; 2 utilizadores do Arquivo Fotográfico.

5. MOINHO DO PAPEL

Gestão de Loja e estatística: Total de visitantes - 1.376; Receita de Bilheteira €534.60; Receitas de loja €184.00.

Serviços educativos: realização de 36 oficinas pedagógicas envolvendo 392 participantes.

6- AGROMUSEU D. JULINHA

Gestão de Bilheteira e estatística: Total de visitantes – **280; Receita de bilheteira - €26,25**

Procedimento administrativo para aquisição de um burro para o espaço do agromuseu.

7. ASSOCIATIVISMO

Regulamento de Atribuição de Auxílios – PRO Leiria - entregues até à presente data 48 candidaturas para o programa de apoios 2014;

Atendimento pessoal - aproximadamente 58 Entidades /Associações;

Animação Cultural Associativa:

- **Desfile de Filarmónicas do Concelho de Leiria**, integrado no evento Mostra de Veículos Históricos, no dia 27 de setembro, no estádio municipal Dr. Magalhães Pessoa, promovido pela Associação das Filarmónicas do Concelho de Leiria em parceria com o Município de Leiria com aproximadamente 700 participantes.

- **Mostra do Traje Etnográfico da Alta Estremadura**, no dia 11 de outubro, no Centro Cultural Mercado de Sant'Ana, promovida pela Associação Folclórica da Região de Leiria – Alta Estremadura, em parceria com o Município de Leiria, com aproximadamente 100 participantes.

8. CASA DOS PINTORES | CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO LAPEDO

Casa dos Pintores - Atendimento e visitas guiadas: 45 visitantes, incluindo visitas guiadas e reuniões com municípios, projetistas, investigadores e estudantes.

Atividades pedagógicas e de divulgação:

- **Implementação dos Percursos Visite LEIRIA** - Património Religioso do Centro Histórico, a 20 de setembro com 56 participantes; Núcleo Antigo da Vila de Monte Real, a 15 de novembro com 38 participantes.

- Elaboração de itinerários turísticos: Núcleo antigo das Cortes; Judiaria de Leiria; Vale do Lapedo; Pedrógão; Património Religioso de Leiria; Monte Real.

- Elaboração e apresentação de 2 poster: V Congresso Iberoamericano de Animação Sociocultural, *Do almofariz à tela: entre a animação sociocultural e a sensibilização ambiental*, em Leiria, na ESECS; Congresso Internacional “Educação, Ambiente e Desenvolvimento”, numa iniciativa conjunta com CIA/DIDEA, intitulado *Do Almofariz à Tela: uma oficina pedagógica experimental de expressão criativa*, em Leiria, na ESECS.

- Apresentação de comunicação, intitulada *Torres, Portas e Alambores: (des)construções do Castelo de Leiria*, em parceria com Isabel Inácio, pela Arqueohoje, em colóquio sobre recintos defensivos/amuralhados medievais e modernos, a convite da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 15 de novembro no Museu do Carmo, em Lisboa.

Arqueologia e Património (Oficina de Arqueologia e Reservas do Município de Leiria): A Carta Arqueológica de - 334 sítios arqueológicos georreferenciados. Gestão das reservas municipais e Inventário e acondicionamento de peças do acervo do Museu de Leiria. Inventário *In Patrimonium* para a Carta de Património Concelhia. Prestação de apoio técnico na área de salvaguarda do património no Centro Histórico da Cidade de Leiria, com acompanhamento em 65 processos que incluíram a realização de trabalhos arqueológicos. Apoio em 53 processos, com intervenção arqueológica, realizados na área do restante concelho de Leiria. Apoio ao DIEM – processo de obra de reconstrução de muro, na Rua da Amoreira, mediante elaboração das disposições técnicas de arqueologia, para caderno de encargos e da

Variante dos Capuchos, cuja intervenção arqueológica teve início em Agosto de 2014. Acompanhamento do processo Centro de Diálogo Intercultural de Leiria, na Igreja da Misericórdia.

Exposições: Coordenação do processo de instalação do Museu de Leiria no Convento de Santo Agostinho: equipamento e museografia. Desenvolvimento dos procedimentos concursais e acompanhamento dos processos. *Contributos para um programa museológico – Museu de Leiria*, proposta de conteúdos para a exposição no Convento de Santo Agostinho, base para o Concurso de conceção para o Museu de Leiria. Definição da exposição *Cinco Milénios de História: Arqueologia no Castelo de Leiria*. Desenvolvimento de conteúdos para exposição referente ao património (paleontológico, mineiro e antropológico) da mina da Guimarota.

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ABRIGO DO LAGAR VELHO

Visitas guiadas: 3 visitas guiadas num total de 55 visitantes (distribuídos por 3 grupos), 9 participantes da APPC-Leiria, a 2 de setembro e 36 participantes do Agrupamento de Escolas de D. Dinis, a 8 de setembro, 10 visitantes no âmbito do projeto do Museu de Leiria, a 17 de setembro.

Acompanhamento de processos referentes a atividades e ocorrências anómalas na área de Zona Especial de Proteção do vale do Lapedo. A abertura do Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho, entre 1 de agosto e 15 de setembro, aos sábados e domingos, entre as 14h00 e as 19h00, num valor global relativo ao número de participantes de 71 visitantes.

9. BANCO DE PORTUGAL

Exposição – “Abertura: exposição de fotografia” da ESAD.IPL de 1 a 19 de setembro – 325 visitantes; exposição “José Fava - 50 anos: a arquitetura do possível”, de 4 de outubro a 14 de novembro – 687 visitantes.

10. PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DO PEDRÓGÃO

Durante o período em apreço os dados estatísticos são:

Receita de bilheteira: €4.810,08; **Entradas:** 1.207; **Dormidas:** 8.446

Apoio do processo de conceção do PCPP.

11. ANIMAÇÃO DESPORTIVA

Caminhada Pequenos Passos, Grandes Gestos – iniciativa que teve em 2014 a sua 5.ª edição, levada a efeito em parceria com o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, dia 4 de outubro, contribuindo para assinalar o mês de outubro como o mês internacional da prevenção do cancro da mama;

Color Run – Iniciativa em parceria com a Urban Events, Unipessoal Lda, que teve lugar no dia 19 de outubro e que contou com cerca de 7500 participantes.

O Município de Leiria promoveu ainda a realização da seguinte atividade:

Mostra de Veículos Históricos que decorreu no Estádio Municipal Dr. Manuel Magalhães Pessoa, de 26 a 28 de setembro, e que contou com mais de 13.000 espetadores nos três dias de animação.

Os serviços da DIACMT contribuíram ainda, em articulação com o GAP, para a seguinte iniciativa:

Evento M.I.A. – Atividade em parceria com o Movimento de Intervenção Animal, no dia 21 de setembro, tendo-se destacado para além do “1.º Doggy Paper Cidade do Lis” a realização do “1.º Troféu de Obedience Cidade do Lis” a cargo da UCAS – Unidade Canina de Salvamento e da Canisport.

No que diz respeito à promoção e divulgação das atividades, e durante o período em apreço, nota para a elaboração de conteúdos para a Leiriagenda dos meses de setembro e outubro.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS/FEIRAS

MERCADO MUNICIPAL DE LEIRIA – A DIDEA encontra-se a efetuar a coordenação e gestão do processo relativo à elaboração de estudos e projetos para a revitalização do Mercado Municipal de Leiria e respetiva envolvente oportunamente adjudicado a prestador de serviço após realização do procedimento concursal T-23/2014, realizado pelo DIEM e cujo objetivo último é a conceção do projeto para um novo edifício devidamente infraestruturado e funcional, crucial do ponto da dinamização do tecido económico local.

Entretanto, e em razão das más condições infraestruturais do equipamento existente, procedeu-se à requalificação da cave e redistribuição dos pequenos produtores, encontrando-se a decorrer os procedimentos de levam à requalificação de todo o piso 0 (lado dos talhos e peixaria), oportunamente adjudicado no âmbito de empreitada do DIEM e na qual a DIDEA deu os *inputs* (enquanto U.O. gestora) para o respetivo caderno de encargos.

AMBIENTE – QUALIDADE DO AR

CANDIDATURA PROGRAMA ADAPT, TEMA 2 - Na sequência da parceria que o Município de Leiria integrou em maio do corrente ano, liderada pelo CCIAM (Centre for Climate Change Impacts, Adaptation and Modelling) e da qual fazem parte o CEDRU, a We Consultants, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Aveiro, a Universidade dos Açores, a Quercus, a Câmara Municipal de Cascais e a Câmara Municipal de Sintra e a Cities of the Future, para efeitos de candidatura ao tema 2 do Programa AdaPT: Estratégia Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, o ML já teve conhecimento de ter sido ganho aquela. Neste âmbito, a Câmara Municipal de Leiria cooperará, entre outras: na realização da Estratégia Municipal de Leiria de Adaptação às Alterações Climáticas; Proporcionando a dois técnicos da autarquia a oportunidade de participar no programa formativo de adaptação local às alterações, sem custos adicionais para a autarquia; Participando nas ações de dinamização da rede de municípios de adaptação às alterações climáticas.

AMBIENTE – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CANDIDATURA PROGRAMA ADAPT, TEMA 4 - Depois do Município de Leiria ter integrado a parceria referida no item anterior, a DIDEA dinamizou nova parceria, nomeadamente com agentes locais e regionais para nova candidatura, submetida a 15/09/14, desta feita ao tema 4: Projetos Setoriais de Adaptação às Alterações Climáticas. A candidatura, denominada AdaPT(Ar) Leiria, integra como parceiros, a ENERDURA, IPL-ESTG, Oikos, SMAS-Leiria, SIMLIS e a ANQIP. O projeto AdaPT(Ar) Leiria pretende contribuir para a adaptação de edifícios públicos face às contingências de fornecimento de água e energia resultantes das alterações climáticas, bem como aumentar a sua eficiência na utilização destes recursos. Pretende-se reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face às alterações climáticas aumentando a resiliência de Leiria de modo a assegurar o fornecimento de serviços essenciais. Nesse sentido serão realizadas intervenções nos seguintes edifícios: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento-SMAS; ETA-Estação de Tratamento de Águas; Paços do Concelho; Proteção Civil e Bombeiros; Piscina Municipal. A candidatura apresentada pelo Município de Leiria foi admitida na primeira fase de seleção, em conjunto com outras 19, num total de 43 candidaturas apresentadas, por terem sido cumpridos todos os critérios de admissibilidade e elegibilidade da candidatura. Taxa de comparticipação: 100%. Investimento total do projeto: 129.870,05€ Investimento detalhado do Município de Leiria: 91.671,23€.

PROTOCOLO “PISCINAS + EFICIENTES” - No sentido de promover sinergias no contexto da implementação de projetos de requalificação energética nos equipamentos titulados pelo Município, nomeadamente piscinas municipais, incluindo a obtenção de financiamento para o efeito, a edilidade estabeleceu um protocolo com a Enerdura – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura e a RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional).

AMBIENTE – RESÍDUOS, HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICA

SERVIÇO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS NO CONCELHO DE LEIRIA / TARIFÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS 2015 - Com vista a adaptar o Regulamento de Resíduos Urbanos vigente à legislação entretanto publicada, nomeadamente a alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto – Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, e à Deliberação da ERSAR n.º 928/2014, de 15 de abril, bem como ao Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU), a DIDEA procedeu à elaboração de uma proposta de tarifário que visa refletir a conjuntura atual do sector, integrando a nova realidade do Município. Assim, e conforme previsto, o tarifário elaborado foi submetido à consideração da ERSAR, aguardando-se o parecer daquela entidade para posterior aprovação em sede de reunião de executivo, até ao final do ano.

DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS VOLUMOSOS – MONSTROS - Com o objetivo dar a conhecer ao maior número de munícipes que possam beneficiar dos serviços de recolha de monstros disponíveis no Concelho, o Município promoveu a divulgação do serviço de recolha de monstros via contentorização de grande capacidade no território concelhio através da colocação de imagem e informação relacionada na área de atividade “Ambiente” do seu portal. No mesmo sentido, desenvolveu diligências para definição de uma imagem para divulgação do serviço de recolha de monstros porta-a-porta. Encontra-se ainda prevista a realização de medidas prévias à divulgação de outros serviços de resíduos, disponibilizados pelo Município.

AMBIENTE – RECURSOS HÍDRICOS

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES SUÍNÍCOLAS DA BACIA DO LIS- A DIDEA continua a acompanhar o processo, em representação do ML. O concurso internacional será entretanto lançado pelo Consórcio, prevendo-se a respetiva adjudicação para meados de novembro de 2015.

LIMPEZA DE LINHAS DE ÁGUA - No período considerado procedeu-se às seguintes:

- Reabilitação e desobstrução de troço do Ribeiro do Pinto, inserido em aglomerado urbano, em cerca de 850 metros, entre Marrazes e Pinheiros e melhoria das respetivas condições de escoamento hídrico, bem como proteção do emissário da SIMLIS localizado nas proximidades;
- Desenvolvimento de procedimento com vista à reconstrução de talude na margem do Rio Lis, na zona das Olhalvas.

Ruído

QUEIXAS RELACIONADAS COM INCOMODIDADE - Desenvolvimento de procedimentos para averiguação de custos no que se refere ao processo de acreditação da Autarquia, para realização de avaliações acústicas.

HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICAS

LUTA ANTI MURINO – A DIDEA no período considerado procedeu à elaboração do CE do procedimento concursal para a aquisição de serviços de controlo e prevenção anti murino, bem como de outras ações de desinsetização, desinfestação, desbaratização e expurgo, na modalidade de prestação de serviços contínuos e para o triénio 2015 a 2017.

AMBIENTE - PRAIA DO PEDRÓGÃO

EROSÃO COSTEIRA - Acompanhamento, em conjunto com a DIOM, do concurso “INTERVENÇÃO DE REFORÇO E PROTEÇÃO ESTRUTURANTE DO CORDÃO DUNAR DA PRAIA DO PEDRÓGÃO”

AMBIENTE – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Desde o dia 12 de setembro que se encontra patente no Centro de Interpretação Ambiental de Leiria, a exposição de fotografias resultantes do X Concurso de Fotografia, este ano designado “Poluição dos Oceanos e dos Ecossistemas Litorais”;
- Foram realizados vários projetos com escolas e IPSS do Concelho no período em apreço, destacando-se o Projeto “cria e reutiliza” e “Visita guiada ao Rio Lis”;
- Realizou-se no dia 18 de setembro uma ação de sensibilização e divulgação sobre o *Rhynchophorus ferrugineus* (escaravelho da palmeira).

DIVISÃO DE DESPORTO

1. GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

1.1 Pavilhões Desportivos Municipais

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, em vigor até a 31 de Outubro de 2017, a DID operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Relativamente à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu, desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza e manutenção do espaço.

Durante o período de atividade deste relatório foram marcados 253 jogos e torneios dos respetivos campeonatos oficiais.

Foram realizadas reuniões e produzidos dossiers de apoio à gestão dos PDM e entregues nas respetivas Juntas de Freguesias, entidades gestoras destas infraestruturas desportivas.

1.2 Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa

Na sequência da transferência para o Município de Leiria da totalidade do património da Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, E.M. (Em Liquidação), ativo e passivo, nele se incluindo o estabelecimento Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, passando a ser, desde o dia 1 de agosto de 2014, da Câmara Municipal a responsabilidade de gestão desta instalação desportiva.

Análise e operacionalização dos diversos pedidos de eventos, a realizar nesta infraestrutura e suas valências (auditório, salas, balneários, etc.), num total de 12 atividades e 3.731 entradas durante o período em análise.

1.3 Piscinas Municipais

Desenvolvimento das tarefas inerentes à Comissão de Acompanhamento criada no âmbito da passagem da gestão do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria (CMPL), Piscina Municipal de Caranguejeira (PMC) e Piscina Municipal de Maceira (PMM) para a ADCR Bairro dos Anjos, através da celebração dos respetivos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, desde o dia 1 de julho de 2013 para o CMPL e a PMC e 1 de outubro de 2013 para a PMM.

Análise dos relatórios trimestrais enviados pela ADCR Bairro dos Anjos, pela Comissão interdisciplinar que acompanha e supervisiona os Contratos supracitados, bem como a realização das reuniões de avaliação trimestrais correspondentes.

Realização de reuniões mensais de operacionalização da gestão das Piscinas Municipais acima mencionadas, com o intuito de visitar regularmente estas instalações e verificar a qualidade do serviço prestado por parte da entidade gestora.

2. GESTÃO DE ATIVIDADES

2.1 Viver Activo

Coordenação das tarefas do Gabinete Viver Activo, a funcionar no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria, desde o dia 1 de outubro de 2013, para apoio ao desenvolvimento do Programa, designadamente ao nível de:

- atendimento e inscrição de novos utentes;
- receção de mensalidades e emissão das correspondentes faturas/recibos;
- ligação às Juntas de Freguesia parceiras, nos núcleos de Caranguejeira, Maceira e Bajouca, nomeadamente a emissão das faturas/recibos destes utentes;
- controlo da assiduidade dos utentes e professores;
- reajuste das turmas e contactos os alunos inscritos, nos 4 núcleos de atividade;

Renovações e inscrições de novos utentes para a época letiva 2014/2015, num total de 851, designadamente no núcleo de Leiria (545) 466 renovações e 79 novos inscritos, no núcleo de Bajouca (74) 71 renovações e 3 novos inscritos, no núcleo de Caranguejeira (107) 104 renovações e 3 novos inscritos e no núcleo de Maceira (125) 124 renovações e uma nova inscrição.

Realização das reuniões de coordenação estipuladas no caderno de encargos para a época letiva 2014/2015, com os professores e coordenador do Programa, para articulação de procedimentos e tarefas, bem como ajustes necessários ao bom desenvolvimento do Programa.

Planeamento e criação das atividades complementares e da Academia Viver Activo, no Estádio Municipal de Leiria, bem como respetivas mudanças do Gabinete Viver Activo, para a Porta 2 desta mesma infraestrutura municipal, com efeitos a 17 de novembro de 2014.

Realização de um rastreio de visão, promovido pela Leirivisão, com cerca de 50 participantes e comemoração do Dia de S. Martinho, no dia 8 de novembro, com a organização de um magusto, atuação do Rancho Folclórico e Etnográfico do Souto da Carpalhosa e descamisada promovida pela Quinta do Barrocal (Batalha), no Agromuseu D. Julinha, na Ortigosa, que contou com a participação de 82 utentes.

2.2 Outros eventos

Operacionalização dos eventos organizados em parceria com Clubes e outras entidades: Passeios de BTT "ADAE - Território de Desafios" (Airbike - Associação de Ciclismo, 14 de setembro de 2014), "Taça dos Clubes Campeões Europeus de Júniores 2014 – Grupo B" (Juventude Vidigalense, 20 de setembro de 2014), "Festa do Desporto | 2014" (Semanário Região de Leiria, 20 e 21 de setembro de 2014), "5.ª Mini Maratona e Caminhada Solidária de Leiria" (Rotary Club de Leiria, 5 de Outubro de 2014).

3. APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

3.1. Regulamento de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria (RAAML 2013)

Desbloqueamento dos 30%, 70% e/ou 100%, consoante os casos, definidos na calendarização dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo referentes ao RAAML 2013, aprovados na Reunião de Câmara de 2013.09.10.

3.2. PRO Leiria 2014

Receção e análise das candidaturas em falta do PRO Leiria 2014 – 3.ª fase, bem como aprovação do apoio no valor total de €8.700,00, referente à atividade federada de 4 Clubes do Concelho e 1 apoio pontual, deliberado em 2014.10.07.

Desbloqueamento das verbas referentes aos 30% do Pro Leiria 2014 – 1.ª, 2.ª e 3.ª fases.

3.3. PRO Leiria 2015

Receção das candidaturas para a Atribuição dos Auxílios do Município de Leiria – PRO Leiria 2015.

3.4. Apoios Pontuais

Apoios logísticos e ofertas institucionais às seguintes organizações:

- i. Apoio ao Clube Basquetebol de Leiria para a organização do Projeto “V Diverte-te e Aprende Basquetebol Connosco”, nos dias 13 e 14 de Setembro;
- ii. Apoio ao C.N.E. – Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional de Leiria para a utilização do Auditório do Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa, no dia 14 de setembro de 2014;
- iii. Apoio à Associação Cultural e Recreativa de Maceirinha para a realização do “Torneio Pool/Bilhar Português”, no dia 10 a 12 de outubro de 2014;
- iv. Apoio ao Clube Cultural e Desportivo Corvos do Lis para a realização do “Campeonato Nacional de Xadrez Absoluto de Partidas Semi-Rápidas”, no dia 15 de novembro de 2014;
- v. Apoio ao Hóquei Clube Leiria para a realização do “Festival de Patinagem Artística do Hóquei Clube de Leiria”, a decorrer no dia 6 de dezembro de 2014;
- vi. Apoio à Associação de Natação do Distrito de Leiria para a realização do “Torneio Zonal de Juvenis - Zona Sul”, a decorrer nos dias 12 a 14 de dezembro de 2014.

Apoio financeiro de €1.500, 00, ao Centro Popular de Cultura e Recreio de Cortes para a realização da “XI Regata de Jangadas do Rio Lis”, nos dias 6 e 7 setembro de 2014.

4. CONTRATOS/ PROTOCOLOS

Aprovação do Protocolo de utilização do Estádio Municipal de Leiria a celebrar com o IPL – Instituto Politécnico de Leiria.

Desenvolvimento do Protocolo de parceria com a Associação Mensagens Positivas para a organização do “*Impossibility Challenger*”.

5. OUTROS

Planeamento das áreas de intervenção da Divisão de Desporto para o ano de 2015, designadamente ao nível do Associativismo, formação e divulgação desportiva; Programa de Desporto Informal; Programa de Desporto Formal; Gestão de Equipamentos Desportivos Municipais; e Gestão do Equipamento Municipal – Estádio.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Programas de comparticipação de Medicamentos – No período compreendido entre 1 de setembro e 15 de novembro foram apresentados 49 novas candidaturas no âmbito do presente Programa. Desde o início do ano civil, encontram-se 730 munícipes a beneficiar do programa de “Atribuição de Comparticipações em Medicamentos a Famílias Carenciadas”, integrando o total de 353 agregados familiares.
2. Habitação Social – Efetuou-se a atribuição/regularização de uma habitação social no Bairro Social da Cova das Faias, a um agregado familiar, composto por 1 elemento e, a transmissibilidade de uma habitação social no Bairro Social da Integração, composto por 3 elementos adultos (1 dos elementos doente de Parkinson).
3. Banco Local de Voluntariado de Leiria - Neste período foram rececionadas 44 novas candidaturas a voluntários para o Banco Local de Voluntariado e seis Programas de Voluntariado, sendo integrados 36 voluntários em ações de voluntariado previstas nos Programas de Voluntariado apresentados pelas entidades organizadoras.
4. Rede Social:
Conselho Local de Ação Social (CLAS) – Foram realizadas duas reuniões setoriais, com vista à atualização do sistema de representatividade. No dia 10 de outubro, foi realizada reunião, com as freguesias do Concelho, para elegerem o representante das Freguesias no Núcleo Executivo do CLASL, tendo-se mantido o mesmo representante (União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa), por escolha dos presentes. No dia 16 de outubro, foi realizada reunião com as IPSS's do Concelho, dando cumprimento ao disposto no art.º 16º do Regulamento Interno do CLASL, conjugado com a alínea c) do n.º1 do art.º 21º do Dec. Lei 115/2006, de 14 de junho, tendo resultado na eleição das seguintes IPSS' para representarem as respostas sociais cuja representação é necessária: - Centro de Dia para Idosos – O Centro de Assistência Paroquial de Carvide;- Lar de Idosos – Academia Social e Cultural da Maceira;- Serviço de Apoio

Domiciliário – ADESBA (Associação para o Desenvolvimento Social da Barreira) - Creche – SUPERCOOP;- Jardim de Infância – Jardim Escola João de Deus.

Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesias – Foi prestado apoio técnico à Comissão Social de Freguesia de Bidoeira de Cima, através da participação em reunião ordinária da própria comissão;

Núcleo Executivo – Neste período foram concretizadas 3 reuniões, para realização de avaliação do trabalho do CLASL/ Grupos de trabalhos, e planificação de ações a desenvolver em 2015. Foi analisada uma candidatura para criação de respostas sociais apresentada pela AMBESSE, para emissão de parecer.

Foi garantida a participação do CLAS Leiria em reunião da Plataforma Supraconcelhia Pinhal Litoral.

Apoio à pessoa idosa – Foi garantida a participação na equipa técnica de acompanhamento às pessoas idosas em situação de isolamento (EPII) através do grupo de trabalho “Idosos”;

Programa Tesouro das Famílias – Teve início no passado dia 27 de outubro mais um grupo do Programa de Desenvolvimento de Competências Parentais e Familiares – Tesouro das Famílias, a famílias beneficiárias de RSI e/ou acompanhadas pela CPCJ, residentes na União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e União de Freguesias de Marrazes e Barosa. O Programa decorrerá em 16 sessões, prevendo-se o seu término a 16 de dezembro do presente ano. Encontram-se a participar cerca de 15 famílias, que abordarão temas como: desenvolvimento da auto-estima, desenvolvimento infantil, cidadania, prevenção da violência e bullying, economia doméstica, alimentação, prevenção de comportamentos de risco e, novo neste grupo, a abordagem dos perigos e oportunidades das redes sociais e internet.

5. Gabinete de Ação Social – No presente período, o Gabinete de Atendimento Social, registou 212 atendimentos aos munícipes nas diversas áreas de intervenção.
6. Gabinete de Apoio Psicossocial (GAPS) – Foram realizados acompanhamentos a três funcionários da autarquia, e realizou-se o encaminhamento de dois destes para outros serviços específicos de apoio.
7. Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - registou 621 atendimentos, divulgou junto de 30 candidatos medidas de Empreendedorismo de e apoio à contratação, encaminhou 12 pessoas para oferta de emprego e integrou 5 candidatos em ofertas formativas. Rececionou do exterior 1 oferta de emprego.
8. Apoio a instituições – Foram avaliadas e aprovadas em reunião de Câmara: 1 candidatura do Projeto “Do Bem Estar ao Bem Viver”/ €166,00; e 1 candidatura do Projeto “Hipoterapia”/€2.000,00;
9. Atividades Socialmente Úteis – no âmbito do Protocolo de Colaboração para o Desenvolvimento de Atividade Socialmente Útil, celebrado entre o Instituto de Segurança Social de Leiria, I.P./Centro Distrital de Leiria e o Município de Leiria, a 13 de Março de 2014, foram integrados dois beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção, em regime de substituição.
10. Dia Municipal da Igualdade – Com o lema - IGUALDADE É DESENVOLVIMENTO, o Município de Leiria assinalou a data a 24 de outubro 2014 através da promoção de uma sessão pública em parceria com a NERLEI, InCentea e a Mulher Séc XXI-Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres, realizada no Auditório do Mimo e onde foram abordados temas relativos à Igualdade de género com a apresentação de vários painéis a cargo das três entidades.

UNIDADE DE GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS

Anexo Mapa de Monitorização das Candidaturas QREN.

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

Proteção Civil Municipal

A atividade operacional do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOS), no período em análise registou/coordenou 1989 ocorrências verificando-se uma predominância significativa dos serviços de assistência em saúde.

Foi realizada uma reunião operacional durante o período analisado, no dia 30 outubro de 2014, nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Maceira, com a presença dos comandantes das corporações de bombeiros e representantes da GNR e PSP de modo a efetuar o balanço da atividade operacional, com a análise de dados estatísticos e ocorrências relevantes, assim como a preparação das ações conjuntas a realizar.

Gestão de Combustíveis

Procedeu-se à identificação e notificação de 99 proprietários de terrenos para que procedessem às devidas ações de gestão de combustíveis.

Mobilização de solos

No período em análise foram realizados 41 pareceres pelo Gabinete Técnico Florestal.

Gestão de Combustíveis – Vazios Urbanos

Durante o período considerado foram realizadas várias limpezas de terrenos com matos e silvas em propriedades do Município.

Planos de Segurança de Eventos

No Período em análise foram realizados 15 pareceres pela Divisão de Proteção Civil e Bombeiros.

Outros

A Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, em cooperação com a Junta de freguesia da Bidoeira de cima realizou uma ação de sensibilização, no dia 07 de novembro 2014, com o intuito de informar a população sobre as boas práticas do ordenamento e gestão florestal.

Também participaram nesta ação de sensibilização os representantes da GNR, do ICNF e da Associação Florestal Pinea.

Leiria, 19 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Raul Castro', with a stylized flourish at the end.

Raul Castro

QREN		Inv. Elegível	Taxa média	Complicação	AL	até 15/11/2014				
TOTALS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS		€ 29.933.956,09	86,27%	€ 25.474.977,50 [comunitária] € 348.165,88 [nacional]	€ 5.538.821,32	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Complicação transferida	Taxa comp. transferida	
TOTALS DAS CANDIDATURAS APROVADAS		€ 24.468.574,51	86,55%	€ 20.829.403,15 [comunitária] € 348.165,88 [nacional]	€ 4.719.014,09	€ 20.714.451,84	85%	€ 16.999.768,63	80%	

Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados ou De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física							
					Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL						até 15/11/2014						
REGENERAÇÃO URBANA/REABILITAÇÃO URBANA					€	7.381.554,67	85,000%	€	6.274.321,49	€	1.104.102,25	€	7.232.001,96	€	149.552,70	€	6.113.829,19	97%		
Descentro - PALOR (Adenda ao Protocolo de Financiamento)	EPA1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a Ponte Afonso Zuquete	2043	16-07-2009	16/09/2009 + Adenda03/02/2011 Adenda03/10/2011 Adenda16/08/2012 Adenda11/04/2013	25/10/2010 25/10/2013	€	1.095.044,79	85,00%	€	930.788,07	€	235.606,82	€	1.095.044,79	€	-	€	915.713,94	98%	100%
	EPA2 - Requalificação do Espaço Público envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo	1962	13-07-2009	15/07/2010 + Adenda21/02/2011 Adenda04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 04/06/2013	25/10/2010 21/07/2011	€	140.475,00	85,00%	€	119.403,75	€	26.529,45	€	140.475,00	€	-	€	119.403,75	100%	100%
	EPA 3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico	2085	17-07-2009	10/02/2011 + Adenda13/09/2011 Adenda18/02/2014 + ENCERRAMENTO 17/07/2014	25/10/2010 19/12/2011	€	1.456.521,07	85,00%	€	1.238.042,91	€	168.384,82	€	1.456.521,07	€	-	€	1.238.042,91	100%	100%
						Objeto de uma comparticipação a fundo perdido até ao limite de 25% dos encargos a assumir pelo município com a operação, pelo Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), até ao limite de €54.795,89														
	Apoio recebido pela DGOTDU										-	€	0%							
	EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia	1154	25-02-2009	07/08/2009 + Adenda31/01/2011 Adenda29/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	23/07/2009 03/02/2011	€	123.105,68	85,00%	€	104.639,83	€	31.932,10	€	123.105,68	€	-	€	104.639,83	100%	100%
	EPA 6 - Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito	2087	17-07-2009	18/01/2011 + Adenda18/02/2011 Adenda04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 04/06/2013	15/03/2010 21/07/2011	€	153.194,76	85,00%	€	130.215,55	€	23.826,56	€	153.194,76	€	-	€	130.215,56	100%	100%
	EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim	2090	17-07-2009	08/02/2011 + Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	25/10/2010 20/07/2011	€	543.561,78	85,00%	€	462.027,51	€	117.017,97	€	543.561,78	€	-	€	462.027,51	100%	100%
DS1 - Construção do Centro Cívico e respetiva Praça Pública	2089	17-07-2009	20/12/2010 + Adenda15/02/2011 Adenda21/10/2011 Adenda16/08/2012 Adenda11/12/2012	30/09/2010 24/09/2012	€	862.366,63	85,00%	€	733.011,64	€	135.064,96	€	862.366,63	€	-	€	696.236,67	95%	100%	
Apoio recebido pela DGOTDU										-	€	0%								

Discentro - PALOR (Adenda ao Protocolo de financiamento)

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados ou De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/11/2014				
me	DC1 - Reconversão do Convento de Santo Agostinho	2083	17-07-2009	20/12/2010 + Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013 Adenda 14/11/2013	29/10/2010 15/03/2015	€ 2.115.930,59	85,00%	€ 1.798.541,00	€ 213.445,00	€ 1.966.377,89	€ 149.552,70	€ 1.708.074,40	95%	93%
	Objeto de um apoio financeiro revestindo a modalidade de incentivo não reembolsável, pelo Programa de Intervenção do Turismo (PIT) - Linha de Apoio I , até ao limite de €105.894,00													
	Apoio recebido pelo Turismo de Portugal 63.915,25 € 60%													
	DC2 - Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo	4213	17-12-2010	28/06/2011 + Adenda22/08/2011 Adenda15/06/2012 Adenda16/08/2012	29/09/2010 10/11/2011	€ 283.622,96	85,00%	€ 241.079,52	€ 50.424,53	€ 283.622,96	€ -	€ 228.305,02	95%	100%
	DC3 - Guias Urbanos - Novas Tecnologias	2073	17-07-2009	16/09/2009 + Adenda22/07/2011 Adenda25/01/2012 Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013	05/05/2010 03/10/2011	€ 127.108,20	85,00%	€ 108.041,97	€ 21.617,44	€ 127.108,20	€ -	€ 102.639,87	95%	100%
ma	DC4- Mercado das Artes/Requalificação do Mercado Santana	4216	18-12-2010	28/06/2011 + Adenda29/08/2012 + TERMO DE ENCERRAMENTO 04/06/2013	09/06/2011 31/12/2011	€ 447.888,50	85,00%	€ 380.705,23	€ 75.342,40	€ 447.888,50	€ -	€ 380.705,23	100%	100%
	Divulgação e Animação em Parceria Local	4217	18-12-2010	01/07/2011_ Adenda 04/11/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO DE ENCERRAMENTO 04/06/2013	15/10/2010 30/09/2011	€ 32.734,71	85,00%	€ 27.824,52	€ 4.910,19	€ 32.734,71	€ -	€ 27.824,52	100%	100%
	SAÚDE					€ 931.989,24	85,000%	€ 792.190,85	€ 233.747,14	€ 574.240,13	€ 357.749,11	€ 488.104,11	62%	
	Requalificação da unidade de saúde familiar da Caranguejeira, Leiria	5230	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 387.489,64	85,00%	€ 329.366,19	€ 95.518,89	€ 258.603,70	€ 128.885,94	€ 219.813,14	67%	67%
	Remodelação e requalificação da unidade de saúde familiar de Coimbra, Leiria	5231	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 210.734,52	85,00%	€ 179.124,34	€ 51.812,84	€ 138.531,52	€ 72.203,00	€ 117.751,79	66%	66%
ma	Requalificação da unidade de saúde de Santa Catarina da Serra, Leiria	5232	26-09-2013	23-01-2014	30/07/2013 30/06/2015	€ 333.765,08	85,00%	€ 283.700,32	€ 86.415,41	€ 177.104,91	€ 156.660,17	€ 150.539,18	53%	53%
	REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					€ 8.099.767,48	85,000%	€ 6.884.802,36	€ 2.031.336,31	€ 5.289.559,45	€ 2.810.208,03	€ 4.151.578,33	60%	
ma	Centro Escolar de Parceiros	5296	31-10-2013	01-04-2014	07/11/2011 30/06/2015	€ 1.620.725,67	85,00%	€ 1.377.616,82	€ 361.873,39	€ 556.300,57	€ 1.064.425,10	€ 472.855,48	34%	39%
	Centro Escolar de Barreira	5276	31-10-2013	28-03-2014	07/11/2011 30/06/2015	€ 1.529.155,28	85,00%	€ 1.299.781,99	€ 286.760,63	€ 511.993,35	€ 1.017.161,93	€ 435.194,34	33%	37%
	Centro Escolar de Maceira	5275	30-10-2013	28-03-2014	21/10/2010 30/06/2015	€ 1.205.291,95	85,00%	€ 1.024.498,16	€ 242.536,32	€ 476.670,95	€ 728.621,00	€ 302.821,40	30%	40%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

Unidade de Gestão dos Fundos Estruturais

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados ou De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL					
maiscentro	Centro Educativo de Monte Redondo	3885	28-10-2010	04/08/2011 + Adenda16/08/2012 Adenda23/08/2013	19/09/2011 19/12/2013	€ 1.192.057,49	85,00%	€ 1.013.248,87	€ 601.763,97	€ 1.192.057,49	€ -	€ 973.365,56	96%	100%
	Centro Educativo de Coimbrão	1695	09-06-2009	03/12/2009 + Adenda03/05/2011 Adenda16/08/2012 Adenda04/01/2013	24/05/2010 09/11/2012	€ 1.334.472,02	85,00%	€ 1.134.301,23	€ 224.408,06	€ 1.334.472,02	€ -	€ 1.046.767,55	92%	100%
	Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB1)	587	30-04-2008	26/06/2008 + Adenda11/01/2010 Adenda25/01/2011 Adenda16/08/2012 Alt.Temp.07/11/2013	10/10/2008 16/05/2011	€ 765.691,08	85,00%	€ 650.837,41	€ 224.731,05	€ 765.691,08	€ -	€ 555.288,13	85%	100%
	EB1 Gândara dos Olivais	1609	26-05-2009	03/12/2009 + Adenda07/07/2010 Adenda16/08/2012	01/04/2008 31/12/2010	€ 452.373,99	85,00%	€ 384.517,89	€ 89.262,89	€ 452.373,99	€ -	€ 365.285,88	95%	100%
MOBILIDADE TERRITORIAL						€ 9.162.673,07	85,000%	€ 7.788.310,19	€ 1.383.454,27	€ 3.697.291,48	€ -	€ 2.985.643,11	38%	
maiscentro OVERBOOKING	Beneficiação com vista ao reforço de segurança rodoviária do CM 1038, troço desde o Barracão até ao limite do concelho	5504	30-03-2014	Admitida em 07/08/2014	31/08/2010 30/06/2015	€ 1.714.494,90	85,00%	€ 1.457.320,67	€ 257.174,23	€ -	€ -	€ -	0%	0%
maiscentro OVERBOOKING	Construção da Variante dos Capuchos	5503	29-03-2014	Admitida em 07/08/2014	20/10/2009 30/06/2015	€ 3.750.886,68	85,00%	€ 3.188.253,68	€ 562.633,00	€ -	€ -	€ -	0%	0%
maiscentro Contratualização	Beneficiação da E.M. 543 - Barreira	1591	21-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda26/10/2010 Adenda16/08/2012	17/08/2009 17/07/2011	€ 886.516,27	85,00%	€ 753.538,83	€ 216.137,40	€ 886.516,27	€ -	€ 715.862,13	95%	100%
	Construção da Estrada Atlântica	1612	27-05-2009 - 1.ª fase	05/05/2010 + Adenda02/02/2011 Adenda11/01/2012 Adenda12/02/2013	12/11/2009 30/03/2013	€ 1.614.526,98	85,00%	€ 1.372.347,93	€ 150.367,75	€ 1.614.526,98	€ -	€ 1.303.811,90	95%	100%
	Objeto de um apoio financeiro a atribuir que reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, pelo Acordo de Colaboração no âmbito do apoio a projetos de Natureza Pública - PITER "Leiria/Fátima 2005", até ao limite de €148.132,54.													
	Apoio recebido pelo Turismo de Portugal - € 0%													
	EM 356 Maceirinha - Batalha	1615	27-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda30/07/2010 Adenda05/02/2013	06/10/2009 02/09/2011	€ 260.676,25	85,00%	€ 221.574,81	€ 48.093,85	€ 260.676,25	€ -	€ 210.495,59	95%	100%
maiscentro Contratualização	EM 540 - Maceira (Leiria) / Picassinos (Marinha Grande)	1602	25-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda21/12/2010 Adenda01/02/2013	08/03/2010 28/05/2012	€ 527.222,03	85,00%	€ 448.138,72	€ 87.750,75	€ 527.222,03	€ -	€ 425.731,44	95%	100%
	Estrada do Guilherme - Maceira - Zona Industrial da Marinha Grande	1608	26-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 + Adenda22/10/2010 Adenda09/04/2013	15/03/2010 30/04/2013	€ 408.349,96	85,00%	€ 347.135,55	€ 61.297,29	€ 408.349,96	€ -	€ 329.742,05	95%	100%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

	Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
						Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL					
	EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL					€ 1.168.550,15	85,000%	€ 993.267,63	€ 192.584,71	€ 1.168.550,15	€ -	€ 943.604,25	95%	
maiscentro Contratualização	Construção do Pavilhão Polidesportivo do Souto da Carpalhosa	1589	21-05-2009 - 1.ª fase	19/07/2010 + Adenda25/11/2010 Adenda16/08/2012	08/06/2009 31/05/2011	€ 1.168.550,15	85,00%	€ 993.267,63	€ 192.584,71	€ 1.168.550,15	€ -	€ 943.604,25	95%	100%
	REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS					€ 355.373,26	85,000%	€ 302.067,27	€ 198.192,09	€ 355.373,26	€ -	€ 285.816,87	95%	
maiscentro – Lider Sela	CULTREDE 2011/2013	4804	12-07-2011	20-12-2012	01/08/2011 31/12/2013	€ 25.481,62	85,00%	€ 21.659,38	€ 13.001,88	€ 25.481,62	€ -	€ 20.576,41	95%	100%
maiscentro – Lider Aveiro	ReCentrar	4566	28-04-2011	21/07/2011 + Adenda16/08/2012 Adenda25/06/2013 + ENCERRAMENTO 30/10/2014	21/12/2010 21/10/2013	€ 88.533,47	85,00%	€ 75.253,45	€ 64.997,48	€ 88.533,47	€ -	€ 71.490,78	95%	100%
maiscentro – Lider Leiria	CULTREDE	2696	16-04-2009	23/06/2010 + Adenda08/11/2011 Adenda16/08/2012	23/10/2009 23/10/2011	€ 241.358,17	85,00%	€ 205.154,44	€ 120.192,73	€ 241.358,17	€ -	€ 193.749,68	94%	100%
	REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO					€ 435.577,63	85,000%	€ 370.240,98	€ 65.604,91	€ 435.577,63	€ -	€ 351.728,94	95%	
maiscentro RUCI - Lider CIMPL	5.1_Rede Municipal de Banda Larga	3089	CIMPL Jul/2010	28/07/2011 + Adenda aguarda	01/06/2011 PA 31/12/2012	€ 78.294,25	85,00%	€ 66.550,11	€ 11.744,14	€ 78.294,25	€ -	€ 63.222,61	95%	100%
	13_Rede de pistas cicláveis	3172	CIMPL Jul/2010	06/02/2013 + Adenda24/07/2013 + ENCERRAMENTO 30/09/2014	08/02/2012 13/06/2013	€ 357.283,38	85,00%	€ 303.690,87	€ 53.860,77	€ 357.283,38	€ -	€ 288.506,33	95%	100%
	AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL					€ 140.246,87	85,000%	€ 119.209,84	€ 22.142,82	€ 140.246,87	€ -	€ 119.209,84	100%	
maiscentro	Valorização, preservação e conservação de Pedrógão - Leiria	477	30-04-2008	23/07/2008 + Adenda18/01/2011 Adenda29/08/2012 + TERMO ENCERRAMENTO 16/12/2013	04/07/2007 28/02/2011	€ 140.246,87	85,00%	€ 119.209,84	€ 22.142,82	€ 140.246,87	€ -	€ 119.209,84	100%	100%
	SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					€ 805.493,01	85,000%	€ 684.669,06	€ 120.823,95	€ 403.277,69	€ 402.215,32	€ 282.226,27	41%	
competente – Lider AMLEI	MODERNIZA&RACIONALIZA@AMLEI - Modernização Administrativa e Racionalização na AMLEI Projeto Leiria	33216	AMLEI	14-10-2013	01/07/2013 30/06/2015	€ 490.993,10	85,00%	€ 417.344,14	€ 73.648,97	€ 88.777,78	€ 402.215,32	€ 37.241,74	9%	18%
maiscentro – Lider CIMPL	LDR_Simplex Autárquico Projeto Leiria	99	CIMPL	18/09/2008 + Adenda23/03/2011 Adenda aguarda	01/08/2009 PA 31/12/2012	€ 314.499,91	85,00%	€ 267.324,92	€ 47.174,99	€ 314.499,91	€ -	€ 244.984,53	92%	100%

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

		Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	De acordo com Contrato de Financiamento - máximos aprovados De acordo com o Relatório Final				Valor elegível validado [Pedidos Pagamento]	Valor elegível por submeter [Saldo]	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física						
							Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	até 15/11/2014										
							Inv. Elegível	Taxa	Fundo de Coesão (FC)	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FC transferido	Tx FC transferida							
Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos - Protecção Costeira							€	569.718,36	100,000%	€	569.718,36	€	-	€	559.957,53	€	9.760,82	€	552.929,74	97%	
POVT		Intervenção de Reforço e Protecção Estruturante do Cordão Dunar da Praia do Pedrógão no Troço entre o Casal Ventoso e o Centro Azul	POVT-99-9999-POVT-001605	24-03-2014	14-05-2014	01/04/2014 30/06/2015	€	569.718,36	100,00%	€	569.718,36	€	-	€	559.957,53	€	9.760,82	€	552.929,74	97%	98%
PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS - ACÇÕES MATERIAIS							€	458.417,51	85,000%	€	389.654,88	€	68.762,63	€	458.417,51	€	-	€	370.349,78	95%	
POVT		Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)	1257	13-04-2009	09/10/2009 + Adenda20/12/2010 Adenda05/12/2012 + transição POVT Adenda 03/01/2014	09/08/2010 31/12/2012	€	398.637,51	85,00%	€	338.841,88	€	59.795,63	€	398.637,51	€	-	€	321.899,78	95%	100%
POVT		Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria	4408	25-03-2011	04/08/2011 + Adenda01/02/2012 + transição POVT Adenda13/08/2012	23/01/2012 31/12/2012	€	59.780,00	85,00%	€	50.813,00	€	8.967,00	€	59.780,00	€	-	€	48.450,00	95%	100%
							Inv. Elegível	Taxa	FSE	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FSE transferido	Tx FSE transferida							
POPH		Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€	368.291,84	72,527%	€	267.112,49	€	101.179,35	€	343.655,17	€	24.636,66	€	251.420,84	100%	
	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL (TIPOLOGIA 3.4)																				
		Qualificação dos Profissionais das Administração Pública Local [T3.4]	96494/2013/34	X	X	07/10/2013 05/09/2014	€	43.491,08	79,08%	€	34.392,75	€	9.098,33	€	18.854,42	€	24.636,66	€	18.701,10	54%	57%
	PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES (TIPOLOGIA 6.5)																				
		Plano Municipal de Promoção das Acessibilidade (PMPA)	11901/2008/65	X	X	18/11/2008 18/11/2010	€	198.320,53	71,65%	€	142.096,66	€	56.223,87	€	198.320,53	€	-	€	142.096,67	100%	100%
	Plano Local de Promoção das Acessibilidade (PLPA)	11796/2008/65	X	X	18/11/2008 18/11/2010	€	126.480,23	71,65%	€	90.623,08	€	35.857,15	€	126.480,23	€	-	€	90.623,07	100%	100%	
Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal							Inv. Elegível	Taxa	FEADER	AL	Valor total submetidos	Valor por submeter	FEADER transferido	Tx FEADER transferida	Taxa de execução física						
PRODER		Designação da candidatura	Código	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€	56.303,00	70,000%	€	39.412,10	€	16.890,90	€	56.303,00	€	-	€	39.412,10	100%	
		Ação Minimização de riscos - Operação n.º 0200000007968		X	20-07-2010	30/09/2011 21/05/2014	€	56.303,00	70,00%	€	39.412,10	€	16.890,90	€	56.303,00	€	-	€	39.412,10	100%	100%